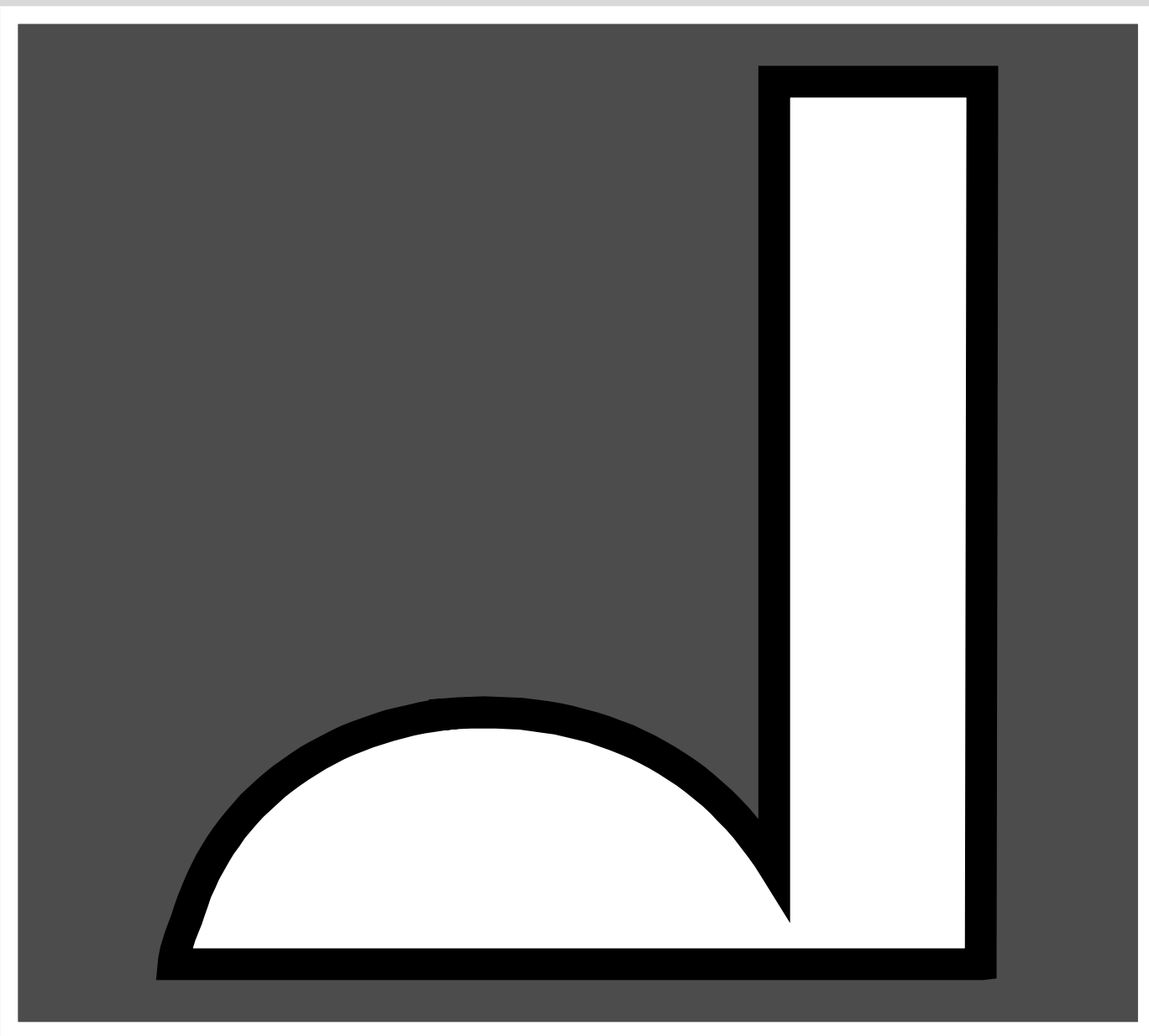




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 074 – QUARTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p>LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</p> <p>LÍDER Efraim Morais – PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 53ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE MAIO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado a Hora do Expediente da presente Sessão, que será dedicado a homenagear a Universidade do Brasil, em Manaus, hoje Universidade Federal do Amazonas, pela passagem de seu 95º aniversário, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 5-5-2004..... 13790

1.2.2 – Oradores

Senador Arthur Virgílio..... 13791

Senador Jefferson Péres

O Sr. Presidente (Eduardo Siqueira Campos) se associa às homenagens. 13795

1.2.3 – Pareceres

Nº 461, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 49, de 2004, do Senhor Presidente da República submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Marcelo Fernandez Trindade, para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para complementar mandato que se encerra em 2007..... 13798

Nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal (excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Municípios)..... 13799

Nº 463, de 2004, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 45, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor *Alexandre Silveira de Oliveira* para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT..... 13800

Nº 464, de 2004, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 45, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor *Hideraldo Luiz Caron* para exercer

o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT..... 13801

1.2.4 – Ofícios

Nº 46/2004, de 11 do corrente, da Liderança da Minoria no Senado Federal de substituição de membro na Comissão Mista, incumbida de apreciar a Medida Provisória nº 182, de 2004..... 13802

Nº 106/2004, de 10 do corrente, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 13, de 2003-CN, com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores..... 13802

Nº 151/2004, de 7 do corrente, da Liderança do PV na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 13802

Nº 479/2004, de 11 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 182, de 2004.... 13802

Nº 662/2004, de 11 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 183, de 2004.... 13802

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Encaminhamento à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da Medida Provisória nº 184, de 2004, que abre crédito extraordinário aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, a favor dos Ministérios da Justiça, dos Transportes e da Defesa, para os fins que especifica, após o termino do prazo para apresentação de emendas. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 13803

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Reflexões sobre projetos de lei de sua autoria (PLS nºs 284/03 e 285/03), visando a alterar o Código Eleitoral..... 13803

SENADOR *NEY SUASSUNA*, como Líder – Esclarecimentos sobre a incumbência que lhe foi atribuída pela Liderança do PMDB na solicitação de vistas a Projeto de Lei de autoria do Senador

César Borges. Esclarecimentos sobre liberação de verbas à época em que foi Ministro da Integração Nacional, em resposta ao Senador Antonio Carlos Valadares..... 13810

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Defesa de intervenção federal no Porto de Paranaguá. 13811

SENADOR SIBÁ MACHADO – Registro da realização, ontem, de reunião da Frente Parlamentar em Defesa da Questão Indígena. Participação em comitiva da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Questão Fundiária, que irá amanhã ao Estado de Pernambuco. Realização, na próxima segunda-feira, em Manaus, de reunião do grupo que está analisando o intercâmbio econômico Brasil-China. 13813

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE, como Líder – Voto de censura às tropas americanas no Iraque em virtude das tortura empreendidas a presos iraquianos. 13814

SENADOR ALMEIDA LIMA – Críticas aos prazos estabelecidos pela Justiça eleitoral para contestação eleitoral e impugnação da diplomação do candidato. 13815

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 564, de 2004, de autoria do Senador João Capiberibe, solicitando voto de censura à ação das tropas de ocupação do Governo dos Estados Unidos da América no Iraque, pelas práticas de humilhação, violência e tortura contra prisioneiros iraquianos, conforme material fartamente exibido pela mídia mundial..... 13817

Nº 565, de 2004, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando a edição como parte integrante da coleção “Grandes Vultos que honraram o Senado” de obra referente à trajetória política do ex-governador e ex-senador Ney Braga, como homenagem desta Casa ao parlamentar pelo esforço dispensado em favor da Democracia e do Poder Legislativo..... 13817

Nº 566, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações que menciona. 13818

Nº 567, de 2004, de autoria do Senador Gariibaldi Alves Filho, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 13818

1.2.8 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 17, de 2004, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre o estágio remunerado de estudantes universitários nos Gabinetes do Senado Federal..... 13818

1.2.9 – Ofícios do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nºs 22 e 23/2004, de 11 do corrente, comunicando a prorrogação, por igual período, do prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 01, de 2001, para apreciação dos Requerimentos nºs 506 e 507, de 2004, de autoria da Comissão de Educação.... 13821

1.2.10 – Ofício do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Nº 375/2004, de 7 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 327, de 2004, do Senador Alvaro Dias..... 13822

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 166, de 2004. **A matéria será apreciada na sessão de amanhã, conforme entendimento entre as lideranças partidárias.....** 13822

Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2004, que dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 167, de 2004. **Apreciação sobrestada.....** 13822

Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2004, que acrescenta o inciso XVI ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para emitir a movimentação da conta vinculada em caso de necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, proveniente da Medida Provisória nº 169, de 2004. **Apreciação sobrestada.** 13822

Item 4

Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e da Gratificação Temporária de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 170, de 2004. **Apreciação sobrestada.** 13822

Item 5

Medida Provisória nº 171, de 2004, que antecipa, em caráter excepcional, a transferência de recursos prevista no art. 1º – A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001. **Apreciação sobrestada.** 13823

Item 6

Medida Provisória nº 172, de 2004, que dá nova redação ao caput do art. 7º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, que dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus cargos e institui, para os militares do Distrito Federal – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Mili-

tar, a Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF. **Apreciação sobrestada.....** 13823

Item 7

Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 173, de 2004. **Apreciação sobrestada.....** 13823

Item 8

Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2004, que altera os prazos previstos nos arts. 29, 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 174, de 2004. **Apreciação sobrestada.....** 13823

Item 9

Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2004, que acresce parágrafo ao art. 2º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 175, de 2004. **Apreciação sobrestada..** 13823

Item 10

Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador César Borges, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. **Apreciação sobrestada.....** 13823

Item 11

Requerimento nº 557, de 2004, da Senadora Heloísa Helena e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2003, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.....** 13824

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2003 (nº 6.057/2002, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha – MG – Carlos Drummond de Andrade” o aeroporto da cidade de Belo Horizonte – MG. **Apreciação sobrestada....** 13824

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2003 (nº 1.480/99, na Casa de origem), que denomina “Viaduto Jefferson Cavalcanti Tricano” o viaduto no quilômetro 82 da rodovia BR-116, na cidade de Teresópolis – RJ. **Apreciação sobrestada.....** 13824

Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar (nº 224/2001-Complementar, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. **Apreciação sobrestada.....** 13824

Item 15

Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2003 (nº 3.987/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre o ensino da língua espanhola. **Apreciação sobrestada.....** 13824

Item 16

Projeto de Decreto Legislativo nº 911, de 2003 (nº 925/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Jurisdição em Matéria de Contrato de Transporte Internacional de Carga entre os Estados Partes do Mercosul, assinado em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002. **Apreciação sobrestada.....** 13824

Item 17

Projeto de Decreto Legislativo nº 942, de 2003 (nº 45/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América relativo à Assistência Mútua entre as suas Administrações Aduaneiras, concluído em 20 de junho de 2002, em Brasília. **Apreciação sobrestada.....** 13824

Item 18

Projeto de Decreto Legislativo nº 943, de 2003 (nº 927/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. **Apreciação sobrestada.....** 13825

Item 19

Projeto de Decreto Legislativo nº 944, de 2003 (nº 1.691/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre Isenção de Visto para Titulares de Passaportes Comuns, celebrado em Ancara, em 20 de agosto de 2001. **Apreciação sobrestada.....** 13825

Item 20

Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que dispõe

sobre a instalação de presídios federais de segurança máxima, nas condições em que especifica. Apreciação sobrestada.....

13825

1.3.1 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Cobrança de assinatura de contratos entre a Caixa Econômica Federal e o Governo da Bahia. Disparidade de procedimentos pelos Tribunais Federais Eleitorais quanto à permissão para veicular propaganda de candidatos e partidos nos Estados.....

13825

1.3.2 – Leitura de requerimentos

Nº 568, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2004, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.....

13828

Nº 569, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania as informações que menciona. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente...

13828

Nº 570, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da Casa Civil as informações que menciona.....

13829

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessões conjuntas do Congresso Nacional a realizar-se nos dias 18 e 25 de maio, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinadas a apreciar vetos presidenciais..

13829

1.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR EFRAIM MORAIS – Considerações sobre o rebaixamento da economia brasileira no contexto mundial.....

13829

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Debate sobre o novo salário mínimo. Comentários a artigo do Secretário-Geral do PSDB, Deputado Vicmark Maia.....

13832

SENADORA HELOÍSA HELENA – Possibilidade de aumento do salário mínimo para R\$315,00.

13839

SENADOR MAGUITO VILELA, como Líder – Repúdio à matéria do New York Times, do último final de semana, atribuindo ao presidente Luis Inácio Lula da Silva o consumo exagerado de álcool.

13839

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Solidariedade ao Senador Cristovam Buarque, na questão de sua ausência dos trabalhos da Casa por ocasião de votação de importantes matérias para participar de reunião da Unesco. Indicadores da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que apontam o crescimento das vendas no primeiro trimestre de 2004.....

13840

SENADOR PAULO PAIM – Debate realizado hoje na comissão especial destinada a analisar o novo salário mínimo. Congratulações a diversas universidades que adotaram a política de cotas para negros.....

13841

SENADOR MARCO MACIEL – Realização do simpósio promovido pela arquidiocese de Brasília por ocasião do Jubileu de prata de Sua Santidade o Papa João Paulo II.

13843

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Comparecimento do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, hoje, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, para exposição sobre os planos do governo para recriação da Sudam e da Sudene.

13862

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Solicitação de urgência para aprovação do projeto de lei, de autoria do Senador João França, que trata do estatuto dos garimpeiros.

13863

1.3.5 – Leitura de requerimento

Nº 571, de 2004, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, solicitando autorização para representar o Senado Federal junto à Comitativa do Estado de Mato Grosso, em viagem comercial à China e Japão, no período de 20 de maio a 2 de junho do corrente ano. **Deferido em virtude da pauta encontrar-se sobrestada.**

13864

1.3.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PEDRO SIMON – O desenvolvimento do Mercosul – do sonho à realidade.....

13864

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo do **O Globo**, publicado na edição de hoje intitulado: “Reportagem consegue unir governo e oposição”.....

13865

SENADOR PAPALÉO PAES – Comentários à pesquisa realizada pela Universidade de Brasília – UnB, no ano passado, sobre o início do hábito de fumar da juventude brasileira.

13866

SENADOR ROMERO JUCÁ – Desempenho do governo Lula no enfrentamento de difíceis questões no seu primeiro ano de mandato e o lançamento das bases para uma nova fase de nascimento para o Brasil.....

13867

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Indícios de irregularidades na licitação para coleta de lixo no município de São Paulo, conforme matérias publicadas no último sábado, nos jornais **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S.Paulo**.....

13868

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários ao artigo intitulado “Pensar e falar”, de autoria da jornalista Miriam Leitão, publicado no jornal **O Globo**, de 1º do corrente mês.

13873

SENADOR VALMIR AMARAL – Análise da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2002 e do Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2002, do ex-Senador Francisco Escórcio, visando a criação do Estado do Planalto Central.

13874

1.3.7 – Comunicação da Presidência

Lembrando as Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 12, com Ordem do Dia anteriormente designada.

13875

1.4 – ENCERRAMENTO	
2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 11-5-2004	
3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
Nº 71, de 2004.	13879
4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 818 a 824, de 2004.	13879
<u>SENADO FEDERAL</u>	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	
6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 53ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 11 de maio de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Cristovam Buarque – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gilberto Mestrinho – Heloísa Helena – Hércílio Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Marcos Guerra – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Elifas – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Hora do Expediente da presente sessão destina-se a homenagear a Universidade do Brasil, em Manaus, hoje Universidade Federal do Amazonas, pela passagem do seu nonagésimo quinto aniversário, de acordo com o Requerimento nº 515, de 2004, do nobre Senador Arthur Virgílio e de outros Srs. Senadores.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito que V. Exª me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para igual providência, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, pela ordem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito também a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Ribeiro, pela ordem.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pelo visto, hoje serei o primeiro suplente. Portanto, quero me inscrever para ficar na suplência, para fazer uma comunicação inadiável, se houver desistência ou algum acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Ficam feitas as inscrições para comunicações inadiáveis, de acordo com a seguinte ordem de inscrição: em primeiro lugar, a Senadora Heloísa Helena; em segundo lugar, o Senador Maguito Vilela; em terceiro lugar, o Senador Garibaldi Alves Filho; e,

na condição de primeiro suplente, o nobre Senador João Ribeiro, do PFL do Estado do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Como a Presidência esclareceu ao Plenário, a primeira parte desta sessão destina-se a homenagear a Universidade do Brasil, em Manaus, hoje Universidade Federal do Amazonas.

O primeiro orador inscrito é o nobre Senador Arthur Virgílio, autor do requerimento.

Esta Presidência comunica a chegada, neste Plenário, do Reitor e dos demais integrantes da Universidade Federal do Amazonas, hoje homenageados nesta sessão.

A Presidência, desde já, convoca o primeiro orador inscrito, o nobre Senador Arthur Virgílio, autor do requerimento, para fazer uso da palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; magnífico Reitor da Universidade Federal do Amazonas, Hidembergue Ordozgoith da Frota; professores e professoras; Vice-Reitor da Universidade do Amazonas; senhoras e senhores. A história da Universidade Federal do Amazonas é muito bonita e longa, Senador Romeu Tuma. Data de 95 anos atrás, quando se fundou a Escola Universitária Livre de Manáos. Mais recentemente, data de um projeto do Deputado Arthur Virgílio Filho, meu pai, que logrou, como Deputado e Líder de sua Bancada, ver o projeto aprovado na Câmara, com a feliz possibilidade, como Senador e Líder de Governo àquela altura, de ter conseguido ver a aprovação no Senado e, portanto, a ida da matéria à sanção presidencial.

Digo isso com muita emoção, primeiro, porque vejo resultados muito práticos, muito fortes e muito objetivos da Universidade, na sua interação com a sociedade do meu Estado, um dos inestimáveis méritos do Senador Gilberto Mestrinho, que revela ao País a Universidade Federal do Amazonas.

Começo com a referência ao meu pai, porque o Brasil, em 64, mergulhou na terrível noite ditatorial, e os subprodutos foram a não-renovação política, a violação dos direitos humanos, o patrocínio por parte do regime de negociatas e o surgimento de fortunas inexplicáveis e não-denunciadas, já que havia censura à imprensa no período mais cinzento do regime ditatorial. Entre outros subprodutos – mínimo para muitos, mas, para mim, muito significativo –, havia o fato de que, durante todo aquele tempo, se procurava omitir que a Universidade nascera num regime democrático, por iniciativa do Deputado Arthur Virgílio Filho, depois Senador Arthur Virgílio Filho.

A iniciativa do Reitor Hidembergue Frota toca-nos – a mim e à minha família – de maneira profunda,

pela reparação histórica, pela coragem política e, talvez mais até do que tudo, pela sensibilidade revelada de se começar a pôr nos devidos lugares os valores que têm construído e feito a grandeza da nossa civilização, da nossa terra.

Senador Jefferson Péres, saúdo V. Ex^a com muita ênfase, com muito carinho, por saber que V. Ex^a é professor emérito daquela Universidade. É respeitado, acatado e responsável em grande parte por muitas gerações que têm feito o melhor na construção do pensamento do Amazonas, na formulação do pensamento amazônico.

Este livro muito bonito, editado pela Universidade, de responsabilidade da Professora Rosa Mendonça de Brito, tem como título **Da Escola Universitária Livre de Manáos à Universidade Federal do Amazonas – 95 anos construindo conhecimentos**.

Tenho algumas lembranças a pontuar e algumas observações a fazer, Senadora Heloísa Helena.

Quero trazer à baila o Professor Eulálio Chaves, cuja fibra assegurou que a nova escola já nascesse com o espírito democrático que passou a permear a comunidade universitária, a começar pelo pluralismo da idéia. Era o ano de 1909 – portanto, há quase um século. E a aspiração só viria a se concretizar pela união de todas as forças locais, começando pela contribuição financeira do simples cidadão, ansioso pelo advento do ensino superior no Estado, e culminando com as subvenções do Estado e dos Municípios de Manaus, Maués, Parintins, Coari, Lábrea, Benjamim Constant, Manicoré, Humaitá e Codajás.

Tais registros históricos constam do livro da Professora Rosa Mendonça de Brito, **Da Escola Universitária Livre de Manáos à Universidade Federal do Amazonas – 95 anos construindo conhecimentos**, um texto que para mim é primoroso, com o relato dessa verdadeira odisséia pelo saber no Amazonas.

Tenho profunda admiração pela forma como o Reitor Hidembergue Frota conduz a Universidade Federal do Amazonas, por sua capacidade de ser aberto sem perder a energia, por sua capacidade de ser democrático sem permitir que haja abalos na sua autoridade.

Vejo a Universidade marcando pontos e tornando-se competitiva em relação aos estabelecimentos particulares, que grassam pelo nosso Estado e que têm lá o seu valor, o seu papel a cumprir.

Eu gostaria, Senador Romeu Tuma, antes de conceder um aparte a V. Ex^a e ao Senador Antero Paes de Barros, de fazer aqui o que tem sido para mim uma pregação cotidiana: que mais este evento, que mais este fato, que mais este registro nos leve a todos no Brasil a uma meditação sobre o que significam o Amazonas e a Amazônia para o nosso País.

Sempre bato e rebato – meus colegas Senadores devem ter ouvido isto já diversas vezes –, correndo o risco de ser maçante, e aproveito a universidade, porque nenhuma instituição é melhor do que a universidade para, quem sabe, decodificar isso junto conosco e passar para a população brasileira. Durante o meu primeiro mandato de Deputado Federal, imperava no Brasil a ditadura militar. Então, o tema nobre ia de anistia a eleições diretas, de eleições diretas à reconstitucionalização do País, por meio da Assembléia Nacional Constituinte. E vivíamos aquele maniqueísmo odiado. Não importava quem tinha razão, mas quem tinha força. Então, quem tinha força dizia: não passa nenhuma matéria que seja da lavra de algum opositor. Quem tinha força não seduzia, impunha. Quem tinha força aterrorizava, atemorizava. Quem tinha força criou um quadro de absoluta pobreza intelectual neste País. Lembro-me de que, certa vez, subi à tribuna para falar de algo do meu Estado e um colega me disse: “Puxa, mas você que sempre se preocupa com a questão nacional, vai falar de Amazonas agora?” Eu disse: “Olha, estou compreendendo mal ou com defeito o que você diz, meu prezado e querido colega. Quais são os limites da questão nacional? Falar sobre o Amazonas significa provincianismo necessariamente?”

Se eu disser, repito sempre aqui, que a minha primeira professora primária, D^a Romélia, merece encomios, merece elogios e merece homenagens, talvez eu esteja visando aos votos da família da Professora Romélia para a próxima eleição. Embora ela mereça de mim de fato todo o amor, não é tema nacional trazer para cá a vida da minha primeira professora primária. Mas, discutir o desenvolvimento estratégico da Amazônia, discutir algo que, impactando na Amazônia, não tem como não impactar no futuro do país, eu pergunto: isso é provincianismo? Isso significa termos uma visão canhestra da realidade brasileira?

Estaria eu apequenando o meu mandato com esta discussão sobre a Universidade do Amazonas, hoje interiorizada? Estou trazendo algo paroquial para a tribuna do Senado Federal a ponto de aqui termos hoje uma sessão – que, na Câmara, se chama de Grande Expediente – para se discutir a Universidade do Amazonas?

O debate foi evoluindo. Hoje, percebo o interesse planetário, percebo o interesse internacional sobre a Amazônia, e percebo ainda uma grande alienação brasileira sobre esse tema. Pergunto: Quem está errado? Quem insiste na tecla de que este Brasil deve entender o papel estratégico, o valor da Amazônia para todos os brasileiros, ou quem imagina, Senador Capiberibe, que estaríamos aqui a fazer o jogo provinciano, o jogo menor, o jogo pequeno, o jogo canhestro? Até brinco

com meus colegas, e digo: para mim, para usar uma linguagem de crônica social, é cafona, é *out*, alguém não entender de Amazônia hoje, ainda que more em Santa Catarina, ainda que more no Rio Grande do Sul, ainda que more em Pernambuco, ainda que more na Bahia; até porque lá fora sabem que não tem nada mais *in*, não tem nada mais por dentro, não tem nada melhor, não tem nada mais atual, não tem nada mais **up-to-date**, não tem nada mais inteligente do que se preocupar com a Amazônia. Lá fora. Aqui, não. Aqui temos dificuldade em fazer o nosso País entender que este patrimônio pertence ao Brasil como um todo, e este patrimônio faz do Brasil um país singular. Não fosse esse patrimônio, o Brasil seria um país viável, sim, mas um país comum, um país como tantos outros. Ele é singular até e sobretudo porque tem a Amazônia como sua última fronteira de desenvolvimento econômico, dona de tantos minérios – e aí entra o papel da Universidade –, dona de uma cobertura florestal absolutamente indizível – e aí entra o papel da Universidade –, dona da maior biodiversidade do planeta – e aí entra a Universidade mais uma vez, a Universidade que trabalha com poucos recursos, que trabalha na penúria e que consegue construir com muito amor, muito conhecimento, muita inovação, muita abertura na direção do futuro do País.

Ouçó o aparte do Senador Antero Paes de Barros e, em seguida, o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a e os outros Senadores do Amazonas, Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho, ainda mais sabendo da condição do Senador Jefferson Péres de Professor da Universidade Federal do Amazonas. Quero congratular-me com V. Ex^a, porque V. Ex^a dá, nesta Casa, na verdade, uma seqüência à luta do seu pai, que não teve o prazer de conhecer a não ser por leituras e a não ser por testemunhos daqueles que com ele conviveram e que dizem, inclusive, ter sido um dos tribunos mais brilhantes desta República, qualidade que V. Ex^a herdou. Fazer a Universidade do Amazonas deve ter sido tão difícil quanto criar a Universidade de Mato Grosso. Em Mato Grosso, ela foi criada com o título de Universidade da Selva, dada a necessidade de interiorizar o conhecimento. Creio que esse é o grande desafio do País e creio que, hoje, quando estamos prestando justíssima homenagem à Universidade Federal do Amazonas, temos que avaliar, na verdade, um quadro de um *apartheid* social que existe na educação brasileira. Lamentavelmente, nós temos debatido diversos projetos de lei – inclusive um de minha autoria, já aprovado aqui no Senado – com relação à questão do estabelecimento de quotas, porque o ensino brasileiro

público de qualidade está sendo oferecido sempre a quem pode pagar. No passado, quando se tratava dos ensinos fundamental e médio, a escola pública era a melhor; hoje, não é mais. Hoje ainda resistem as universidades federais, que oferecem o melhor ensino superior. Mas essa resistência precisa ser acompanhada. Por isso é que me refiro a uma homenagem seguida de providências para valorizarmos a autonomia universitária e para disponibilizarmos recursos para as nossas universidades. Uma universidade no Amazonas tem a missão maior, evidente, de socializar o conhecimento. Queremos cumprimentar V. Ex^a, parabenizá-lo por ser nesta Casa um seguidor da luta do seu pai, um defensor da cultura, um defensor do acesso ao conhecimento, com a convicção de que o acesso à educação é que torna as pessoas cada dia mais livres, cada dia mais em condições de reivindicar um Brasil melhor. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a, que é um dos Senadores mais próximo do meu afeto – eu dedico afeto a todos os meus colegas –, tem sido também um grande defensor dos investimentos maciços, consequentes e continuados em educação como forma de estabelecermos uma sociedade de perspectiva de renda mais bem-distribuída, e de crescente justiça social. Agradeço a V. Ex^a, com muita fraternidade, o seu aparte. Sinto-me honrado por tê-lo como parte integrante do meu discurso.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Meu querido amigo, Senador Arthur Virgílio, em um preâmbulo curto, quando V. Ex^a me procurou e falou da importância da cerimônia de homenagem à Universidade do Amazonas no dia de hoje, V. Ex^a se referiu ao trabalho do senhor seu pai na criação dessa Universidade. Recebi a informação com entusiasmo diferenciado, levei-a à Mesa e não houve sequer discussão, tendo sido a matéria aprovada por unanimidade não só em respeito a V. Ex^a, mas também pela importância que representa essa Universidade para o Brasil. Há pouco falava com seus simpáticos dirigentes, que me disseram que a Universidade tem 95 anos. Quero prestar uma homenagem à Bancada da Amazônia, formada por V. Ex^a e pelos ilustres Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho, que têm dado tanta força ao Estado. Não quero roubar demais o tempo de V. Ex^a. O Senador Antero Paes de Barros foi claro quando falou das dificuldades, das ansiedades e das angústias que provavelmente o Reitor da Universidade do Amazonas tem no sentido dos investimentos e da independência para resolver seus assuntos sem a interferência direta do Governo,

que muitas vezes atravanca o desenvolvimento. Não sou filho do Amazonas, sou um paulista...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Amazonas perde com isso.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não, Senador, sou um paulista que talvez seja, fora aqueles que tenham negócios na Amazônia ou que para lá mudaram, o que mais tenha pisado o solo amazonense, os locais inóspitos em toda a região amazônica. Sei das dificuldades de pesquisa por parte de membros de vivência na Amazônia, principalmente nos quartéis, que desesperadamente clamam por investimentos para as pesquisas no Estado. Só a Universidade pode buscar financiamentos para pesquisa. Os projetos da Suframa são maravilhosos. Achemos que a Suframa só autoriza financiamento para criação de empresa, mas não é verdade. Há investimentos na Amazônia para o desenvolvimento econômico em várias de suas regiões pobres. Num quartel, um general apresentou cem produtos da selva, medicamentos de grande eficiência, que precisavam de investimentos. E há várias ONGs estrangeiras levando-os para fora e patenteando-os lá. V. Ex^a não só oferece uma homenagem, mas lança o grito de que a Universidade da Amazônia precisa de investimentos e credibilidade no setor de pesquisas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma. Digo de público que V. Ex^a foi vital para a realização desta sessão no mesmo dia da sessão da Câmara. O Senado estava vivendo o drama da pauta trancada pelo excesso de medidas provisórias. E V. Ex^a foi extremamente sensível em relação ao meu Estado e à Universidade Federal do Amazonas.

Antes de conceder o aparte à Senadora Serys Slhessarenko e ao Senador João Capiberibe com muita honra, registro que fiquei particularmente feliz nesta Casa, outro dia, com um fato que ocorreu quando fizemos o acordo que visava à desobstrução da pauta por algum tempo. Havia tanta matéria na pauta – 113 matérias – que não sabíamos por onde começar. Fizemos um rápido acordo de Líderes para inverter a relação da pauta. Havia pleitos legítimos, todos legítimos; nenhum ilegítimo. Eram empréstimos para cá e para acolá, interesses do povo, de Estados e de cidades. E a Líder do PT, numa atitude que a mim me tocou – S.Exa agiu com muita simplicidade, mas me tocou – disse que, para atender o Senador Arthur Virgílio, deveríamos votar o meu pleito referente à Universidade do Amazonas. Naquele emaranhado de interesses legítimos, meu interesse era fazer a sessão da universidade nesta data, com a pressa com que estamos fazendo e com a singeleza com que aqui se procede. Agradeço de coração a V. Exa, Senador Romeu Tuma.

Concedo um aparte à Senadora Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Arthur Virgílio, saúdo V. Exa pela iniciativa. Também saúdo a Universidade Pública brasileira. Fui professora da Universidade Federal de Mato Grosso por 26 anos. Como disse o Senador Antero Paes de Barros a universidade era chamada Universidade da Selva. Essa instituição tem fundamental importância para o nosso Estado. Não somos contra as universidades particulares que funcionam como empresas, mas defendemos a universidade federal neste País. Para não tomar muito tempo, quero fazer referência a dois aspectos. Primeiramente, quero dizer que acredito ser fundamental, decisivo e determinante para a busca do desenvolvimento científico e tecnológico deste País a pesquisa nas nossas universidades públicas. Elas vêem o País como um todo, vêem o Brasil em suas relações com o mundo como um todo. Em segundo lugar, a Universidade Federal do Amazonas é determinante para a soberania deste País. Quando estive no Amazonas, conversei com o comandante da Amazônia e ele nos apresentou dados realmente alarmantes, como de que 20 mil estrangeiros promovem “pesquisas” de forma irregular na nossa Amazônia. A soberania do nosso País, da nossa Amazônia, está totalmente comprometida. Portanto, a Universidade do Amazonas tem um papel determinante de contribuição para com a soberania do nosso País. Parabéns. Encerro porque o tempo de V.Ex^a está esgotando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senadora Serys Slhessarenko, a V.Ex^a, que é uma adversária leal e uma companheira muito querida nos trabalhos aqui desta Casa.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Permite-me V.Ex^a um aparte, nobre Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço o aparte do nobre Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Arthur Virgílio, eu quero saudá-lo, porque V.Ex^a presta uma homenagem a essa longa caminhada na construção do conhecimento fundamental para o desenvolvimento da nossa região. São poucas as regiões no mundo que têm ainda a oportunidade de construir um modelo diferente de se relacionar com a natureza e um modelo econômico de desenvolvimento capaz de gerar satisfação social, produzir bens de consumo capazes de atender às necessidades humanas. A Universidade do Brasil, a Universidade Federal do Amazonas é depositária de grande e fundamental conhecimento na nossa região. Nós que compartilhamos o mesmo rio, nós que somos ribeirinhos, desde o Alto

Juruá até a foz, temos sede desse conhecimento, para podermos construir um novo modelo, um modelo que seja respeitoso com a natureza e, sobretudo, generoso com todos nós. A Amazônia tem uma caminhada de construção de conhecimentos. Imaginem a diversidade étnica e cultural de que dispomos! Imaginem irmos beber na fonte cultural dos povos indígenas, do caboclo ribeirinho, e juntar isso com o saber científico das nossas universidades! Na hora em que juntarmos esse saberes, certamente vamos encontrar o caminho. Quero parabenizá-lo pela homenagem que V. Ex^a presta ao conhecimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador João Capiberibe, V. Ex^a me dá o ensejo de comparar a saga, a belíssima aventura de criação da Universidade do Amazonas desde os tempos da Escola Universitária Livre de Manáos, 95 anos atrás, até a fase mais recente, essa que nasceu da inspiração do Deputado e do Senador Arthur Virgílio Filho. Comparo isso àquele hábito que temos de subir o rio com naturalidade, de enfrentar as adversidades e vencê-las. Este é um momento de conquista a ser celebrado. É a conquista de um povo que erige uma civilização sofisticada no meio da Floresta Amazônica. Quando digo e repito que a Amazônia é nacional e que isto aqui deveria ser uma festa da Nação, insisto que nada é melhor do que a Universidade Federal do Amazonas, do que a Universidade Federal do Pará, do que o Museu Goeldi, do que o Inpa e do que a sociedade envolvida nesse processo, em posição absolutamente de honra, de destaque, para capitanearem – esses segmentos – o desvendar dos mistérios da Região e o apontar de direções, de caminhos rumo a uma sociedade brasileira. Refiro-me com ambição a uma sociedade brasileira mais justa, mais próspera, não a uma sociedade amazonense nem amazônica mais justa e próspera apenas. Eu me refiro, de maneira ambiciosa, a uma sociedade mais justa e mais próspera no Nordeste, no Norte, no Centro-Sul, a uma sociedade brasileira no seu conjunto mais próspera e mais justa, em função das potencialidades que podem muito bem, da Amazônia para o Brasil – com retorno para a Amazônia, claro – significarem momentos, épocas, instantes históricos sublimes de desenvolvimento e de justiça para todo o nosso povo. Portanto, entendo que cada tecla em que se bate, cada momento de discussão sobre a Amazônia, cada episódio deve servir para que alertemos o Brasil para seus deveres. Não se trata apenas de “verba para cá”, “verba para acolá”. Não é apenas isso, não. É muito mais do que isso: refiro-me a seus deveres de romper com a alienação e perceber que lá se produz conhecimento que deve ser partilhado com todo o País. O Brasil deve se engajar nessa belíssima

luta, para que ele próprio, Brasil, possa se realizar enquanto Nação. O futuro do Brasil, Reitor Hidembergue Frota, é brilhante, sim, no potencial, mas o País não será realizadamente brilhante se não olhar com olhos brilhantes, ambiciosos, corajosos, intensos, inteligentes a própria Região Amazônica, que para ele é um mistério e, para nós, sem dúvida alguma, mais do que um mistério, é um encanto, e, pelas mãos da Universidade do Amazonas, é uma realidade que começa a ser delineada com muito rigor, com muita perspectiva histórica, com muito passado, portanto, e com muito futuro a ser exibido sob a forma de benefícios para cada brasileiro. Insisto: não só para cada amazônida, mas para cada brasileiro de qualquer rincão deste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, Reitor Hindenberg Frota, colegas professores, servidores da Universidade do Amazonas, poderia ter escrito um texto opulento em números e dados, poderia ter escrito um discurso com muita retórica, mas preferi não fazê-lo. Falar da Universidade do Amazonas para mim é como falar da minha família, quase como falar de mim mesmo. Foram 25 anos da minha vida na docência, mais cinco como discente, portanto, três décadas que dediquei a essa instituição.

A Universidade Federal do Amazonas, herdeira da primeira universidade brasileira, Escola Universitária Livre de Manaus, vai completar cem anos.

Podem surpreender muita gente estes dois fatos: primeiro, o Amazonas ter sido pioneiro na criação de universidades; e, segundo, essa universidade primeira ter desaparecido com tanta rapidez. Mas não há por que estranhar. Os dois fatos são perfeitamente compreensíveis porque, em 1909, o Amazonas era um dos Estados mais opulentos do Brasil. Estava no apogeu o ciclo da borracha, que dava ao Amazonas, talvez, a maior renda **per capita** de toda a Federação. Circulava uma quantidade enorme de riqueza; portanto, embora em parte drenada para o exterior, ainda assim, o que lá ficava era suficiente para suportar uma estrutura gigantesca.

Vejam a coincidência: essa universidade surgiu em 1909 e, em 1911, começava a debacle, que explica, por sua vez, por que essa instituição foi tão efêmera. Faltou-lhe base de sustentação. O Amazonas entrou numa funda decadência que logo levou quase

ao desaparecimento da universidade. E foi uma pena que ela não tivesse surgido vinte anos antes. Talvez a própria debacle não tivesse ocorrido. Perdemos a batalha para o sudeste asiático, entre outras razões, porque, já em 1910, os ingleses criavam, em Kuala Lumpur, o Instituto de Pesquisa da Borracha. E foi o investimento em ciência e tecnologia que garantiu a sustentabilidade da economia gomífera lá, e sua falta que provocou o desaparecimento aqui.

A universidade, vinte anos depois, se resumia ao curso então chamado de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito, que cursei durante cinco anos e na qual se formara meu próprio pai. A Universidade de Direito era a única então. Foi a remanescente da velha escola universitária. A única opção de curso superior para as pessoas pobres do Amazonas era aquela escola. Cursar Engenharia ou Medicina, por exemplo, era impossível para uma pessoa de classe média pobre. Muitos tiveram que fazer Direito por absoluta impossibilidade de fazer outro curso em outros Estados. Ainda está por ser levantado, estudado e demonstrado o papel que desempenhou a Faculdade de Direito, sozinha, durante décadas, como único centro formador de uma elite intelectual no Amazonas. Esse papel ainda não foi ressaltado por ninguém, em estudo nenhum. O que teria sido do Amazonas se a Faculdade de Direito tivesse submergido e desaparecido junto com a Escola Universitária Livre de Manaus?

Anos depois, já formado, graças à iniciativa do Deputado Arthur Virgílio Filho, uma coincidência feliz, pai do nosso Senador, meu grande amigo que foi seu pai, apesar da diferença de idade, homem que eu tinha em altíssima conta, um dos políticos de maiores qualidades que conheci na minha época, e graças a ele foi criada a universidade. E eu, já então professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Amazônia, estadual, incorporada à universidade recém-criada, me vi conduzido ao corpo docente da nova instituição.

Fui aluno na precursora Faculdade de Direito e depois fui docente na universidade já instalada e consolidada. Foram vinte e cinco anos da minha vida como professor, chefe de departamento, coordenador de curso, membro do Conselho Universitário. Aquela era a minha casa. Na maturidade, desempenhei três atividades diferentes: uma de burocrata, por necessidade; outra de político, por sentimento de dever; a única por vocação e prazer foi a de professor. Portanto, repetindo um velho chavão: estou senador, estou político, mas sou mesmo é professor.

E ainda hoje, por maiores que sejam as gratificações da vida pública, nunca me abandonou uma enorme nostalgia da sala de aula. Era lá a minha praia, Senadora Heloisa Helena; era lá que eu me sentia

peixe no aquário. Aqui, às vezes, sim; outras vezes, não. Lá, sempre.

Nunca entendi os professores faltosos. Mas, pensando bem, para mim era muito fácil, era muito simples não ser faltoso, porque eu sentia prazer na sala de aula, e eles, não, por falta de vocação. Eu nem poderia condená-los. Para muitos talvez seja até um sacrifício dar aula, por falta de vocação. Não era o meu caso. Eu contava o tempo para entrar na sala de aula.

Eu gostaria que 25 anos tivessem sido 50. Mas, 25 anos depois, eleito para um mandato, tive de me afastar, embora não houvesse incompatibilidade de horário e me fosse permitido legalmente acumular o exercício do mandato de Vereador em Manaus com o exercício da docência na universidade. Prefери me afastar porque senti que não podia dedicar-me como gostaria e deveria à atividade docente.

De forma que falar o quê? Exaltar a universidade? Exaltar a educação? Dissertar sobre o óbvio? Ressaltar a importância da educação no Brasil?

Costumo dizer que a grande tragédia ou o grande enigma da sociedade brasileira é por que um país como o Brasil, tão bem dotado pela natureza – sem ufanismo bobo, porque o Brasil, em qualquer avaliação, estaria entre os cinco países mais bem dotados do mundo em recursos naturais, quase que condenado ao desenvolvimento –, não rompeu a barreira do desenvolvimento e apresenta esta quantidade de mazelas sociais, incompatíveis com a sua riqueza natural.

Não teria dúvida em dizer que, embora haja sempre uma conjugação de fatores a explicar os fenômenos históricos, eu colocaria como fator número um o descaso tradicional e histórico deste País com a educação, ora gastando pouco, ora gastando brutalmente mal nessa área, como dizia o falecido Mário Henrique Simonsen.

A educação não é condição suficiente de desenvolvimento, outros fatores contribuem, mas, sem dúvida, está historicamente comprovado que é condição necessária.

Há países no mundo que investiram bem em educação e não se desenvolveram, mas não há exemplo algum de país que se tenha desenvolvido sem ter investido muito em educação. O Brasil se descurou disso até hoje e não adianta chorar sobre o leite derramado. Agora devemos olhar para a frente e tentar recuperar dramaticamente o tempo perdido. Mas este registro eu tinha que fazer.

A Sr^a Heloísa Helena (S/Partido – AI) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador, quando possível?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Com muito prazer ouço V. Ex^a, que é também do ramo, da mesma praia.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador Jefferson Péres, estava eu aqui emocionada, conversando com o Senador Arthur Virgílio, também emocionado pelas lembranças do pai, quando V. Ex^a dizia que é lá que nos sentimos em casa, nas nossas praias. Como sertaneja, então, vou dizer que, embora a simples visão das belas praias de Maceió suavizem a minha angústia, sinto o mesmo por meu sertão, onde conheço cada cheiro, cada flor, cada detalhe. No meu aparte, além de saudar a todos os presentes, a todas as lideranças e aos trabalhadores do setor público, da Universidade da Amazônia, quero, como V. Ex^a e o Senador Arthur Virgílio, fazer um apelo ao Governo Federal neste momento tão dramático por que passam as universidades públicas. Eu sei que há verborragia neoliberal com os contingenciamentos, os cortes orçamentários, os superávits. Infelizmente o atual Governo imita o Governo anterior nisso. Mas é inadmissível a situação por que passam as universidades públicas atualmente – sabe V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, sei eu –, e não apenas devido às condições salariais dos trabalhadores do setor público, dos funcionários, dos docentes. A situação por que passam hoje as universidades é uma verdadeira autonomia para a administração das migalhas. Em um mês a universidade paga a luz, no outro, paga a água, e no outro, qualquer outra coisa. Então, a defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade transforma-se, em muitos momentos, quase que em um discurso gasto e vazio para muitos que vivenciam o cotidiano da universidade. É de fundamental importância que o Governo Federal, pelo menos agora, emergencialmente, libere determinadas verbas para as universidades. Eu tenho andado em várias universidades do País. V. Ex^a e outros Senadores conhecem essa realidade. Ontem eu estava na Universidade do Maranhão, onde o teto da biblioteca está caindo, assim como o do Centro de Ciências e Tecnologia, e a luz foi cortada. Portanto, ali não se pode fazer pesquisa nem ensino. A Extensão depende de carros e de combustíveis que não há. Senti-me na obrigação, então, ao saudar o pronunciamento de V. Ex^a – porque sei do compromisso que tem de defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade –, de aproveitar para fazer um apelo, num momento tão difícil por que passam hoje as universidades brasileiras. Em vez da velha cantilena enfadonha do pensamento único, devemos liberar, emergencialmente, o recurso que se encontra contingenciado, para que ao menos as universidades não passem por essa situação de calamidade que estão vivenciando, especialmente nestes últimos meses. Felicito e saúdo V. Ex^a, o Senador Arthur Virgílio, e todos aqui presentes para homenagear a nossa querida Amazônia.

O SR. JEFFERSON PERES (PDT – AM) – Obrigado, Senadora Heloisa Helena.

Intencionalmente evitei falar sobre a notória precariedade da universidade brasileira, e não o fiz para não me indignar.

Ouçó o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Jefferson Péres, falo sobre a escassez e a precariedade. Quando governei Manaus e fiz convênios, por exemplo, com a Faculdade de Educação para a construção de laboratórios, eu sabia que estava investindo em pesquisa. Quando fiz convênio, passando a Prefeitura a assumir a responsabilidade pela luz de toda a universidade, não imaginava que estivesse pagando a luz. Eu sabia que estava forjando algum dinheiro para a pesquisa, não me imaginava pagando a luz, ou seja, o dinheiro da pesquisa terminava indo para a luz. Imaginava que algum iria para a pesquisa em razão de a Prefeitura estar se responsabilizando pela luz. Quando fiz convênio para custear a alimentação no campus universitário, eu também não pensava que o fazia com os recursos da Prefeitura; pensava que estava investindo em pesquisa, porque senão o dinheiro da pesquisa iria para a alimentação, levando em conta que muitos deixariam de estudar se não tivessem a possibilidade de se alimentar na própria sede da universidade. De fato puxei uma lembrança muito boa para mim. Quando a Senadora Heloisa Helena levantou a questão da escassez, procurei estabelecer na minha cabeça uma relação muito nítida entre o objetivo fundamental, a pesquisa, e alguns óbices de meio de caminho sem os quais não se chega à pesquisa. Ou seja, meu esforço não foi feito para pagar a luz ou a alimentação. Meu esforço foi feito para obter dinheiro para a pesquisa. Infelizmente, não se faz luz sem pesquisa e não se faz luz sem comida no **campus** universitário. Obrigado, Senador Jefferson Péres. Parabéns pelo seu brilhante e emocionante discurso do ponto de vista do meu coração, sobretudo!

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Eu era vereador, na época em que V. Ex^a era prefeito, e pude acompanhar de perto a alegria com que V. Ex^a acolhia todos os pleitos da Universidade. Aliás, não se poderia esperar atitude diferente de V. Ex^a, não apenas por ser filho do criador da nova Universidade, mas também pela sua sensibilidade, pelo seu nível intelectual, que muito honra hoje este Senado.

Ouçó o Senador Luiz Otávio.

O Sr. Luiz Otávio (PMDB – PA) – Professor e Senador Jefferson Péres, eu não poderia deixar de me manifestar nesta tarde, quando todos nós e o Senado Federal participamos desta festa de comemoração dos

95 anos da Universidade Federal do Amazonas, estando V. Ex^a, nesta oportunidade, na tribuna. Senador Jefferson Péres, somos irmãos brasileiros e vizinhos – sou paraense, com muito orgulho – e participamos da votação, nesta Casa, pela transformação das Faculdades de Agronomia do Estado do Pará em Universidade Rural da Amazônia, bem como pela criação da Universidade Federal do Estado do Tocantins. Com certeza, essas são também grandes datas, grandes lembranças. Mesmo com todas as dificuldades que as universidades brasileiras enfrentam, sabemos que criar uma universidade ou transformar uma faculdade em uma universidade de uma região inteira, de um país todo, é também um grande mérito. Esse é o reconhecimento de que continuaremos sempre unidos, tentando superar todas as dificuldades, principalmente sabendo que, na representação dos Estados da Federação no Senado Federal, há pessoas como V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, e como os Senadores Arthur Virgílio e Gilberto Mestrinho, que orgulham muito não apenas o povo amazonense, mas todos nós brasileiros.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Luiz Otávio.

Encerro, não sem reiterar a minha enorme alegria e os meus cumprimentos à Direção do Senado por haver dedicado esta tarde à Universidade Federal do Amazonas, dizendo aos meus colegas professores que não se iludam com a minha tranquilidade. Naturalmente, sou um homem contido. Alguns, como a Senadora Heloisa Helena, expressam essa emoção em lágrimas, para fora; as minhas são derramadas para dentro.

Um abraço grande em todos.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tendo falado o último orador inscrito para esta sessão de homenagem, requerida pelos nobres Senadores Arthur Virgílio, Jefferson Peres, Gilberto Mestrinho, por outras Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Presidência deseja associar-se às palavras de todos aqueles que homenagearam a importante Universidade Federal do Amazonas.

Particularmente, na condição de representante do Estado do Tocantins, integrante da Amazônia Legal, temos esse sentido da relevância da Amazônia e, portanto, desse importante centro de pesquisas que comemora seu 95º aniversário.

Essas eram as homenagens desta Presidência.

Está encerrada a presente sessão de homenagem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para falar como Líder do PSDB após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Arthur Virgílio, fica V. Ex^a inscrito para falar após a Ordem do Dia, em segundo lugar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição, como Líder do PDT, para falar antes ou depois da Ordem do Dia.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Jefferson Péres, V. Ex^a fica inscrito para o momento em que desejar. A Presidência concederá a palavra a V. Ex^a e, igualmente, ao Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB.

A Presidência vai retomar a lista de oradores inscritos, sendo que o primeiro deles é o nobre Senador César Borges, que falará por cessão do Senador Mão Santa.

A Presidência vai suspender a sessão, por dois minutos, para que todos possam cumprimentar os integrantes da Universidade Federal do Amazonas. Logo em seguida, retomaremos a sessão.

Está suspensa a presente sessão.

(Suspensa às 15 horas e 24 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 461, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 49, de 2004, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Marcelo Fernandez Trindade, para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para complementar mandato que se encerra em 2007.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 11 de maio de 2004, apreciando

o relatório apresentado pelo Senhor Senador Fernando Bezerra sobre a Mensagem nº 49, de 2004, opina pela aprovação da indicação do Senhor Marcelo Fernandez Trindade, para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por 18 votos favoráveis, 1 contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2004. – **Ramez Tebet**, Presidente – Senador **Ney Suassuna**, Relator *ad hoc* – **Roberto Saturnino** – **Flávio Arns** – **Antonio Carlos Valadares** – **Serys Slhessarenko** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Romero Jucá** – **Luiz Otávio** – **João Alberto Souza** – **Sérgio Cabral** – **Valdir Raupp** – **Ney Suassuna** – **Jonas Pinheiro** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Paulo Octavio** – **Edison Lobão** – **Rodolpho Tourinho** – **Marcos Guerra** – **Patrícia Saboya Gomes**.

RELATÓRIO

Relator *ad hoc*: Senador **Ney Suassuna**

É submetida à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 10 da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, e com o art. 2º desta mesma lei, a indicação do Senhor Marcelo Fernandez Trindade para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Trata-se de uma indicação presidencial, feita por meio da Mensagem nº 49, de 2004, acompanhada do **curriculum vitae** do indicado.

O Senhor Marcelo Fernandez Trindade é brasileiro, casado e domiciliado no Rio de Janeiro. Ele se formou pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1986.

Sua formação profissional inclui também o seguinte:

- Mestrado (incompleto) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 1999/2000; e
- Academy of American and International Law do “Center of American and International Law” em, Dallas, Estados Unidos, em 2002.

O **curriculum vitae** do Senhor Marcelo Fernandez Trindade lista as seguintes atividades profissionais:

- Sócio do escritório Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados, entre janeiro de 1999 e novembro de 2000, e entre setembro de 2002 e janeiro de 2003.
- Sócio de Cardoso, Rocha, Trindade & Lara Resende Advogados em 1998.
- Sócio de Trindade & Lara Resende Advogados entre 1990 e 1997.
- Foi Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de dezembro de 2000 a abril de 2002.

• Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

As atividades acadêmicas do indicado são as seguintes:

- Professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, admitido por concurso público de provas e títulos em 1993.
- Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito Societário e Mercado de Capitais da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro.

A formação acadêmica e profissional do Sr. Marcelo Fernandez Trindade obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para o qual foi indicado pelo Presidente da República.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, o nome em questão está em condições de ser apreciado por esta comissão.

Sala da Comissão, – **Ramez Tebet**, Presidente – **Fernando Bezerra**, Relator – **Ney Suassuna**, Relator *ad hoc*.

PARECER Nº 462, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que “altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal” (excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Municípios).

Relator: Senador **Jorge Bornhausen**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575, de 1998, na Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado Edison Andrino e outros deputados, que altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal.

A proposta tem por objetivo, ao modificar a atual redação do inciso IV do art. 20 da Carta Magna, criar exclusão à regra de propriedade da União das ilhas oceânicas e costeiras, quando nelas houver sede de municípios, exceção feita às áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal.

A proposição, **ex vi** do art. 356 do Regimento desta Casa, foi despachada a esta Comissão para exame e oferecimento de parecer.

II – Análise

Compete a este órgão técnico o exame da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito, a teor do art. 356 do texto regimental.

Assim, verifica-se que a PEC nº 15, de 2004, preenche o requisito do art. 60, I, da Constituição da República, ultrapassando o número mínimo de subscritores. Igualmente, obedecidas estão as limitações materiais do poder de reforma constitucional, fixadas pelo § 4º do art. 60 da Lei Maior.

Quanto ao mérito, entendemos extremamente louvável a iniciativa ora em apreço, porquanto entendemos que a Carta Magna carece do aperfeiçoamento ora proposto, que, aliás, a nosso juízo, já sobrevém ao mundo jurídico com atraso de dezesseis anos.

À época da Assembléia Nacional Constituinte, que culminou com a promulgação da Constituição Cidadã, defendemos com veemência, juntamente com o ilustre Deputado Cláudio Ávila, a tese de que as ilhas oceânicas e costeiras, onde há sede de municípios, não deveriam ser incorporadas aos bens da União.

Na oportunidade, lamentavelmente, a emenda por nós apoiada restou rejeitada. Agora, todavia, vislumbramos a oportunidade de, finalmente, trilharmos o caminho correto e corrigirmos o equívoco em que incorreu a Assembléia Nacional Constituinte.

A proposta claramente cuida apenas de restabelecer a normalidade dos fatos, retirando do patrimônio da União terras que lhe foram indevidamente atribuídas, e restituindo aos municípios tais glebas que, em face do processo de urbanização, passaram a integrar suas respectivas áreas administrativas.

Não se pode olvidar que sob a égide do regime constitucional anterior, os municípios não possuíam a mesma estatura jurídica à qual foram alçados pela Carta Magna de 1988, e isto nos convence de que foi um lamentável equívoco da Assembléia Nacional Constituinte ignorar seu **status** de ente federativo pleno, outorgando à União a propriedade de terras devolutas localizadas em ilhas costeiras ou oceânicas que contenham sede de Município.

Cuida-se de um evidente entrave ao perfeito desenvolvimento local, cabendo ressaltar que, além de Florianópolis/SC, outras duas capitais de Estados – São Luís/MA e Vitória/ES –, além de outros tantos municípios que, a despeito de não serem capitais de seus estados, possuem relevante importância estratégica para o desenvolvimento regional, estão na mesma injustificável situação jurídica.

E nem se alegue que a proposição poderia ter o condão de vulnerar áreas afetadas ao serviço público ou de proteção ambiental, pois se encontram devidamente ressalvadas na proposta essas duas exceções.

A aprovação da PEC nº 15, de 2004, portanto, é medida urgente e imperiosa.

III – Voto

Dessarte, mantendo-nos fiéis às lutas de outrora, concluímos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, e, ainda, oportunidade e conveniência da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 5 de maio de 2004. – **Edison Lobão**, Presidente – **Jorge Bornhausen**, Relator – **Serys Silhesarenko** – **Aloizio Mercadante** – **Tião Viana** – **Leomar Quintanilha** – **Garibaldi Alves Filho** – **Pedro Simon** – **César Borges** – **Tasso Jereissati** – **Arthur Virgílio** – **Eduardo Suplicy** – **Ney Suassuna** – **Rodolpho Tourinho** – **Eduardo Azeredo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

PARECER Nº 463, DE 2004

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 45, de 2004, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Alexandre Silveira de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.”

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em votação secreta realizada em 11 de maio de 2004, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 45, de 2004, opina pela aprovação da indicação do Senhor Alexandre Silveira de Oliveira, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Infra-Estrutura de

Transportes – DNIT por 22 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2004. – Senador **José Jorge**, Presidente – Senador **Valdir Raupp**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Valdir Raupp**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 45, de 2004 (nº 175, de 14 de abril de 2004, na origem), submete ao exame do Senado Federal o nome do Senhor Alexandre Silveira de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), do Ministério dos Transportes.

Natural de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, o Senhor Alexandre Silveira de Oliveira é bacharel em Direito. Como tal, exerceu a função de delegado de polícia de carreira, ocupando o cargo de supervisor da Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) na área administrativa, e de Identificação da 1ª Delegacia Regional de Segurança Pública de Minas Gerais (SESP/MG).

Entretanto, foi no setor de projetos e obras de construção civil que suas atividades profissionais tiveram maior desenvolvimento, tanto na iniciativa privada quanto na administração pública.

Entre as atividades exercidas na iniciativa privada, destacam-se a consultoria técnico-administrativa junto à Construtora AOS Edificações Ltda., e a supervisão administrativa de obras de engenharia estrutural e de arquitetura, abrangendo inúmeras edificações residenciais na cidade de Belo Horizonte.

Na administração pública ocupa, desde 2003, o cargo de Coordenador da 6ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre (UNIT) do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes em Minas Gerais, onde administra a maior malha rodoviária federal dentre todos os estados da Federação. Sua exemplar administração possibilitou a aplicação de recursos da ordem de R\$200 milhões, voltados em sua maioria para obras de restauração e conservação de rodovias, providência fundamental para preservar as condições de trafegabilidade das rodovias federais mineiras durante o período das chuvas.

A análise do **curriculum vitae** do indicado demonstra que ele atende plenamente às disposições do art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, que define os atributos requeridos para os diretores do DNIT, quais sejam, cidadania brasileira, idoneidade moral e reputação ilibada, formação acadêmica apropriada e indiscutível experiência profissional.

Ademais, o Brasil espera do novo diretor do DNIT descortino e competência para realizar investimentos da ordem de R\$3 bilhões, de modo a assegurar a continuidade das obras contratadas e a recuperação da nossa infra-estrutura viária. O Senhor Alexandre Silveira de Oliveira certamente reúne esses atributos, fato que o credencia ao pleno desempenho do cargo para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Isso posto, submetemos à apreciação e julgamento desta douta Comissão a indicação do Senhor Alexandre Silveira de Oliveira, constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, III, f, combinado com o parágrafo único do art. 88 da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001.

Sala da Comissão, 11 de maio de 2004. – **José Jorge**, Presidente – **Valdir Raupp**, Relator – **Antonio Carlos Valadares** – **Serys Slhessarenko** – **Sibá Machado** – **Fátima Cleide** – **Paulo Elifas** – **Valmir Amaral** – **José Maranhão** – **João Ribeiro** – **Rodolpho Tourinho** – **Leonel Pavan** – **Sérgio Guerra** – **Augusto Botelho** – **Roberto Saturnino** – **Ana Júlia Carepa** – **Fernando Bezerra** – **Luiz Otávio** – **Ney Suassuna** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Marcos Guerra** – **Mozarildo Cavalcanti**.

PARECER Nº 464, DE 2004

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 46, de 2004, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Hideraldo Luiz Caron para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em votação secreta realizada em 11 de maio de 2004, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 46, de 2004, opina pela aprovação da indicação do Senhor Hideraldo Luiz Caron, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Infra-Estrutura de Transportes – nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2004. – Senador **José Jorge**, Presidente – Senador **Sérgio Guerra**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem Presidencial nº 46, de 2004 (nº 176, de 14 de abril de 2004, na origem), submete ao exame do

Senado Federal o nome do Senhor Hideraldo Luiz Caron para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), do Ministério dos Transportes.

O Senhor Hideraldo Luiz Caron, nascido no dia 30 de junho de 1960, em São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, é engenheiro civil, formado pela Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Sua vida profissional teve início em 1986 como tesoureiro do Partido dos Trabalhadores em Santa Maria (RS). Daí em diante passou a atuar em diversos cargos no setor público, à exceção de uma rápida passagem como vice-presidente do Partido dos Trabalhadores de Porto Alegre (RS), em 1998. Entre os cargos exercidos pelo Senhor Hideraldo Luiz Caron, destacam-se:

- Coordenador de Obras do Departamento Municipal de Habitação da Prefeitura de Porto Alegre (RS), em 1989;
- Coordenador do Centro Administrativo da Restinga da Prefeitura de Porto Alegre (ES), no período entre 1990 e 1992;
- Diretor-Geral do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, da Prefeitura de Porto Alegre, no período entre 1993 e 1996;
- Secretário Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Porto Alegre, no período entre 1997 e 1998;
- Diretor-Geral do DAER (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no período entre 1999 e 2002;
- Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração de Rodovias do DNIT, em 2003.

A análise curricular do indicado demonstra que ele atende plenamente às disposições do art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, que define os atributos requeridos para os diretores do DNIT.

Com efeito, o Senhor Hideraldo Luiz Caron é cidadão brasileiro, goza de idoneidade moral, reputação ilibada e conta com formação acadêmica apropriada, associada à inequívoca experiência profissional. Destaque-se o fato de nos últimos cinco anos haver trabalhado como diretor-geral de um departamento de estradas de rodagem e como coordenador-geral em área de atividade-fim do próprio DNIT.

O indicado reúne, pois, atributos que o credenciam ao pleno desempenho do cargo para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Diante do exposto, submetemos à apreciação e julgamento desta douta Comissão a indicação do Senhor Hideraldo Luiz Caron, constante da referida men-

sagem presidencial, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, III, f, combinado com os arts. 85 e 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001.

Sala da Comissão, – **José Jorge**, Presidente – **Sérgio Guerra**, Relator – **Antônio Carlos Valadares** – **Serys Slhessarenko** – **Sibá Machado** – **Fátima Cleide** – **Paulo Elifas** – **Valdir Raupp** – **Valmir Amaral** – **José Maranhão** – **João Ribeiro** – **Rodolpho Tourinho** – **Leonel Pavan** – **Augusto Botelho** – **Roberto Saturnino** – **Ana Júlia Carepa** – **Fernando Bezerra** – **Luiz Otávio** – **Ney Suassuna** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Marcos Guerra** – **Moza-rildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 46/LM/04

Brasília, 11 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido editada a Medida Provisória nº 182, de 29 de abril de 2004, que “dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004, e dá outras providências”, indico o Senador César Borges para integrar a Comissão como membro Titular, em substituição ao Senador José Agripino, que passará a integrar a Comissão como Suplente.

Cordialmente, – Senador **Efraim Moraes**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 106/2004 – CPMI “da Terra”

Brasília, 10 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada através do Requerimento nº 13, de 2003 – CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”, informo a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou realização de Audiência Pública e Visitas aos Assentamen-

tos e Acampamentos, no Estado de Pernambuco, nos próximos dias 12 e 13 de maio.

Assim solicito a especial atenção de Vossa Excelência no sentido de que seja providenciado junto ao setor competente da Casa, o registro de justificativa de ausência dos Senhores Senadores Álvaro Dias, Siba Machado e Sérgio Guerra, para os dias 12 e 13 de maio do corrente, em cumprimento aos preceitos regimentais.

Atenciosamente, – Senador **Álvaro Dias**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 151/04

Brasília, 7 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o nome do Deputado Aníbal Gomes – PMDB/CE para integrar, na condição de suplente, a “Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização”, em substituição ao Deputado Leonardo Matos – PV/MG.

Atenciosamente, – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

OF/GAB/I/Nº 479

Brasília, 11 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Aníbal Gomes e Jorge Alberto passam a integrar, na qualidade de titulares, a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 182/2004, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004 e dá outras providências, em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

OF. PSDB/Nº 662/2004

Brasília, 11 de maio de 2004

Senhor Presidente,

indico a Vossa Excelência o Deputado Júlio Re-decker, como membro titular, e o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 183, de 2004, que “Reduz as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins, incidentes na im-

portação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários classificados no Capítulo 31 da NCM, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Custódio Mattos**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência comunica ao Plenário que a **Medida Provisória nº 184, de 2004**, que “abre crédito extraordinário aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor dos Ministérios da Justiça, dos Transportes e da Defesa, para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV Nº 184	
Publicação no DO	11-5-2004
Emendas	Até 17-5-2004 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	11-5 a 24-5-2004 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	24-5-2004
Prazo na CD	de 25-5-2004 a 7-6-2004 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	7-6-2004
Prazo no SF	8-6 a 21-6-2004 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	21-6-2004
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	22-6 a 24-6-2004 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, observando a pauta a partir de	25-6-2004 (46º dia)
Prazo final no Congresso	9-8-2004 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Dando continuidade à lista de oradores inscritos, concedo a palavra, por vinte minutos, ao primeiro deles, Senador César Borges, do PFL da Bahia, por cessão do Senador Mão Santa.

S. Exª dispõe de até 20 minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, cumprindo a missão institucional de legislar que o povo da Bahia me concedeu, apresentei no ano passado projetos que julgo da maior relevância para a democracia brasileira.

Com o objetivo de corrigir, no nosso entender, uma grave inconstitucionalidade, submeti ao exame desta Casa dois projetos de lei: o Projeto de Lei do Senado nº 284 e o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2003, para modificar a Lei nº 9.504/97, a chamada Lei Eleitoral, que se encontra em desarmonia com os princípios constitucionais da segurança jurídica e da presunção de inocência.

Na semana passada, iniciamos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, a discussão do PLS nº 284. Naquela ocasião, o projeto recebeu o apoio da quase maioria dos Senadores de praticamente todos os partidos.

Entretanto, Sr. Presidente, é inacreditável a repercussão dessa matéria junto à imprensa e a setores importantes da sociedade brasileira, que têm feito pesadas críticas ao conteúdo do projeto, talvez por desconhecimento, por interpretação equivocada ou até – de alguns poucos, é bem verdade – por má-fé e desejo de uso de uma má política.

Em primeiro lugar, é importante destacar que o projeto foi apresentado em meados de agosto do ano passado e que, portanto, não se trata de manobra casuística para favorecer esse ou aquele Partido ou quem quer que seja de forma específica, mas apenas cumpri o juramento que fiz perante esta Casa de cumprir e fazer cumprir a Constituição do meu País.

Tenho ouvido alegações de que os projetos que apresentei pretendem “impedir a punição de corruptos”, “facilitar a corrupção” e até mesmo “criar regalias para os políticos”.

Mas será, Sr. Presidente, que garantir o cumprimento de um princípio constitucional é facilitar a corrupção? Será que esse será um privilégio apenas dos políticos?

E é exatamente com o objetivo de evitar danos irreparáveis ao voto popular e a mandatos obtidos legitimamente, e até mesmo à imagem de muitos cidadãos honestos, que apresentei os PLS nºs 284 e 285, de 2003.

Muitos dos que são contra o projeto alegam que, em virtude da morosidade da Justiça brasileira, não será mais possível condenar um político por compra de votos, caso aprovados os PLS nºs 284 e 285.

Mas será, Sr. Presidente, que a morosidade da Justiça pode servir de pretexto para ignorar princípios fundamentais da nossa Constituição? Se for assim, em breve, poderemos chegar ao exagero de justificar

até a pena de morte pela falta de vagas no sistema prisional brasileiro.

Ora, Sr. Presidente, isso não tem cabimento nem pode ter. Se a Justiça é lenta, precisamos, sim, criar mecanismos que a tornem mais ágil. Aí está a reforma do Judiciário. A incapacidade administrativa do Estado não pode servir, de forma alguma, como pretexto para cercear um direito fundamental de qualquer cidadão.

Os opositores do projeto, por mais incrível que pareça, ainda não apresentaram nenhuma contestação em relação ao argumento fundamental que motivou a apresentação, por mim, desses projetos: de que há princípios constitucionais sendo hoje gravemente desrespeitados. Sem argumentos, restou, infelizmente, a agressão e até mesmo a difamação e, com certeza, a mentira.

Há tentativas, inclusive, de confundir a opinião pública. Publicou-se reportagem afirmando que eu teria apresentado os projetos em benefício próprio. Citaram um processo movido contra mim na Justiça Eleitoral do meu Estado pelos meus adversários políticos locais que não se trata de acusação de compra de votos, portanto, não tem relação com o projeto que apresentei, como exemplo dessa tal "legislação em causa própria", além do fato de que eu obtive vitória no Tribunal Regional Eleitoral por quatro votos a um em recente decisão.

Isto mesmo, Sr^{as} e Srs. Senadores, reportagens que supostamente combatem os PLS nºs 284 e 285, de 2003, não contestam o argumento central da proposta e ainda por cima apresentam uma relação inverídica entre um processo movido contra mim, repito, promovido pelos derrotados na última eleição, cuja motivação é política, e a lei que pretendo modificar.

Espero sinceramente que possa a mídia corrigir as informações erradas infelizmente passadas a seus leitores. Além disso, diferentemente do que foi publicado, não existe contra mim nenhum processo tramitando no Tribunal Superior Eleitoral. É preciso que os que são contra o projeto venham esclarecer no debate qualificado e democrático se há ou não afronta à Constituição Federal na Lei nº 9.504, de 1997, no seu art. 41-A, como está hoje em vigor.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante lembrar que é princípio constitucional assegurar aos acusados em geral o contraditório, a ampla defesa e os recursos a ela inerentes (inciso LV do art. 5º da Constituição Federal); e que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (inciso LVII do mesmo art. 5º da Constituição Federal).

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O que não pode ser diferente em sentença na área eleitoral. É assim na área penal e será assim em qualquer área do Direito aplicado.

Nossa Lei Maior não distingue situações para exigência de sentença transitada em julgado para a condenação. De modo que qualquer lei que venha a dispensar sentença final afronta diretamente a Constituição Federal.

Veja, Sr. Presidente, que quando trata da possibilidade de perda dos direitos políticos, a própria Constituição, no seu art. 15, exige a condenação criminal transitada em julgado. Também nos regulamentos dos próprios advogados brasileiros consta que deve haver sentença transitada em julgado para que haja uma condenação.

Entretanto, Sr. Presidente, o art. 41-A da Lei nº 9.504, editado pela Lei nº 9.840, de 1999, com o objetivo de coibir e punir a chamada compra de votos tem implicado a inobservância dos princípios constitucionais da presunção de inocência e da segurança jurídica.

Muitos representantes eleitos têm tido seus mandatos populares cassados, em primeira instância, sem que haja uma decisão definitiva da Justiça, constituindo-se, portanto, em decisão irreparável quando a decisão é reformada em instância superior, tornando-se um ultraje ao voto popular, à decisão do eleitorado, que terá seus direitos cerceados durante o período de afastamento do mandato que foi escolhido legitimamente pela própria população.

Após a apreciação dos recursos, pode a Justiça Eleitoral determinar o retorno dos políticos aos cargos eletivos, quando os prejuízos decorrentes da cassação do mandato já terão se materializado de forma irreparável. Um prejuízo político, sem dúvida, irreparável para o parlamentar ou para qualquer detentor de mandato, que, injustamente, terá o seu mandato cassado e sua vida pública manchada para sempre.

Isso para não falar dos prejuízos decorrentes da descontinuidade administrativa, em que quem paga é a população que escolheu as propostas de um candidato, mas teve que se submeter à vontade e muitas vezes à perseguição de outro que foi rejeitado pelas urnas.

A presunção de inocência está infelizmente sendo transformada em presunção de culpa e, a partir de uma decisão preliminar e transitória, o representante eleito diretamente pelo povo pode ser destituído do seu mandato.

Trata-se de uma grave ameaça ao Estado Democrático de Direito, pois estamos falando de um mandato eletivo cuja titularidade pertence ao povo brasileiro e a mais ninguém. Não é de maneira alguma razoável que uma sentença judicial preliminar – friso: sentença

judicial preliminar – contrarie uma decisão soberana do povo brasileiro.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma; em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, ao Senador Mão Santa e ao Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador César Borges, eu não deveria interrompê-lo, porque V. Ex^a nos dá uma aula de Direito Constitucional e de Processo Penal, dentro da estrutura do que exige a Lei Eleitoral. Não tenho o que discutir nem questionar a respeito do que diz, porque V. Ex^a, nesta Casa, tem sido um exemplo de pesquisador, sempre trazendo à tribuna argumentos irrefutáveis; mas eu gostaria de citar o exemplo de um homicida condenado que, estando na primeira instância, não vai para a cadeia, fica aguardando até a fase final, quando da condenação definitiva. Ao surgir qualquer fato novo, alega-se que só após a sentença passada em julgado. Aprendi na faculdade que não pode haver punição antes de a sentença ser passada em julgado. No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, cerca de 27 candidatos ao cargo de Deputado ficaram pendurados por motivos às vezes leves – alguns mais graves. Na reforma do Judiciário tiraram um membro do Judiciário Estadual e colocaram um do Federal. Por que não deixar o estadual e aumentar o federal para dar mais velocidade ao julgamento? É claro que o Parlamentar não pode atravessar todo o seu mandato tendo a espada de Dâmoques sobre sua cabeça. Fiz esse aparte apenas para elogiar V. Ex^a e ressaltar a elegância com que explica qual comportamento deve ser adotado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado Senador Romeu Tuma. Para mim suas palavras são um grande elogio.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador César Borges, inicialmente, devo dizer que não há nenhum processo contra V. Ex^a, apenas uma acusação extemporânea, por ter respondido a um repórter, em 18 de julho de 2003, que era candidato e venceria a eleição. Seria interessante se V. Ex^a, perguntado pelo repórter, respondesse: Sou candidato, e vou perder a eleição. Essa acusação ridícula parte de uma pessoa conhecida pelos seus maus hábitos na vida pública e que, derrotada nas eleições na Bahia, está prestes a sofrer nova derrota. V. Ex^a venceu a eleição com mais de 900 mil votos de diferença. Conseqüentemente, essa resposta ao repórter que significado tem? Mas já vimos absurdos maiores até, no Tribunal da Bahia, quando prefeitos são afastados sumariamente sem sequer direito de defesa. Recentemente,

o Presidente do Tribunal declarou que afastaria mais de 40 prefeitos, só não o fez porque saiu antes. Tudo isso é uma demonstração cabal de que V. Ex^a não tem culpa nenhuma no cartório. V. Ex^a não aceitou a minha sugestão, hoje, que era a de aqui ou na comissão dizer: “Está bem, se é do meu interesse, retiro o projeto.” Se os líderes quiserem e considerarem certo, que subscrevam o projeto. Esse seria o procedimento para que houvesse a solidariedade devida a quem solidariedade merece. Portanto, fique V. Ex^a absolutamente tranqüilo. Até gostaria de que o caso viesse para o TSE, pois seria levada no ridículo a denúncia apreciada e julgada pelo TRE – que não nos é nada favorável –, como uma denúncia sem nenhum significado, uma denúncia vazia. V. Ex^a está acima de tudo isso. E esse foi o motivo de ter sido escolhido candidato a Prefeito. Daqui a pouco dirão que estou pecando, porque V. Ex^a é pré-candidato a Prefeito da cidade de Salvador. Portanto, para que V. Ex^a, mais uma vez, não seja, como está sendo, acusado de modo absurdo, não direi que V. Ex^a será eleito Prefeito, mas sei que V. Ex^a e o povo de Salvador têm essa certeza. Deve-se, sim, tirar corruptos da vida pública. Quando isso acontecer, V. Ex^a jamais estará no meio deles, porque a vida de V. Ex^a tem sido um exemplo de honestidade, de seriedade e de eficiência. Mas saiba V. Ex^a que todo aquele que é eficiente, sério e tem voto é invejado. Há pouco, um repórter de uma revista me perguntou: “Qual é a causa do seu prestígio?” Respondi: tenho voto. Aqui repito que quem tem voto não deve se incomodar nem mesmo com a maldade de um jornalista que, seguindo a orientação de uma figura deletéria da política baiana, agiu propositadamente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães, a mim muito me honram as suas observações. V. Ex^a fez referência ao importante ponto da proximidade de uma eleição, quando os interesses políticos falam mais alto até do que a própria verdade. Talvez seja esse o motivo do surgimento desse tipo de situação, pois o nosso projeto, como já disse, não é casuístico e remonta ao ano de 2003, quando eu sequer pensava que poderia vir a disputar uma eleição neste ano, pois meu mandato vai até 2011.

Ouçó o nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, nós nos conhecemos ao longo dessas lutas políticas, V. Ex^a, como vice-governador, governador extraordinário e, agora, Senador da República. Devo dizer que V. Ex^a não é réu. Se me permite o Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a, como o Senador, é uma das maiores lideranças do nosso Nordeste. Eu queria expressar o meu ponto de vista sobre este as-

sunto. É esta Casa, é o Congresso, que deve fazer as leis. Não podemos abdicar desse direito. Não houve influência da CNBB, que merece todo o nosso respeito, meu nome é cristão, é Francisco, mas quem deve fazer leis, boas e justas, somos nós, embora a inspiração venha de Deus. Moisés recebeu as leis de Deus para que o mundo ficasse melhor. O próprio Cristo aqui veio e disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. É divina a justiça, mas quem a faz são os homens, Senador Antonio Carlos Magalhães. Esses homens têm interesses e podem ser atingidos pela corrupção. O que se está buscando aqui é aquilo que eu represento, que o PMDB de Ulysses representa. Ulysses beijou a Constituição e disse: “Quem trai a Constituição trai a Pátria”. Está na Constituição que a sentença tem que transitar em julgado, em última instância. Mas o que se vê hoje? A eleição é um jogo limpo e puro, porque tem juiz, tem tudo. Uma pessoa é eleita – o segundo colocado tem um grande poder econômico e arruma um mecanismo com advogados eficientes, acusações compradas –, mas, de chofre, fica sem o recurso que V. Ex^a está buscando. Durante esse tempo que estou aqui, vejo que V. Ex^a enriquece o Senado, porque esta Casa tem a função de ser revisora, de aperfeiçoar leis. E V. Ex^a, com a sua coragem e os nossos aplausos, está melhorando. Ninguém está defendendo a corrupção, não. Os tribunais estão aí. Como Montaigne disse, “a justiça é o pão de que a humanidade mais necessita.” Estou agora com V. Ex^a e com Rui Barbosa, que disse que a salvação é a lei e a justiça. V. Ex^a quer que se obedeçam às leis todas, à Constituição, mãe de todas as leis.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Ouçó o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador César Borges, estou pronto para votar favoravelmente ao projeto de V. Ex^a tão assim a pauta seja desobstruída e se possa realizar a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Eu entendo por todas as razões, a fé na democracia é a maior delas, que, de fato, a presunção tem que ser a de inocência. Não adianta se tentar fazer ética à prestação, ética na pressa, ética em cima da perna. Isso não leva a lugar nenhum e só mesmo aqueles que têm medo da própria vida é que ficam a prestar contas a essas injunções, a essas movimentações conjunturais, como se tivessem que dar uma satisfação a quem está cobrando ética, com boa fé, certamente, pela imprensa. Então, aquele que não se sente tão seguro pensa que tem que mostrar que é ético e afastar de si as suspeitas todas e dizer que o certo é exatamente o suposto rigor que está posto ali. Antes de mais nada eu queria,

portanto, “desfulanizar” e dizer que o seu projeto para mim é meritório, ele casa com a democracia brasileira, é maduro e merece o respeito dos seus pares, tanto quanto merece o mandato que V. Ex^a, com muita competência, desempenha aqui no Senado. Agora, tenho um exemplo no meu Estado. E cada um aqui vai se lembrar do seu próprio Estado e relacionar o seu Estado e a lembrança com o período ditatorial. Um Vereador muito brilhante, muito combativo, chamado Fábio Lucena, no meu Estado, seria disparadamente o mais votado Deputado Federal na eleição de 1974. Os ventos sopravam a favor da Oposição; em 22 Estados, 16 Senadores foram eleitos; 6 apenas os da Arena. Fábio Lucena seria certamente o mais votado Deputado. Ele tomou determinados gestos, proferiu determinados discursos, e o poder autoritário decidiu processá-lo com base na Lei de Segurança Nacional. Assim que saiu – e era assim a “lei” do regime que não tinha lei – a denúncia da Promotoria contra o Vereador Fábio Lucena, ele foi declarado inelegível. Bastava a denúncia, a presunção, portanto, era da culpa contra os inimigos do regime, para se extirpar uma carreira política. Fábio, depois, foi absolvido, o que mostra a injustiça do diploma que o tornou inelegível. Foi absolvido e, anos depois, foi eleito Senador com uma votação retumbante. Mas me refiro ao fato de que ele não pôde se candidatar a Deputado Federal, sem culpa provada, apenas porque havia uma regra ditatorial que não permitiu que aquela carreira brilhante se desenvolvesse. Ou seja, uma das razões pelas quais lutamos por democracia se embasava na presunção da inocência, na necessidade de uma justiça que tivesse autoridade suficiente para julgar sem peias, na idéia de que tem que transitar em julgado a culpa de alguém. Não transitou em julgado, não é culpado suficiente. Posso ter a maior convicção de que fulano é culpado, mas se não transitou em julgado não me sinto no direito de dizer que de fato ele é culpado – posso até dizer politicamente, e aqui fazemos embates, isso aqui não é um tribunal, emito a minha opinião política –, porque a opinião jurídica vem definitiva quando há o trânsito em julgado. Portanto, que democracia seria essa que concede o trânsito em julgado para todo mundo menos para quem detém mandato eletivo? Que democracia seria essa que imagina que aquela pessoa que está decidindo sobre os destinos do País de repente possa ter o seu voto invalidado, a sua presença invalidada na cena nacional, como se isso fosse uma resposta ética? Para mim, por exemplo, Senador Antonio Carlos, é muito ético fazermos sorteio com correção, os chamados sorteios de municípios, não é? Fazer sorteio, evitar de mexer em bolinha de sorteio. Acho isso muito grave. Para mim, é muito ético não termos necessidade

de mostrar que somos, basta sermos, pura e simplesmente sermos. Não precisa mostrar que somos, basta sermos. Então, não apoiar o seu projeto seria uma concessão à pressa, ao julgamento apressado, seria uma concessão à injustiça, seria uma concessão mais ao moralismo do que à moral. Portanto, eu, que respeito todas as entidades, a CNBB, a respeito e acato, sou católico praticante, respeito a Ordem dos Advogados do Brasil, reverencio o passado e quero muito o futuro para essas entidades, mas o meu voto não está condicionado a pressões, venham de onde vierem. O meu voto está condicionado à minha consciência. A minha consciência me diz que a democracia pela qual meu pai foi cassado, a democracia pela qual eu fui preso, a democracia pela qual tanto sofreu o Presidente Lula, a democracia que banuiu o Presidente Fernando Henrique Cardoso, a ditadura que banuiu essas pessoas todas, a democracia pela qual foi banido o Presidente Fernando Henrique, pela qual tanto sofreu o Presidente Lula, repito, essa democracia exige que o trânsito em julgado seja a decisão final para que o ser humano não se sinta vilipendiado. Aí alguém diz: mas demora muito. Aí já é um outro problema. Problema do processo, da agilidade que tem que ser oferecida à Justiça a partir da reforma sábia que podemos estar fazendo ou não. Eu não tenho certeza se a nossa reforma vai levar necessariamente à agilização da Justiça. Mas não dá para dizer que, na pressa, contra o réu. Não. Na pressa não pode ser contra o réu. **In dubio pro reu.** Por que na pressa contra o réu? É preciso, então, não se ter pressa. É preciso que se tenha a pressa prudente, a pressa sábia da Justiça para que se faça justiça em cima de coisas sérias, com veredicto sérios. Delinqüiu efetivamente, seja punido; não delinqüiu ou há dúvida sobre se delinqüiu, aprofunda-se a investigação. Eu creio que seria um País onde todos nós dormiríamos com a consciência mais tranqüila e dormiríamos sem o constrangimento de estar praticando violências contra parte da população. Por exemplo, alguém que tem um mandato, como vai acontecer com o Senador João Capiberibe se não houver alteração da situação de S. Ex^a. Alguém pergunta se tenho alguma coisa contra. Eu não tenho nada contra. Não estou sequer dizendo que estou a favor; apenas estou dizendo que, se não se tem absoluta convicção de que o caminho certo é este, de se extirpar um mandato de fulano de tal, nós podemos estar violentando aquela parcela do eleitorado brasileiro que votou no fulano de tal. Penso muito nisso. Eu faço injustiça no dia-a-dia com o meu temperamento, com a minha forma de ver o Brasil, pois prefiro às vezes errar do que ficar em silêncio, mas procuro fazer jus aos meus cabelos que vão ficando grisalhos a cada dia mais fortemente. Percebo

que algo que deve doer no nosso coração é a sensação da injustiça. A sensação da injustiça praticada por pessoas – aí eu perdôo – que querem fazer justiça e foram injustas, aí eu perdôo. Mas não querem fazer justiça, querem dar a entender que estão preocupadas com a justiça e aí ceifam vidas, ceifam carreiras, ceifam perspectivas, ceifam sonhos. Não devemos ter nenhum pejo de discutir o projeto de V. Ex^a à luz do dia e é à luz do dia que eu nele vou votar, seguindo os ditames da minha consciência: **in dubio pro reo.** Transitou em julgado, que desça o braço da lei sobre quem quer que seja. Não transitou em julgado... Eu creio que se deve até apressar, encurtar a distância entre o início do processo e o trânsito em julgado. Sou completamente a favor. Justiça demorada significa injustiça duas vezes, porque isso termina privilegiando – e não é culpa da Justiça...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. Porque isso termina privilegiando aquele que tem culpa. A culpa final demora a ser declarada e acaba perseguindo brutalmente aquele que não tem culpa e que está ansioso por um veredicto rápido, que lhe dê ganho de causa. Portanto, V. Ex^a traz um problema de consciência que, ao meu ver, deve ser examinado por esta Casa com muita maturidade. Não temos que ficar aqui proferindo voto que não seja o voto independente, que corresponda à soma das nossas consciências e, portanto, à manifestação livre da consciência de cada um de nós. Parabéns a V. Ex^a pelo belo pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. As palavras de V. Ex^a me confortam e vão ao âmago do problema. Nós estamos procurando fazer justiça, e não injustiça, muitas vezes irreparável.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

Peço a compreensão do Presidente. É uma questão que merece um pouco de discussão.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Nobre Senador César Borges, V. Ex^a, com a apresentação desse projeto no ano passado, num período ainda muito longínquo das últimas decisões judiciais da Justiça Eleitoral, teve a grande virtude de levantar um problema. Desde a época em que foi aprovada a chamada Lei do Bispo, que regula a compra de votos ou captação ilegal de sufrágios, eu fui e continuo sen-

do um entusiasmado defensor dessa lei, do combate à corrupção, ocorra ela onde ocorrer. Eu era favorável não apenas ao combate ao poder econômico, que ainda influencia as nossas eleições, como também ao combate à compra de votos e à profusão da boca de urna, muitas vezes paga durante as eleições para definir a situação de um candidato proporcional ou majoritário. Mas eu queria dizer a V. Ex^a que a lei age de acordo com a realidade; não existe lei imputável, não existe lei infalível. As leis são elaboradas por pessoas; as leis são interpretadas. E cada caso é julgado por um juiz, por um órgão de pessoas fadadas aos acertos e aos desacertos, aos equívocos. Ora, se a lei não for bem feita, se ela não ditar limites, logicamente poderemos entrar em determinadas situações parecidas com as de um Estado de exceção. Por isso louvo a atitude de V. Ex^a em levantar esse problema, trazendo a lume o julgamento com base no art. 41-A, da Lei Eleitoral nº 9.504, que foi modificada pelo Congresso Nacional. Ora, se há, numa determinada causa, sinal de bom Direito, e há a possibilidade do cometimento de prejuízo irreparável, logicamente deve haver a devida ação, seja cautelar, seja outra qualquer, para que aquela injustiça não seja cometida contra um candidato que está sendo julgado de forma sumária; para que as provas por ele apresentadas sejam devidamente levadas em conta desde a primeira até a última instância. O interessado deve dispor dos meios de que precisa...

(O Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – ...para recorrer e obter a justiça ditada pela lei e assegurada pela Constituição. V. Ex^a lança esse projeto antes de qualquer julgamento no Brasil. V. Ex^a é um homem íntegro, um homem capaz, foi um bom Governador, um excelente Governador, não cometeu nenhum ato de corrupção – prova é que V. Ex^a não está sendo processado por compra de votos, não existe nenhum processo com esse objetivo. Não sei por que inventaram isso. V. Ex^a não está sendo processado por compra de votos. O que sei é que V. Ex^a deu uma entrevista numa rádio, e por causa disso o poder econômico foi invocado. Mas, por compra de votos, não existe qualquer processo na Justiça contra V. Ex^a. O objetivo foi desqualificar o projeto de V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Exatamente.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Devemos, sem dúvida alguma, ouvir os interessados. A CNBB, por exemplo, deve ser convidada – acho que ela deve ser convidada, já que há exploração política não só contra V. Ex^a, mas contra todos aqueles que aprovam seu projeto –, a CNBB poderia

ser ouvida em uma exposição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E a própria OAB, que defende a manutenção do art. 41-A. Como eu disse, nada é imutável no domínio do Direito, principalmente quando existe o Legislativo, cuja função é legislar sobre as boas causas, sem impedir, de forma nenhuma, que aquilo que foi propugnado pela CNBB, pela OAB, que é o combate à corrupção eleitoral, seja mantido a qualquer custo, porque tenho certeza de que esse é o pensamento de V. Ex^a e de todos os Senadores que compõem esta Casa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador.

Sr. Presidente, eu pediria um pouco da sua compreensão, para poder conceder um aparte ao nobre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador César Borges, muito rapidamente quero dizer que não vejo a menor contradição entre o que propõe o seu projeto de lei e o que desejam aqueles que querem evitar a corrupção no processo eleitoral. Ao contrário. Com isso, evitamos que haja outras formas de corrupção: em primeiras instâncias, haver julgamentos que podem não ser tão legais. Disse o Senador Antonio Carlos Valadares que a lei é imperfeita e os juízes também, como seres humanos que são, como nós também somos. Parabenizo-o e chamo a atenção para duas coisas: primeiro, como se demorou tanto a trazer para esta Casa um projeto de lei como esse? E a segunda: hoje de manhã, na Comissão de Educação, vimos que o Constituinte de 1988, com todos os louvores que podemos lhe atribuir, não resolveu completamente o problema da relação entre os Três Poderes. Hoje discutimos o excesso de medidas provisórias. Penso que também nesse projeto de lei que V. Ex^a apresenta se tenta resolver o contraditório entre o processo eleitoral e o Poder Judiciário. Por isso, parabenizo-o. Obviamente, ao longo do processo pode haver alguns ajustes no seu projeto, mas, em princípio, acredito que ele vem com uma boa causa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, o Senador Garibaldi Alves Filho é o Relator do projeto.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador César Borges, também vou pedir um aparte a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a compreensão, porque é um assunto palpitante.

Senador Garibaldi Alves Filho, por favor.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Com a tolerância do Presidente, e na qualidade de Relator, quero dizer também, a exemplo dos outros Senadores, que V. Ex^a sempre teve um comportamento considerado por todos nós acima de qualquer suspeita, e que não há a menor possibilidade de considerar que V. Ex^a esteja legislando em causa própria. V. Ex^a ganhou uma eleição por 900 mil votos. Não acredito que V. Ex^a tenha condições de fazer a captação de uma soma tão extraordinária de votos. Na verdade, o que existe no projeto apresentado por V. Ex^a é a vontade de fazer justiça, a sua absoluta isenção, o seu equilíbrio, a sua competência. Eu, na verdade, hei de fazer justiça a V. Ex^a, como Relator.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço, é muito importante o seu depoimento, Senador Garibaldi Alves, porque V. Ex^a é o Relator. Sei, pelo relato feito na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que o voto é favorável ao nosso projeto.

Mas, para finalizar, Sr. Presidente, o Senador Sibá Machado solicita um aparte, e gostaria de concedê-lo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Também serei rápido, Senador César Borges. A matéria de que trata V. Ex^a vem carregada, digamos assim, de zelo. O que quero dizer com isso? A preocupação é com a possibilidade de uma lei ser usada injustamente contra qualquer pessoa. Se essa pessoa tivesse razão ao apresentar esses argumentos contra V. Ex^a, poderíamos imaginar, então, que qualquer lei, indistintamente, poderia ser usada injustamente contra qualquer pessoa. E aí estaria o Congresso, ou qualquer casa legislativa, impedido de elaborar qualquer lei daqui para frente. Neste caso, quero parabenizar V. Ex^a pela iniciativa, a qual vem ajudar a colocar mais consistência no processo de julgamento, nos debates a respeito de disputas eleitorais. Li o projeto de V. Ex^a, que vem corrigir uma das falhas previstas na legislação em vigor. Percebi também a preocupação do Relator, que contribuiu para o aperfeiçoamento da idéia de V. Ex^a. Essa é uma dívida do Senado, do Congresso Nacional, para com todas as pessoas que justamente venham a participar de um processo eleitoral. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Sr. Presidente, para encerrar, devo dizer que o objetivo fundamental do meu projeto de lei é corrigir essa inconstitucionalidade presente na Lei nº 9.504/97, ou seja, garantir que, somente após o trânsito em julgado, possa um representante eleito diretamente pelo povo brasileiro ver cassado o seu mandato.

O estabelecimento de uma acusação, por mais fundada que seja, não afasta a presunção de inocência.

Por maiores que sejam as evidências, deve-se presumir inocente qualquer suspeito contra o qual ainda não tenha sido prolatada uma sentença definitiva.

Pode-se argumentar que é realmente lamentável a prática de atos de corrupção na disputa eleitoral e que as leis devem buscar meios de prever tais práticas, porém, no rigor do Direito, as normas constitucionais devem ser plenamente respeitadas com toda a severidade, como convém a um sistema cuja ordem jurídica tem como alicerce a lei maior, a Constituição, que exige a sujeição das leis infraconstitucionais aos seus limites.

A própria Lei das Inelegibilidades, adequando-se aos comandos constitucionais, exige, para que o candidato perca seu direito político de exercer o mandato, que a sentença que provocou a condenação tenha transitado em julgado.

Dessa forma, os PLS nºs 284 e 285, de 2003, não fazem mais que buscar a adaptação da lei eleitoral aos ditames de nossa Carta Magna, para que nenhum procedimento venha a perpetrar injustiça em relação a um cidadão que teve seu nome questionado por eventuais intrigas e perseguições, ficando, portanto, privado de exercer o mandato que as urnas lhe conferiram, sem que, de fato, existam contra ele qualquer mácula que possa retirar a legitimidade de sua candidatura.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sobre tudo nos Municípios, candidatos honestos podem ser prejudicados para sempre nos seus direitos, porque a parte contrária, sem escrúpulos, promove, muitas vezes, representação contra a eleição deles sem nenhum motivo, além de obter vantagens com a usurpação de um mandato que não lhe pertence.

Sr. Presidente, agradecendo desde já a sua compreensão, vou finalizar dizendo que minha consciência está tranqüila. Sei que estou fazendo o meu trabalho. Não sou daqueles que se calam diante da ilegalidade ou da injustiça.

Neste momento, lembro as sábias palavras do meu grande conterrâneo Rui Barbosa: “Com a consciência, a sua liberdade, os seus direitos não se especula, não se transige, não se joga. Uma nação poderá ceder em tudo o mais, contanto que nesse campo sagrado não capitule”.

Sr. Presidente, sei que os projetos são polêmicos e, mesmo tendo convicção absoluta sobre o mérito dessas matérias, como democrata que sou, curvo-me diante da vontade do Senado Federal e me comprometo a retirar este projeto, caso haja um pedido da maioria dos Líderes desta Casa nesse sentido. Mas

esse pedido tem de expressar a vontade da Casa, do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Há três Líderes inscritos, Senador Alvaro Dias, e a Presidência inscreve V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Vou conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB, e, logo após, concederei a palavra à Senadora Heloisa Helena, primeira oradora inscrita para comunicações inadiáveis, para que não fiquem prejudicados os Srs. Senadores que se inscreveram para essa modalidade prevista no Regimento.

Tem a palavra o Senador Ney Suassuna para uma comunicação de interesse partidário.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Vice-Líder do PMDB – estou usando da palavra pelo meu Partido –, recebi a incumbência de pedir vista do Projeto nº 208, de autoria do nobre Senador César Borges. Nada temos contra o projeto; apenas queríamos exercer um direito. Foi um pedido da Liderança, que, neste plenário, confirmou essa solicitação.

Feita a solicitação, analisamos o projeto. Acredito que todo o PMDB votará a favor do projeto. A verdade é que ainda há uma dúvida em relação ao prazo, mas o próprio Relator se encarregou de esclarecê-la. Dou a mão à palmatória, porque não prestamos atenção em quem estava relatando. Esse foi um erro nosso, da Liderança. Depois que demos as explicações e falamos sobre o item, o Senador Garibaldi Alves Filho nos disse que originalmente tinha sugerido o prazo de quinze dias.

Creio que o PMDB, em peso, votará favoravelmente a esse projeto, que iguala os órgãos especiais da Justiça – e por que não também os congressistas, os que detêm mandato popular?

A emoção, muitas vezes, faz-nos perder os parâmetros. Na semana passada, o assunto foi tratado com extrema emoção. Um Parlamentar que respeito muito, o Senador Antonio Carlos Valadares, veio à tribuna e disse algumas sentenças que me magoaram,

razão por que pedi a palavra como Líder para explicar a situação.

Primeiramente, expliquei que não havia nenhuma **parti pris** em relação ao projeto e que eu estava cumprindo uma deliberação da Liderança do meu Partido. Isso foi confirmado pelo próprio Senador Renan Calheiros neste plenário. Por último, já no final, S. Ex^a disse – reconheço que tomado pela emoção, razão pela qual não guardo nenhuma mágoa – que, quando eu era Ministro da Integração, tirei uma emenda de autoria de S. Ex^a que destinava recursos para a contenção de enchentes e a canalização do córrego Simão Dias, em Sergipe, no valor de R\$600 mil, e que coloquei tais recursos em algum lugar. É impossível isso ter acontecido porque as emendas carimbadas não são passíveis de deslocamento para nenhuma outra área.

Todos sabem que há Governo e Oposição. Naquela época, S. Ex^a era Oposição. Eu tinha, inclusive, o direito de nem mandar empenhar, mas foram empenhados não os R\$630 mil solicitados por S. Ex^a, mas, sim, R\$600 mil. Mandeí que se fizesse também o convênio. Disse S. Ex^a que não foi assinado o convênio. Lamentavelmente, o Palácio não viabilizou a verba. Os Ministros não fazem as verbas chegarem ao seu destino, e, infelizmente, é o Palácio do Planalto que manda.

Peço desculpas a S. Ex^a se o magoou o fato de não ter conseguido receber a verba naquela data, mas ela não foi desviada para nenhuma outra cidade e nem para nenhum outro fim.

Fiz, como era meu dever, todos os empenhos. O Ministério empenhou 100% das solicitações. Trabalhamos até de madrugada por vários dias, razão pela qual, depois, em sinal de gratidão, ofereci um churrasco a todos os funcionários. Empenhamos tudo, o que não é normal. Geralmente os Ministérios empenham 65%, 70%, 72% das solicitações. Empenhamos os 100%. Para os colegas Senadores, não deixei de fazer empenho, absolutamente nenhum. Para muitos, consegui liberar recursos quando o Palácio permitiu. Lamento que não tenha sido para V. Exa. Mas devo dizer que não foi desviado absolutamente para canto nenhum. Queria dar uma satisfação e dizer que entendo que a declaração de V. Exa tenha sido emocional.

Senador Antonio Carlos Valadares, se V. Exa desejar um aparte, concederei, porque eu o citei.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, V. Exa me permite apartear o nobre Senador Ney Suassuna?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Antonio Carlos Valadares, a palavra de V. Exa é sempre oportuna.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Ney Suassuna, sabemos que V. Ex^a, aqui nesta Casa, sempre agiu com a maior cordialidade com seus colegas, inclusive é um dos Senadores que mais distribui chocolates e doces – e não só para os homens, mas também para as mulheres. De fato, V. Exa é um cavalheiro, porta-se como tal neste Senado Federal. Por isso, estranhei V. Ex^a ter pedido vista do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, alegando uma reunião da Bancada havida no dia anterior. Consultei os Senadores do PMDB que estavam naquele jantar oferecido pelo Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, e não consta que esse assunto tenha sido tratado naquela reunião. Por isso, a meu ver, esse pedido de vista – V. Exa agora indica que não – seria uma demonstração de que parte do PMDB estaria interessada na cassação do Senador João Capiberibe. Mesmo porque esse projeto nada tem a ver com o interesse do Senador ou do Partido, uma vez que não será aplicado ao caso de S. Exa. Entretanto, como V. Ex^a disse que nada tem contra o projeto, antes, pelo contrário, é favorável, então, aquela desconfiança que eu tinha de que V. Ex^a queria, vamos dizer assim, ganhar a causa no tapetão, eu, neste momento, diante da simplicidade, da humildade com que V. Ex^a ocupa o microfone, retiro essa acusação. Agora, com relação à verba, o que aconteceu foi o seguinte: o seu Ministério empenhou uma verba individual no valor de R\$600 mil em favor do Município de Simão Dias. Lamentavelmente, no último dia, fui lá – V. Ex^a, que fazia parte do Governo Fernando Henrique Cardoso, estava nos Estados Unidos – e um funcionário de V. Ex^a disse-me: “Olha, a verba, de fato, foi empenhada, mas o Ministro não assinou. Está aqui o convênio.” Eu li o convênio e a assinatura de V. Ex^a não constava. Esse foi o motivo por que a dotação de R\$600 mil não foi liberada. Foi isso que eu falei, não disse nenhuma mentira, foi verdade, aconteceu. E, se uma determinada dotação, antes de terminar o ano, não for aplicada, logicamente que pode ser aplicada em outra atividade. Por que não? Pode ser aplicada. Basta que o Executivo, por meio de um decreto, ou o próprio Ministério, por meio de uma portaria, faça a transferência dessa dotação para a mesma finalidade, vamos dizer assim – não era córregos? Os governos fazem isso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas não é possível. O Governo Federal não faz.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – A emenda colocada no Orçamento faz parte do Orçamento e é o Executivo que tem controle sobre ela. A respeito desse assunto, volto a dizer: vamos deixar essa polêmica de lado, mesmo porque esta Casa é pequena, todos nos conhecemos, e uma polêmica

em torno de um projeto que tem a melhor das intenções, apresentado pelo Senador César Borges, pode colocar na cabeça das pessoas que ele tem um outro objetivo, qual seja, o de salvar mandatos nesta Casa. Na realidade, não é essa a função desse projeto. Por isso, acho que devemos acabar com essa polêmica. Devo dizer que também não guardo mágoa. Tive sempre consideração por V. Ex^a. Se mágoa tive, foi na quinta-feira, e acabou neste momento, com o discurso simples e humilde de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador. Informo apenas a V. Ex^a que o dinheiro que não foi pago volta para o Tesouro, e, lamentavelmente, os Ministros não têm como fazer, mesmo tendo empenhado. Aliás, isso é um erro. Os governos estaduais e municipais são os únicos que podem empenhar, fazer contrato e depois não honrar. Acho que isso não devia ser assim, porque na vida privada isso não ocorre. Na vida pública, sim.

Sr. Presidente, agradeço mais uma vez, dizendo da minha solidariedade ao Senador César Borges. Acho que esse projeto, com toda certeza, vai fazer justiça. Estamos cientes disso, porque nos equipara – nós, parlamentares; nós, classe política – aos juízes, que só podem ser cassados depois da sentença já corrida e completamente finalizada, e, também, aos que pertencem a órgãos especiais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência vai conceder a palavra ao segundo Líder inscrito, o nobre Senador Alvaro Dias, por cinco minutos, na ausência da outra Liderança inscrita, para uma comunicação de interesse partidário, por cinco minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição pela Liderança do PDT, após a Ordem do Dia, comprometendo-me, antes desse instante, a entregar à Mesa a delegação da Liderança do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa inscreve de imediato V. Ex^a e aguardará pela delegação, nobre Senador Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra para uma comunicação de interesse partidário, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores, o setor produtivo brasileiro sofre as consequências da elevada carga tributária, da ausência de uma infra-estrutura eficiente, especialmente no setor de transportes, para o escoamento da produção e, agora, surpreendentemente, sofre prejuízos enormes em função da irresponsabilidade e da incompetência administrativa num dos portos mais importantes de nosso País, o Porto de Paranaguá.

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná avalia que o prejuízo da agricultura do Estado neste ano será de R\$1,6 bilhão. Agora, há uma avaliação nacional do enorme prejuízo para os produtores de soja. Cerca de US\$2.00 por saca de soja é o prejuízo decorrente de multa aplicada em função do estrangulamento no Porto de Paranaguá – a paralisação das atividades do Porto, a demora para a descarga e para o embarque dos navios e contêineres. A multa é de US\$50 mil em relação àquilo que seria dez mil de previsão. A avaliação é de que são US\$2.00 por saca de soja. Como são 500 milhões de sacas exportadas, teremos um prejuízo nacional de US\$1 bilhão.

Sr. Presidente, não há outra alternativa a não ser a intervenção no Porto de Paranaguá, porque o Governo do Estado mantém a situação administrativa atual na consagração do nepotismo. O Governador não quer demitir o seu irmão, que é superintendente do Porto de Paranaguá, e o País sofre as consequências, com um prejuízo desse porte.

É evidente que um país em dificuldades econômicas, com o encolhimento da sua economia, com a queda do Produto Interno Bruto, não pode se dar ao luxo de desperdiçar riquezas como estamos desperdiçando, em função de incompetência e irresponsabilidade de administradores públicos.

Por isso, o Governo Federal, que é o principal responsável pela administração do Porto, que oferece, na forma de concessão, ao Estado a atribuição de administrá-lo, tem, sim, que assumir agora a sua responsabilidade e determinar imediatamente a intervenção no Porto.

Hoje, a CPI do Porto de Paranaguá, instituída na Assembléia Legislativa do Estado, visitou o Porto. A visita se restringiu apenas ao primeiro contêiner e a comissão deixou o Porto de Paranaguá, porque a impressão foi a pior possível. O que se encontrou foi uma verdadeira pocilga marítima: pombos, ratos, detritos nas correias nos contêineres, no pátio, em todos os lugares, como se não se fizesse limpeza naquela localidade acerca de dois ou três anos. Foi tamanha a indignação dos Deputados Estaduais do Paraná que S. Ex^{as} deixaram imediatamente o Porto, retornando a Curitiba, certamente para propor o mesmo que proponho desta tribuna.

Sr. Presidente, há um Relatório oficial da Antaq – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, revelando uma série de irregularidades, que diz:

A administração do Porto apresenta conduta incompatível com os princípios que norteiam o comportamento dos administradores públicos, justificando plenamente a insatisfação geral, manifestada pelos representantes de classe contatados, que utilizam o serviço do Porto.

O Relatório apresenta mais de duas dezenas de irregularidades que vêm sendo cometidas pela superintendência do Porto de Paranaguá. Vamos a algumas delas:

Não foram executados adequados serviços de dragagem de manutenção dos berços, bacias de evolução e canal de acesso ao Porto, dificultando as condições de acesso ao Porto, o que gera demora no atendimento às embarcações que utilizam o Porto.

Não vem sendo realizado o acompanhamento batimétrico das profundidades do canal de acesso, motivo pelo qual a autoridade marítima não dispõe de dados precisos para determinação segura das profundidades na área do Porto.

Não está sendo executada a conservação e limpeza das áreas comuns do Porto, facilmente constatável pela coleta ineficiente de lixo e detritos visíveis em toda área portuária.

Não está sendo executada a conservação das instalações portuárias nas áreas de armazenagem e movimentação de grãos, onde se constata a presença de grande número de roedores.

Ocorrem filas excessivamente longas de caminhões para descarga, com cerca de 80km de extensão.

Atendimento insatisfatório da administração às solicitações de providências demandadas pelos arrendatários e usuários do Porto.

Não vêm sendo cumpridas pela Appa as cláusulas dos contratos de arrendamento.

Não foi realizado inventário de entrega de bens da União para a composição do termo de cessão de bens, bem como não foi realizada a relação de bens da União entregues à Appa, alienados e baixados.

Não foi realizada a reestruturação administrativa e organizacional da Appa, e não há arquivo próprio para os relatórios e pareceres do Tribunal de Contas do Estado.

Sr. Presidente, constatadas essas irregularidades, não resta ao Governo Federal outra alternativa que não seja a da intervenção. Houve tempo suficiente para a substituição dos atuais administradores do Porto. Mas a insensibilidade do Governo e a irresponsabilidade do governante impedem que essas alterações sejam realizadas em nome da eficiência administrativa.

O Brasil não pode perder tanto. Não podemos nos dar ao luxo de jogarmos pelo ralo riquezas incríveis como as que estamos jogando. Um bilhão e seiscentos milhões de reais é o prejuízo avaliado pela Federação da Agricultura do Paraná, somente em relação a um produto: a soja.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez apelo, desta tribuna, para que o Ministério dos Transportes e o Presidente da República adotem providências imediatamente.

O que leva o Governo Lula à descrença, que se generaliza, o que leva o Governo Lula à insegurança é certamente a sua incapacidade de decidir com rapidez, com a agilidade que os fatos recomendam e, sobretudo, com competência. O que se pede, agora, é que o Governo decida, para que o País não tenha maiores prejuízos, como os que já se acumulam até o momento, em função da irresponsabilidade e incompetência administrativa no Porto de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esta Presidência destaca as presenças, a pedido do representante do Estado de São Paulo, o nobre Senador Romeu Tuma, 1º Secretário desta Casa, dos Prefeitos Elbio Trevisan, da cidade de Cesário Lange e Francisco Correia, da cidade de Salesópolis, ambos Municípios do Estado de São Paulo, o que, para nós, Parlamentares, é uma honra.

Destaco, ainda, a presença dos alunos do Maternal Venturas e Travessuras, situado em Taguatinga, cidade satélite do Distrito Federal, nas galerias da Casa. É sempre uma alegria a presença de crianças que visitam este Plenário em companhia de coordenadores e professores.

A Presidência vai conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a minha inscrição, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores. Dentro de instantes V. Ex^a receberá o documento que tenho em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência concede, de imediato, a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, ao nobre Senador Sibá Machado.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do PT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na tarde de ontem, segunda-feira, realizou-se uma das mais esperadas reuniões, principalmente por parte dos Parlamentares que fazem parte do Senado e da Câmara, os quais compõem a Frente Parlamentar de Defesa da Questão Indígena.

Sr. Presidente, as Lideranças ansiavam por essa reunião tendo em vista já se arrastar por tanto tempo – creio que deste outubro do ano passado – a discussão acerca de matéria tão relevante, principalmente para essas comunidades.

Estiveram presentes as lideranças que compõem as etnias das diversas regiões do Brasil. Ali, diversos temas foram tratados, principalmente os mais atuais, os mais imediatos, como é o caso de Roraima, de Mato Grosso e de Rondônia. As lideranças indígenas estavam quase que exigindo do Presidente da República uma posição imediata sobre a questão que envolve o Estado de Mato Grosso, tendo em vista uma liminar da Justiça, estabelecendo a retirada dos índios da área em conflito. Hoje, eles vivem ao longo de uma estrada.

Sr. Presidente, o caso que envolve Rondônia trata da exploração de minério em áreas indígenas, o que culmina com o interesse do Congresso Nacional sobre a regulamentação imediata da lei que determina como será daqui para frente a exploração mineral em terras indígenas.

Por último, foi discutido também a respeito da demarcação de terras indígenas Raposa Serra do Sol.

O Presidente nos transmitiu muita segurança e tranquilidade no trato dessas questões, pois não devemos cometer nenhum deslize que acenda a animosidade em torno de questão tão polêmica. Fiquei feliz com os resultados. Mais uma vez, o nosso Governo foi maduro na tomada de decisão para questões que serão tratadas com rigor, às quais são de competência do Poder Executivo.

Sr. Presidente, comunico também que a CPMI que trata dos conflitos de terra irá visitar o Estado de Pernambuco, inclusive faço parte dela. Lá, **in loco**, iremos nos inteirar dos conflitos de terra naquele Estado.

Comunico ainda que, na próxima segunda-feira, estaremos realizando, na cidade de Manaus, um evento que considero importante para a nossa Região, organizado pelo Governo do Estado, pela Suframa e pelo Ministério do Desenvolvimento, tratando do portfólio do pacote de interesses econômicos da nossa região para o debate do intercâmbio econômico Brasil-China. Espero contar com a presença de empresários, Parlamentares da esfera federal, Deputados e Senadores,

organizações sociais, governos estaduais, prefeituras municipais, principalmente as das capitais.

Nossa região não teria condições de realizar debates separados em cada Estado. Precisamos nos unir e apresentar produtos com capacidade e condições de oferecer intercâmbios comerciais com a China, nos volumes que interessam àquele país. Hoje, quando se fala em economia chinesa, verifica-se que há interesse, não só de governos, mas também de qualquer empresário com condições mínimas de organização, de manter intercâmbio comercial com aquele país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição, pela Liderança do PSB, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra de imediato, por cinco minutos, nobre Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela Liderança do PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a aprovação de um voto de censura à ação das tropas de ocupação do governo dos Estados Unidos da América no Iraque, pelas práticas de humilhação, violência e tortura contra prisioneiros iraquianos.

Assistimos diariamente às cenas de brutal violência a que foram submetidos os presos no Iraque, praticadas pelas tropas norte-americanas que ocupam o território iraquiano. Essas cenas de humilhação contra os presos iraquianos precisam ser repudiadas. Caso contrário, a tortura e a brutalidade podem ser banalizadas. Nosso filhos e netos estão assistindo diariamente a essas cenas de tortura através da televisão. É preciso que esta Casa se manifeste repudiando a violação brutal dos direitos humanos que termina sendo contraditória com o que a sociedade americana sempre pregou, que é o respeito aos direitos humanos.

Solicito que o Senado aprove este voto de censura, demonstrando, com clareza, nosso repúdio à violência, à tortura. Nós, que tivemos a infelicidade de ter em nosso País, nos porões da ditadura militar, a prática sistemática da tortura, temos obrigação de demonstrar nosso repúdio para que nunca mais, na história brasileira, esses fatos voltem a se repetir.

Sr. Presidente, passarei às mãos de V. Ex^a o requerimento solicitando o voto de censura.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa aguardará, nobre Senador João Capiberibe, o requerimento de V. Ex^a, ao qual dará o tratamento regimental.

A Presidência convoca os Senadores que se inscreveram para comunicação inadiável: Senadores Maguito Vilela, Garibaldi Alves Filho e, na condição de suplente, João Ribeiro, uma vez que esta Presidência recebeu comunicação da Senadora Heloísa Helena, afirmando que, por estar reunida, não poderá comparecer ao plenário para fazer a comunicação inadiável para a qual está inscrita.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas comunicar à Mesa e à Casa – já o fiz por escrito – que os Senadores que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra estarão, amanhã e quinta-feira, trabalhando no Estado de Pernambuco, por proposição do Senador Sérgio Guerra. Portanto, estaremos ausentes os Senadores Sibá Machado, Sérgio Guerra e eu, para o trabalho da CPI no Estado de Pernambuco.

Serão realizadas audiências públicas com lideranças de trabalhadores sem-terras e de proprietários rurais e órgãos públicos na Assembléia Legislativa de Pernambuco e visitas a assentamentos bem-sucedidos e mal-sucedidos e também a acampamentos de trabalhadores sem-terra.

A proposição do Senador Sérgio Guerra se deu em função da conflagração havida no Estado de Pernambuco com inúmeras invasões.

Dessa forma, Sr. Presidente, registro esta comunicação, justificando nossa ausência no plenário do Senado Federal amanhã e depois de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência convoca o próximo orador inscrito, o nobre Senador Almeida Lima.

A Mesa aproveita para fazer um esclarecimento ao Plenário. Neste instante, está transcorrendo uma reunião de Líderes, juntamente com o Presidente desta Casa, na busca de um consenso para a liberação da pauta. Enquanto não chegam ao plenário, a Presidência está estendendo o tempo, prorrogando a Hora do Expediente, para que possam usar da palavra as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Encareço ao Senador Almeida Lima que, uma vez finda a reunião dos Líderes, iniciaremos de imediato a Ordem do Dia, inclusive para comunicar se não houver acordo para destrancamento da pauta.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho o propósito de vir à tribuna para emitir minha opinião acerca da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal e de propostas de emenda à Constituição em tramitação nesta Casa e na Câmara dos Deputados sobre o número de Vereadores, uma questão polêmica. Acredito até que falarei, ainda esta semana, se regimentalmente me for concedido tempo.

Também tinha a pretensão de tratar do projeto de lei de autoria do Senador César Borges, que foi objeto de discussão há poucos instantes. Em se tratando de tema que passou pelo plenário desta Casa há poucos instantes, faço questão de deixar o primeiro para a oportunidade seguinte e tratar exatamente deste assunto, porque sinto que está havendo uma enorme gritaria. A proposta não merece esse bombardeio. Acho até que parcela da imprensa e de entidades, a exemplo da própria OAB, à qual me orgulho de pertencer, não compreendeu.

Peço vênias, desculpas prévias ao Senador César Borges, pois embora afirme que a proposta não merece esse bombardeio pelo fato de ser inócua, a proposta do Senador César Borges, na minha avaliação, em nada inova. Isso já se verifica no Direito Eleitoral brasileiro. E, por meio dela, dá-me a oportunidade de trazer um outro tema, objeto de uma proposta de emenda à Constituição que apresentei, aí sim, permitam-me, para resolver um grave problema da Justiça brasileira e da legitimidade das eleições neste País.

Ora, o que propõe o Senador César Borges? S. Ex^a não altera o **caput** do art. 41–A. Portanto, continua-se com a possibilidade de cassar quem usa do poder político ou econômico para barganhar ou para comprar votos. O que S. Ex^a pleiteia é que as penalidades previstas no **caput** do art. 41–A, que foram objeto de lei proposta por iniciativa popular, com mais de um milhão de assinaturas, tendo à frente entidades como a Igreja e a própria OAB, sejam as de cassação de mandato, a de aplicação de multa, além da reprimenda criminal. Ora, diz-se que as penalidades previstas no **caput**, incluída a cassação de mandato, somente terão eficácia após o trânsito em julgado da respectiva sentença condenatória.

Senador César Borges, digo a V. Ex^a e a esta Casa que não conheço, neste País, uma decisão condenatória, pela cassação de mandato, de primeira instância, que, uma vez interposto recurso e pedido o efeito suspensivo, não tenha sido ele concedido.

Eu conheço o caso em que, cassado o Vereador ou o Prefeito na primeira instância, sai a comunicação

para a diplomação e substituição, e o advogado entra com recurso. A legislação eleitoral estabelece que os recursos têm apenas efeito devolutivo, e não suspensivo. Para que ganhem efeito suspensivo, entra-se com uma cautelar, com um pedido liminar, para que a Justiça o assegure. Assim, o efeito suspensivo ao recurso é concedido. Não conheço um que não o seja, Senador Antonio Carlos Magalhães, a fim de que a matéria seja apreciada pelo Tribunal Regional Eleitoral. Confirmando-se a sentença de 1º grau, interpõe-se recurso, e vai ao Tribunal Superior Eleitoral com uma liminar de suspensão de efeitos. Portanto, essa proposta não merece esse bombardeio, **data** vênias por ser inócua. Isso já existe.

O § 2º diz exatamente que “a representação fundamentada na captação de sufrágio, prevista no **caput** deste artigo, poderá ser proposta até cinco dias após a data da eleição, pela mesma forma”, e o § 10 do art. 14 da Constituição Federal prevê 15 dias para a ação de anulação de diploma por força do poder político ou econômico. Ou seja, do ato do registro da candidatura até a diplomação, que é muito posterior à eleição, ainda se assegura a possibilidade de anulação por abuso do poder econômico.

A questão não é essa, mas se prende a outro aspecto, que é exatamente objeto de uma proposta de emenda à Constituição que apresentei no ano passado. No Brasil, hoje isso é uma balbúrdia. O cidadão é considerado eleito, diplomado, assume o cargo e, dois anos depois, tem o mandato cassado. Pergunta-se: há legitimidade no exercício desse mandato? Não. Operou-se a vontade popular? Não. Houve desrespeito. Comprovado o abuso do poder econômico, o mandato não poderia ter sido exercido sequer por um dia, e aquele que deveria estar no exercício do mandato foi prejudicado.

Precisamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, questionar esse aspecto. Inúmeros cidadãos, no exercício do cargo por um, dois ou três anos, recebem da Justiça a decisão de que seu mandato não é legítimo, foi conquistado com o abuso do poder econômico e deve, portanto, ser cassado. E quem repara o dano ao Estado, à sociedade, ao eleitor, àquele que foi preterido no exercício do mandato?

Falam que estamos, depois de 10 anos, discutindo a reforma do Poder Judiciário. Havendo a possibilidade, apresentarei uma proposta de emenda, porque não posso conceber, Sr. Presidente, que a Justiça Eleitoral do País, nas suas três esferas, nos seus três graus de jurisdição, para legitimar o pleito, para respeitar o sufrágio universal e a vontade popular, não tenha a obrigação de julgar em última instância – portanto, com trânsito em julgado –, até o dia anterior à posse.

No dia seguinte à posse, esse mandato é e deverá ser inquestionável. Essa é a responsabilidade da Justiça Eleitoral, que, convenhamos, não cumpre sua obrigação em nenhum quadrante deste País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as questões precisam ser devidamente ditas e clareadas, para que a opinião pública não fique como joguete de parcela da imprensa, da classe política ou até mesmo de entidades respeitáveis, como aquela a que pertencço, que é a própria Ordem dos Advogados do Brasil.

Ora, temos uma proposta em substituição à norma constitucional atual – § 10 do art. 14 –, que altera completamente a redação:

Qualquer procedimento judicial, incluindo o recurso [veja a diferença, Senador Mão Santa] e a ação rescisória [enfim, tudo acerca do processo eleitoral em curso], somente poderá ser ajuizado até 48 horas da proclamação do resultado das eleições, respondendo o autor, na forma da lei, se temerário ou de manifesta má-fé.

As ações são intermináveis; os prazos para a propositura de uma ação de impugnação são os mais longos possíveis.

O registro de uma candidatura acontece no início do mês de julho, e pode-se pleitear a anulação do diploma até 15 dias após. Eu, o Senador Antonio Carlos Valadares e dois terços desta Casa fomos eleitos no início do mês de outubro; a diplomação em Sergipe foi no dia 19 de dezembro, salvo engano. O partido político teria 15 dias após 19 de dezembro para entrar com uma ação anulatória, quando os procedimentos não podem e não devem ser propostos em prazo superior a 48 horas, exatamente para que o julgamento ocorra antes da posse.

A partir do instante em que o cidadão toma posse do cargo, esse cargo não pode ser questionado. O Prefeito que toma posse, sanciona leis, assina decretos, concede reajustes, assina contratos e convênios, começa a executar o orçamento e, um ou dois anos depois, a Justiça Eleitoral diz que aquele mandato não é um mandato, que o Prefeito está cassado e que, portanto, será substituído por outro. E os atos que ele praticou? Isso é uma anormalidade, uma anomalia, uma ilegitimidade! Isso não é Estado de Direito, isso é Estado de balbúrdia, em que não se respeitam o direito nem a legitimidade que está no resultado eleitoral, quando não eivado de vícios.

O § 11 versa:

Se até 45 dias da data estabelecida por esta Constituição para a posse dos eleitos, tramitar, em qualquer instância da Justiça Elei-

toral, procedimento judicial a que se refere o parágrafo anterior e que tenha por objeto constituir ou desconstituir direito a mandato eletivo, ficarão sobrestados todos os demais procedimentos judiciais e administrativos em tramitação no juízo eleitoral ou tribunal respectivo, até que se ultime o procedimento referido.

Ora, Sr. Presidente, durante esse período, deixam-se as questões de lado – esta é uma grave denúncia que faço, não para V. Ex^{as}, pois todos conhecem esta realidade; começam a ocorrer, a partir daí, as injunções políticas para manter o mandato de A e cassar o mandato de B. Essa, lamentavelmente, é a prática da República brasileira. Agora, é preciso ter a coragem de dizer isso. É isso que se pratica. Inúmeros Juízes dão ouvidos a esses pleitos. Quem se arvora aqui a dizer o contrário? Quem?

As questões eleitorais precisam ter estabilidade; não são questões que se devem projetar no tempo.

Um cidadão tem impugnado seu registro de candidatura. Negado esse registro, se a eleição ainda não ocorreu, ele consegue participar do pleito, por meio de um recurso, **sub judice**. É “eleito”, é diplomado, toma posse e, pela conveniência política – e isso é que precisa ser dito –, dois anos depois, ele perde o mandato, quando aquilo tem que ser julgado antes da posse. Ou se tem direito ao mandato ou não. Ora, para fins de aplicação do disposto no parágrafo anterior, a decisão final de mérito deverá ser tomada sob pena de cometimento de crime de responsabilidade, o que, neste País, não se observa em relação ao Judiciário. Crime de responsabilidade cometem todos na Administração Pública, mas ninguém percebe isso no Judiciário.

Sr. Presidente, venho do tripé da Justiça como advogado, e quem sabe que existe prazo para as partes e para os advogados também sabe que não há prazo para Ministério Público, muito menos para juiz. Se falarmos de uma reforma do Judiciário sem levar em consideração essas questões, estaremos numa falsa República e não numa **res publica** – numa coisa pública –, com legitimidade. Nunca estaremos nessa situação.

Se desejarem continuar a brincar com a vontade popular, tudo bem! No entanto, é preciso que se diga que alguém não concorda com essa situação. Eu não concordo. Não me elegi Senador da República para silenciar-me, em hipótese alguma, diante do que faz o Poder Judiciário Eleitoral deste País. No caso de um Tribunal Regional Eleitoral que, para sua composição, necessita de dois advogados, como justificar que esses advogados não sejam eleitos nem indicados pela categoria ou pelo seu Conselho? Surge uma indicação para a Presidência da República assinar que ninguém

sabe de onde vem. O que farão aqueles advogados quando não são indicados pela própria categoria num processo direto ou indireto?

Portanto, Senador César Borges, **data venia**, perdoe-me, embora V. Ex^a esteja merecendo críticas, creio que não sejam cabíveis, porque a modificação que V. Ex^a propõe, na prática, já existe. Um cidadão cassado em primeira instância, entra com recurso. A decisão eleitoral deve ser aplicada de forma imediata, como diz o Código Eleitoral, tem efeito imediato, mas, a pessoa entra com recurso, uma cautelar, pleiteando o efeito suspensivo daquela decisão, e recebe.

Em Sergipe, são todos. No ano retrasado, casou-se uma Vereadora eleita em Sergipe aqui no Tribunal Superior Eleitoral, e ela passou dois anos exercendo o mandato de Vereadora da capital. E assim é com todos.

Temos o caso do Prefeito de Gararu – o Senador Antonio Carlos Valadares conhece – que foi cassado em primeira instância e recorreu ao TRE, onde propôs uma cautelar, com liminar de efeito suspensivo da decisão, que foi recebida. E, dois anos depois, o Tribunal modificou essa decisão de primeira instância, e ele não deixou de ser Prefeito sequer por um dia.

Daí por que o projeto de V. Ex^a não merece esse bombardeio, porque, do ponto de vista prático da jurisprudência nacional, é inócuo, não há sentido.

Agradeço e peço a compreensão de V. Ex^a, Senador César Borges, para a expressão que usei, “inócuo”, evidentemente que por amor ao debate, à discussão, jamais para diminuir os méritos que V. Ex^a sempre teve e, tenho certeza, continuará tendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 564, DE 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a aprovação de um voto de censura à ação das tropas de ocupação do Governo dos Estados Unidos da América no Iraque, pelas práticas de humilhação, violência e tortura contra prisioneiros iraquianos, conforme material fartamente exibido pela mídia mundial.

Justificação

A opinião pública mundial chocou-se, nas últimas semanas, com a divulgação, pela mídia, de informações, fotografias e vídeos que mostravam cenas de humilhação e violência contra presos iraquianos das tropas norte-americanas que presentemente ocupam o território do Iraque. Tornou-se evidente – e chegou a ser admitida por determinadas autoridades do próprio Governo dos Estados Unidos da América – a prática de tortura contra prisioneiros.

A violação de direitos humanos que tais cenas comprovam afasta-se do comportamento de qualquer tropa de nação civilizada. Não se trata de examinar a duvidosa legitimidade da ocupação de território iraquiano por potência estrangeira, ou a notória dificuldade para vincular a referida ocupação a ações terroristas por parte do antigo governo do Iraque ou a eventual posse de armamentos de destruição em massa por ele. O que repudiamos é a violência contra prisioneiros, que não apenas contraria os princípios internacionais relativos à guerra entre estados – Convenção de Genebra – como os mais elementares direitos humanos conquistados pela civilização.

Sala de sessões, 11 de maio de 2004. – Senador **João Capiberibe**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento lido será despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 565, DE 2004

Requeiro, nos termos do § 1º do art. 2º da Resolução nº 84, de 1996, a edição como parte integrante da coleção “Grandes Vultos que honraram o Senado” de obra referente à trajetória política do ex-governador e ex-senador Ney Braga, como homenagem esta Casa ao parlamentar pelo esforço dispensado em favor da Democracia e do Poder Legislativo.

Sala das sessões, 11 de maio de 2004. – Senador **Álvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento vai à Mesa para ser examinado, na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 566, DE 2004

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a suspeita de superfaturamento na compra da fazenda Araupel, no Paraná, para fins de reforma agrária.

Senhor Presidente,

Com fundamento no ad. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a suspeita de superfaturamento na compra da fazenda *Araupel*, no *Paraná*, para fins de reforma agrária:

- 1) Qual foi o valor pago pelo Governo Federal pela compra da fazenda Araupel?
- 2) Há parecer técnico desse Ministério que justifique o valor estabelecido para a compra da referida fazenda?
- 3) Existem outros pareceres, de outros órgãos ou entidades, que contestem esse valor ou mesmo a viabilidade da compra?
- 4) Existe em andamento processo administrativo que esteja apurando o processo de aquisição da fazenda Araupel?
- 5) Há, no âmbito da Procuradoria-Geral da União, algum parecer indicando que as terras da fazenda Araupel já pertenceriam à União?
- 6) Qual o número de famílias que o governo pretende assentar naquela região?
- 7) Existe algum estudo ou laudo técnico atestando que esse assentamento se dará de forma sustentável?
- 8) Qual o custo previsto por família assentada na fazenda Araupel?
- 9) Qual o valor médio por família assentada no Estado do Paraná?

Justificação

A revista *Época*, de 10 de maio do corrente, publicou matéria intitulada “Pedrada na vitrine” em que é abordada a suspeita de superfaturamento na compra da fazenda Araupel para fins de reforma agrária.

A matéria mostra que a compra da fazenda é condenada por relatórios, pareceres e laudos assinados por técnicos do próprio governo federal. Ainda segundo a matéria, existe até mesmo a possibilida-

de de que a área negociada já seja de propriedade da União.

As informações que ora requero são de fundamental importância ao cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 567, DE 2004

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando as alterações nas alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) constantes do Decreto nº 5.058, de 30-04-2004, requero sejam solicitadas ao Exmº Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações:

- a) a estimativa da redução, no exercício de 2004, da arrecadação do IPI, em consequência do Decreto nº 5.058, de 2004; e
- b) os efeitos da mencionada redução nas transferências constitucionais da União aos Estados, Municípios e Fundos Constitucionais, nos termos do art. 159, da CF.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2004. – **Gibaldi Alves Filho**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de resolução que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2004

Dispõe sobre o estágio remunerado de estudantes universitários nos Gabinetes do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O estágio remunerado de estudantes de estabelecimentos de ensino superior no Senado Federal poderá ser realizado no âmbito dos Gabinetes Parlamentares, em Brasília, ou nos Escritórios Parlamentares, nos Estados.

Art. 2º Caberá aos Chefes de Gabinete exercer a supervisão das atividades do estágio, no âmbito do Gabinete e nos Escritórios Parlamentares, zelando pelo cumprimento das normas regulamentares pertinentes,

especialmente as contidas no Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2001.

Art. 3º O Órgão Central de Coordenação e Execução providenciará a alocação dos recursos orçamentários necessários à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Desde a edição do Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2001, a admissão de estudantes universitários para a realização de estágio nos órgãos desta Casa tem alcançado pleno êxito, seja no que concerne à aprendizagem, treinamento prático e aperfeiçoamento técnico-cultural e de relacionamento dos estudantes, seja no tocante à saudável exposição da cultura administrativa da Casa ao aporte de conhecimentos e criatividade das novas gerações de estudantes universitários.

Entretanto, apesar do aumento crescente da complexidade funcional dos Gabinetes Parlamentares, a norma regulamentar é omissa em relação ao aproveitamento de estagiários no âmbito das atividades dos Gabinetes, privando os estudantes de inestimável campo de experiência profissional, no qual se entrelaçam dimensões técnico-administrativas, legislativas e parlamentares.

Com o propósito de superar essa omissão inexplicável, estamos submetendo aos nobres Pares nesta Casa o presente projeto de Resolução, cuja aprovação haverá de ampliar o escopo dos programas de estágio remunerado de estudantes universitários no Senado Federal, propiciando o aprimoramento das atividades dos Gabinetes e reforçando ainda mais o papel dessas unidades como órgãos da estrutura orgânica do Senado.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 2004. _
Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 19, DE 2001

Disciplina o estágio remunerado de estudantes universitários no Senado Federal.

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, resolve:

Art. 1º O Senado Federal manterá com as instituições de ensino superior sediadas no Distrito Federal convênios destinados a proporcionar ao estudante universitário complementação de ensino e aprendi-

zado por meio de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Parágrafo único. Os convênios para estágio remunerado de que trata este artigo serão celebrados para o recrutamento de estudantes dos cursos de Administração, Antropologia, Arquitetura, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciência Política, Ciências Sociais, Comunicação Social, Serviço Social, Desenho Industrial, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Mecatrônica, Engenharia de Redes, Engenharia de Telecomunicações, Estatística, Turismo, Fisioterapia, Filosofia, Geografia, História, Letras, Matemática, Música, Nutrição, Odontologia, Pedagogia, Processamento de Dados, Psicologia e Relações Internacionais.

Art. 2º A celebração de convênios entre o Senado e as instituições de ensino superior sujeitam as partes às disposições da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 6.494/77, do Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, do Decreto nº 89.467, de 21 de março de 1984 e da Instrução Normativa nº 5, de 25 de abril de 1997, do MARE.

Parágrafo único. O Senado manterá seguro contra acidentes pessoais que tenham como causa direta o desempenho das atividades do estágio.

Art. 3º São condições indispensáveis para a realização de estágio remunerado no Senado Federal:

I – convênio entre o Senado e a instituição de ensino, compreendendo o curso no qual o estudante esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva;

II – solicitação de recrutamento de estagiário por órgão da Casa cujas atividades permitam a realização de estágio para universitários;

III – comprovação de que o estudante esteja cursando, pelo menos, o semestre do curso de Comunicação Social, habilitação em jornalismo ou o 4º semestre, para os demais cursos;

IV – disponibilidade orçamentária no Senado; e

V – aprovação prévia do **currículum vitae** do estudante pelo Órgão Central de Coordenação e Execução do Senado Federal.

§ 1º Para a aprovação de que trata o inciso V, o estudante remeterá seu **currículum** para o e-mail: **estágios@senado.gov.br**.

§ 2º O critério para o recrutamento obedecerá à ordem de antiguidade da data de cadastramento do **currículum** e do semestre letivo que o estudante esteja cursando.

§ 3º Em nenhuma hipótese se recrutará estudante:

a) para o desenvolvimento de atividades que não guardem estreita correlação com a sua formação acadêmica;

b) que esteja realizando estágio, remunerado ou não, em outra instituição; e

c) que tenha se desligado de estágio anterior no Senado, por quaisquer dos motivos referidos no art. 9º.

Art. 4º Selecionado o estudante, o estágio terá início a partir da assinatura do Termo de Compromisso do Estágio respectivo pelo Senado, pelo candidato e pela instituição de ensino superior conveniada.

§ 1º A duração do estágio é de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período, no interesse do Senado e do estagiário, ouvida a respectiva instituição de ensino.

§ 2º Para o recebimento da bolsa correspondente ao estágio, o estagiário manterá conta corrente no Banco do Brasil, agência Senado.

§ 3º Não será admitida a transferência do estagiário para unidade diversa daquela que promoveu o seu recrutamento.

Art. 5º São responsáveis pelo planejamento e pelo acompanhamento da realização do estágio universitário, o titular da unidade recrutadora e o supervisor de estágio, cuja designação será formalmente encaminhada ao Órgão Central de Coordenação e Execução. Parágrafo único. Compete ao supervisor do estágio:

I – orientar e acompanhar as atividades do estagiário;

II – controlar a frequência e o horário das atividades do estagiário, segundo os parâmetros fixados no Termo de Compromisso de Estágio respectivo;

III – evitar que qualquer atividade relativa ao estágio seja desenvolvida pelo estudante no Senado, fora do período previsto pelo respectivo Termo de Compromisso de Estágio;

IV – atestar e enviar, no primeiro dia útil de cada mês, ao Órgão Central de Coordenação e Execução os controles de frequência dos estagiários sob sua responsabilidade;

V – solicitar, com a devida justificação e observada a duração máxima de 24 meses, a renovação do estágio, com a antecedência mínima de 45 dias do seu término;

VI – afastar das atividades do estágio e comunicar imediatamente ao Órgão Central de Coordenação e Execução, o desligamento do estagiário, sob pena de vir a responder pelo pagamento indevido da bolsa e outras irregularidades;

VII – preencher e emitir, para o estagiário que concluir satisfatoriamente estágio por período igual ou superior a 6 meses, o Certificado de Estágio, conforme modelo disponível na intranet do Senado, para ser assinado pelo titular da unidade recrutadora e pelo Diretor-Geral;

VIII – solicitar, a seu critério e sob sua inteira responsabilidade, o credenciamento do estagiário para operar a rede de computadores do Senado e para a utilização do acervo da Biblioteca; e

IX – providenciar, quando do desligamento do estagiário, o cancelamento do credenciamento de que trata o item VIII, remetendo-o, juntamente com o nada consta emitido pela Biblioteca, ao Órgão Central de Coordenação e Execução.

Art. 6º Ao Órgão Central de Coordenação e Execução do Senado Federal, por seu setor próprio, compete providenciar, no interesse do Senado, a celebração de convênios com instituições de ensino superior para a realização de estágios; acompanhar o desenvolvimento e o controle dos convênios; receber, cadastrar e aprovar os currículos encaminhados ao seu cadastro; receber as solicitações das unidades interessadas no recrutamento de estagiários; distribuir às unidades recrutadoras os currículos dos candidatos; avaliar e propor o recrutamento dos estudantes selecionados; preencher e emitir Termos de Compromisso de Estágio, providenciando para que sejam assinados pelo Senado Federal, pelo estudante e pela instituição de ensino; receber, analisar e arquivar os comprovantes de matrícula nas instituições de ensino, a cada semestre do estágio; providenciar a renovação do estágio, caso solicitada pela unidade recrutadora; receber e processar os comunicados de desligamento do estágio; manter arquivo relativo ao estágio; providenciar a emissão da folha e o pagamento mensal da bolsa aos estagiários; e solicitar a contratação de seguro contra acidentes pessoais.

Art. 7º O estagiário cumprirá jornada de 4 horas diárias e 20 horas semanais de atividades, conforme horário definido pelo Senado, consideradas as tarefas acadêmicas do estudante. Parágrafo único – Não serão concedidas ao estagiário férias ou afastamentos em virtude de recesso parlamentar.

Art. 8º Para os fins deste Ato, consideram-se faltas justificadas, os afastamentos por motivo de:

I – saúde, por até 15 dias consecutivos;

II – falecimento de pais, cônjuges ou filhos por até 8 dias consecutivos;

III – casamento, por até 8 dias consecutivos;

IV – nascimento de filho, por até 5 dias consecutivos; e

V – alistamento como eleitor, por até 2 dias consecutivos.

Parágrafo único. O estagiário terá o prazo de 48 horas, a contar do seu afastamento das atividades do estágio, para apresentar ao supervisor os documentos comprobatórios de sua ausência.

Art.9º Será desligado o estagiário que:

I – concluir o período fixado para o estágio e/ou sua prorrogação;

II – deixar de comparecer às atividades do estágio, sem motivo justificado, por 3 dias consecutivos ou por 5 dias intercalados, no período de 1 mês, ou por mais de 15 dias consecutivos, ainda que por motivo justificado.

III – deixar de apresentar ao Órgão Central de Coordenação e Execução do Senado Federal, no primeiro mês de cada semestre letivo, o comprovante de matrícula a instituição de Ensino respectiva;

IV – descumprir qualquer compromisso constante do Termo de Compromisso;

V – apresentar comportamento funcional ou social incompatível com as normas do Senado;

VI – após decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio, receber do Senado ou da instituição de ensino conceito de comprovada insuficiência na avaliação de desempenho;

VII – por escrito, solicitar seu desligamento ao supervisor respectivo;

VIII – interromper ou concluir o curso na instituição de ensino conveniada com o Senado.

Parágrafo único. Nos casos de conclusão do curso, as atividades relativas ao estágio serão interrompidas na data de encerramento do semestre letivo.

Art.10. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação. Alterado pelo ATC 5/2002.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 5, DE 2002

Altera o ato da Comissão Diretora nº 19, de 2001.

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, resolve:

Art. 1º O art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A celebração de convênios entre o Senado Federal e as instituições de ensino superior sujeitam as partes às disposições da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 6.494/77, do Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, do Decreto nº 89.467, de 21 de março de 1984, da Portaria nº 8, de 23 de janeiro

de 2001 do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e deste Ato.

§ 1º O Senado manterá seguro contra acidentes pessoais que tenha como causa direta o desempenho das atividades do estágio.

§ 2º O número de estagiários não poderá ser superior a trinta por cento do total de cargo das categorias de nível superior.

§ 3º O Órgão Central de Coordenação e Execução fixará o valor da bolsa de estágio.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, ofícios do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 22/04-Presidência/CCJ

Brasília, 11 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1 de 2001, para apreciação do Requerimento nº 506, de 2004, de autoria da Comissão de Educação.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 23/04-Presidência/CCJ

Brasília, 11 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1 de 2001, para apreciação do Requerimento nº 507, de 2004, de autoria da Comissão de Educação.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

**OFÍCIO
DO MINISTRO DE ESTADO
DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Nº 375/2004, de 7 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 327, de 2004, do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

As informações recebidas foram ainda anexadas ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, cuja tramitação estava sobrestada, que volta à sua tramitação normal e ficará aguardando a inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 140, de 2004, de audiência da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência informa aos Srs. Senadores que, na reunião de Líderes ocorrida hoje no gabinete da Presidência, ficou acertado que o **Projeto de Lei de Conversão nº 26** (MP nº 166) será apreciado amanhã e as demais matérias, na sessão da próxima 5ª feira, de forma que até 3ª feira todas estarão votadas.

São os seguintes os itens adiados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 26, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 166, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2004, que *cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 166, de 2004.

Relator revisor:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 27, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 167, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2004, que *dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 167, de 2004.

Relator revisor:

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 28, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 169, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2004, que *acrescenta o inciso XVI ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para emitir a movimentação da conta vinculada em caso de necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural*, proveniente da Medida Provisória nº 169, de 2004.

Relator revisor:

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 29, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 170, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2004, que *dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e da Gratificação Temporária de Vigilância Sanitária, e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 170, de 2004.

Relator revisor:

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 171, DE 2004
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 171, de 2004, que *antecipa, em caráter excepcional, a transferência de recursos prevista no art. 1º – A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.*

Relator revisor:

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 172, DE 2004
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 172, de 2004, que *dá nova redação ao caput do art. 7º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, que dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus cargos e institui, para os militares do Distrito Federal – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, a Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF.*

Relator revisor:

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 31, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 173, de 2004)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2004, que *institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 173, de 2004.*

Relator revisor:

8

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 32, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 174, de 2004)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2004, que *altera os prazos previstos nos arts. 29, 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 174, de 2004.*

Relator revisor:

9

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 33, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 175, de 2004)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2004, que *acresce parágrafo ao art. 2º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 175, de 2004.*

Relator revisor:

10

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 221, DE 2003 – COMPLEMENTAR
Votação Nominal
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 446, de 2004 – art. 336, I)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador César Borges, que *altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.*

Dependendo leitura do Parecer da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, e de

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

11

REQUERIMENTO Nº 557, DE 2003
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 340, III, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 557, de 2004, da Senadora Heloísa Helena e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2003, *que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências*.

12**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2003 (nº 6.057/2002, na Casa de origem), que *denomina "Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha – MG – Carlos Drummond de Andrade" o aeroporto da cidade de Belo Horizonte – MG*.

Parecer favorável, sob nº 101, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Aelton Freitas.

13**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2003 (nº 1.480/99, na Casa de origem), que *denomina "Viaduto Jefferson Cavalcanti Tricano" o viaduto no quilômetro 82 da rodovia BR-116, na cidade de Teresópolis – RJ*.

Parecer sob nº 147, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 –CE, de redação, que apresenta.

14**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108,
DE 2003 – COMPLEMENTAR
Votação Nominal**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar (nº 224/2001-Complementar, na Casa

de origem), que *dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios*.

Parecer sob nº 337, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, com Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

15**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2003 (nº 3.987/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre o ensino da língua espanhola*.

Parecer sob nº 312, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com Emenda nº 1-CE, que apresenta.

16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 911, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 911, de 2003 (nº 925/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Jurisdição em Matéria de Contrato de Transporte Internacional de Carga entre os Estados Partes do Mercosul, assinado em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 285, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães.

17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 942, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 942, de 2003 (nº 45/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América relativo à Assistência Mútua entre as suas Administrações Aduaneiras, concluído em 20 de junho de 2002, em Brasília*.

Parecer favorável, sob nº 308, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

18**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 943, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 943, de 2003 (nº 927/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 286, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Cristovam Buarque.

19**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 944, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 944, de 2003 (nº 1.691/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre Isenção de Visto para Titulares de Passaportes Comuns, celebrado em Ancara, em 20 de agosto de 2001.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

20**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2003
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 3, de 2004)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que *dispõe sobre a instalação de presídios federais de segurança máxima, nas condições em que especifica.*

Parecer sob nº 1.839, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Va-

ladares, pela rejeição da matéria, com votos em contrários dos Senadores Tasso Jereissati, Ney Suassuna, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho e Eduardo Azeredo, e, vencido, em separado, do Senador Demóstenes Torres, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do Partido da Frente Liberal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem adiado muitas viagens a Salvador, onde iria inaugurar farmácias populares, que ainda não estão prontas, e assinar um contrato de R\$230 milhões com a Caixa Econômica Federal.

Sr. Presidente, faço desta tribuna um apelo ao Sr. Presidente no sentido de assinar esse contrato, em Brasília, o mais rápido possível. Sem a sua assinatura, o Governo do Estado não poderá abrir as licitações indispensáveis para as obras públicas de que a Bahia necessita. A Caixa Econômica já informou – e foi publicado na **Folha de S.Paulo** – que os contratos estão prontos. Seria prático – nesse sentido, dirigi-me hoje, por intermédio da Casa Civil, ao Presidente da República – que Sua Excelência marcasse uma data para assinar, com o Governador Paulo Souto, o contrato com a Caixa Econômica Federal. O Estado da Bahia está adimplente perante aquela instituição e, portanto, em condições de assinar qualquer contrato. Sei que o Presidente da República, que teve excelente votação na Bahia, não pode ter má vontade com o nosso Estado. Mas, se esperarmos que Sua Excelência ainda marque a viagem que algumas vezes foi adiada – certamente por motivos justos –, não teremos esses recursos tão cedo. Daí por que, neste instante, reitero o apelo para que o Senhor Presidente da República convoque o Governador Paulo Souto para assinar esse contrato.

Depois, tenho certeza de que o Presidente, marcando qualquer viagem para Salvador – sei que considera o lugar agradável e fica hospedado em uma praia muito boa, a de Arembépe –, poderá receber as homenagens devidas de todas as correntes políticas baianas, inclusive dos seus correligionários. Não queremos, de jeito algum, o privilégio de que Sua Excelência assine apenas com o Governo do Estado. O Presidente da República assinará com a Bahia, que não é apenas o Governo do Estado. A Bahia é o seu povo, são os seus partidos políticos. Sua Excelência não trairia, de modo algum, os seus correligionários se fizesse isso.

É o apelo que faço, certo de que serei atendido, porque a vinda do Governador aqui, embora com muitos compromissos – inclusive vai, no dia 22, para a China –, é muito mais fácil do que a ida do Presidente a qualquer dos lugares, tais e tantos são os afazeres normais do seu cargo.

Reafirmo, portanto, a minha certeza de que, dentro de poucos dias, assinaremos esse contrato com a Caixa Econômica Federal, no Palácio do Planalto ou em qualquer ponto do Distrito Federal.

Outro ponto para o qual chamo a atenção, aqui, da tribuna do Senado, é a disparidade. Não culpo o Tribunal Superior Eleitoral, mas há disparidade de procedimentos nos tribunais regionais eleitorais. Alguns tribunais, como o do Rio de Janeiro, e alguns juízes de cidades de São Paulo não permitem a propaganda política antes das convenções ou do período próprio eleitoral. O que ocorre na Bahia, entretanto, é inacreditável: o tribunal eleitoral, por uma juíza, negou liminar ao PFL quando pedia para suspender as propagandas dos demais candidatos. Nós, para obedecer à lei, até hoje não fizemos qualquer propaganda do nosso candidato, que será vitorioso, o Senador César Borges. Agora, se o tribunal eleitoral permitir, vamos fazer propaganda também.

Não quero, porém, que amanhã venham ao TSE reclamar de que estamos fazendo propaganda, quando os nossos adversários estão fazendo pior: a propaganda enganosa. A propaganda enganosa diz que o dinheiro do metrô já está todo na Bahia; que casas populares estão sendo construídas; que o Governo Federal tem mandado recursos abundantes para o Governo do Estado. Nada disso é verdade! Ao contrário.

Vimos aqui, por exemplo, o problema do metrô. Estive com o Ministro Olívio Dutra, saí contentíssimo, como também o Senador César Borges e toda a Bancada baiana, com todos os Partidos: PT, PSDB, PMDB. Todos ouviram do Ministro que R\$54 milhões iriam, ainda este ano, para o metrô de Salvador. Até pedimos o cronograma, mas S. Ex^a disse: “Será o mais rápido possível, tenho esse interesse, que é também do companheiro Lula”. O Ministro não se refere ao Presidente, mas ao companheiro Lula. E estou certo de que o companheiro Lula, dele, realmente tem esse interesse. Mas não sai.

Foi feito um cronograma, Sr. Presidente, de R\$1 milhão por mês! Pense em R\$1 milhão por mês, em 34 meses, para se fazer o metrô. Antes seriam 54 meses, mas diminuíram 20 meses. Veja quanto demorará essa obra e o seu custo! Veja quanto vai atrasar o transporte coletivo em Salvador!

O Presidente Lula prometeu também o metrô para outras cidades. Talvez o Senador Tasso Jereis-

sati seja mais feliz, e o Governador Lúcio Alcântara, em Fortaleza, já tenha recebido os recursos do metrô, também prometidos solenemente. Entretanto, à Bahia, nada chegou. Creio que também não chegou a Minas Gerais. Mas há uma proteção – não sei se é porque S. Ex^a está presidindo a Comissão do Salário Mínimo – em relação ao Senador Tasso Jereissati. Os recursos chegam rapidamente ao Ceará, mas não chegam aos Estados de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

Não pretendo tratamento igual ao dispensado ao Senador Tasso Jereissati, mas gostaria fosse cumprido o que, no dia 13 ou 14 do mês passado, em uma reunião com mais de 40 pessoas, o companheiro Olívio Dutra prometeu. Mas nada disso está acontecendo.

Ainda hoje tive a oportunidade de dizer ao Ministro Ciro Gomes, Ministro competente e de muito valor, que S. Ex^a tinha de ser um defensor intransigente do Nordeste, inclusive em quem votamos para Presidente, certos de que o Nordeste iria melhorar. E como S. Ex^a está no Ministério, teria obrigações com a região quanto a esse assunto.

Vi a vontade do Ministro Ciro Gomes de atender ao Nordeste. S. Ex^a quer servir a sua região, mas os contingenciamentos não permitem que possa modificar a sua situação de pobreza. Já disse e repito agora: se o Programa Fome Zero fosse entregue aos governadores, a situação seria muito mais interessante, porque teriam como aplicar e comprovar.

Também quero dizer, neste instante, que foi criada, na Bahia, uma Secretaria de Combate à Pobreza que está apta a receber os recursos do Fome Zero. Penso que o assunto está agora com o Ministro Patrus Ananias. Seja como for, que, pelo menos, chame o Secretário da Bahia, o padre Piazza – não pode ser mais insuspeito o Secretário para tratar desses assuntos, independente de correntes partidárias –, para resolver esses problemas, sobretudo o da habitação. São problemas que se eternizam e, cada dia que passa, ficam mais difíceis. Não vou culpar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua Excelência teve a maior votação no Nordeste e na Bahia. Em Salvador, obteve 90% dos votos. Isso é praticamente inédito. A cidade brasileira onde Sua Excelência obteve mais votos também é no Recôncavo Baiano, São Francisco do Conde: 94% da votação.

Portanto, penso que eu, que votei em Sua Excelência no segundo turno, tenho o direito de pleitear, em nome do meu povo, a antecipação de alguns recursos, sobretudo esses da Caixa Econômica Federal, em que o Presidente já fez o contrato e está à espera de que o Presidente Lula dê o sinal verde. Fiz esse apelo particular e o faço agora em público certo de que o Presidente vai atender à Bahia, ao Nordes-

te, como, tenho certeza, está atendendo ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, quisera os deuses e, principalmente, Nosso Senhor do Bonfim, ouvissem a sua tão importante voz e que o Ceará estivesse sendo bafejado pela sorte que têm as prefeituras de São Paulo ou os governos de determinados Estados governados pelo PT. Mas uma recente estatística publicada – e isso precisa ser esclarecido –, se não me engano, no jornal **Folha de S. Paulo**, demonstrou que o Ceará, dentre todos os Estados, foi o mais prejudicado nesses dois últimos anos. Foi o Estado que menos recebeu em relação ao orçado e o que menos recebeu em relação ao ano passado. É uma situação bastante triste e o pior é que apesar de o Ceará ter sido o que menos recebeu – e penso que isso é pior –, se observarmos o contexto nordestino, todas as iniciativas programadas, pensadas e anunciadas em relação ao Nordeste, desde a criação de instituições até verbas de emergência, simplesmente não existiram. Eu ousou dizer, Senador Antonio Carlos Magalhães, que, talvez, na história recente desde a redemocratização do País – e está presente o nosso ex-Presidente José Sarney –, tenha sido o pior ano em termos de recursos aplicados no Nordeste brasileiro. Talvez tenha sido o pior. Nenhuma iniciativa de vulto, seja financeira ou institucional, foi tomada de fato em relação ao Nordeste brasileiro. Agora, mais recentemente, a única iniciativa que tomamos – e aqui está presente outro representante do Estado da Bahia e que lutou muito por isso também, Senador Rodolpho Tourinho – foi a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, agora desfeita pelas lideranças do Governo na Câmara dos Deputados. Portanto, é muito mais grave. Eu entendo e sempre admiro a sua preocupação com a Bahia, que não é simplesmente algo localizado. Infelizmente, no entanto, o Ceará não é tão forte e poderoso quanto a Bahia, não tem o mesmo direito e muitas vezes nem a repercussão da reclamação que a nossa sempre querida e bela Bahia tem. Tudo o que se faz na Bahia gera muita repercussão. Nós, mais humildes, sempre atuando um pouco à sombra de V. Ex^a, procuramos, com as suas palavras, obter um pouco de repercussão ao que acontece no meu pobre, querido e sofrido Ceará.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu pensava, dada a alegria do Governador Lúcio Alcântara, que S. Ex^a estava recebendo esses recursos, mas V. Ex^a vem aqui e diz que também o Ceará não os recebe. Se é o que menos recebeu eu não garanto, porque penso que a Bahia foi quem menos recebeu proporcionalmente. Mas, seja como for, o meu apelo é para todo o Nordeste e inclusive para

o Ceará. E veja V. Ex^a que se temos o Senhor do Bonfim e não conseguimos, também vai ser difícil V. Ex^a conseguir.

De modo que faço um apelo ao Senhor Presidente da República no sentido de que nos atenda; prestigie o Ministro Ciro Gomes e faça com que S. Ex^a tome as providências indispensáveis para o equilíbrio regional, permitindo ao Nordeste uma situação melhor em todos os estabelecimentos bancários deste País.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, permite-me novamente interrompê-lo? Tenho algo importante a dizer. Uma união entre Nosso Senhor do Bonfim e Padre Cícero seria muito bom para nós todos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Aceito de logo, porque os milagres do Padre Cícero ninguém ignora. Realmente, temos que apelar para o Padre Cícero e para Nosso Senhor do Bonfim. Talvez isso sensibilize o Governo da República e tenhamos um tratamento mais adequado.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, devemos incluir também o Frei Damião.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É uma lembrança muito boa a do Frei Damião, até porque o Senador Renan Calheiros ficará muito satisfeito.

Sr. Presidente, o BNDES continua a discriminar os projetos do Nordeste, alegando que não os temos. Temos projetos no BNDES. O nordestino, no entanto, para transpor as portas do BNDES, sofre muito. Seria preciso ter nascido em São Paulo ou no Sudeste, porque se o nordestino não consegue discutir sequer com os diretores, imaginem com o Presidente do BNDES.

Suplico até mesmo a V. Ex^a, sem dúvida o político mais importante do Nordeste, que faça um apelo ao Presidente Lula para que Sua Excelência atenda pelo menos os pedidos relativos aos metrô das quatro cidades citadas. Além disso, o Fundo de Desenvolvimento Regional de que falou o Senador Tasso Jereissati é o mais importante para os Governadores do Nordeste. Sem isso, dificilmente venceremos os problemas, porque os recursos da Cide para consertar estradas são ínfimos em relação ao estado em que elas se encontram.

Portanto, faço esse apelo a V. Ex^a, que há de traduzi-lo muito bem junto ao Presidente da República, pois V. Ex^a é o interprete maior desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 568, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2004 que, “veda a exigência de conhecimento de língua estrangeira nos concursos públicos e nos exames vestibulares de instituições de ensino superior”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em 11 de maio de 2004. – Senador **Osmar Dias**.

REQUERIMENTO Nº 569, DE 2004

Requeiro, com fulcro no art. 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quanto à seguinte consulta:

A Constituição Federal, no art. 64, § 2º, estatui o seguinte, **verbis**:

Art. 64.

§ 1º O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.

Por outro lado, a Lei Fundamental da República disciplina a competência terminativa das comissões técnicas de qualquer das Casas do Congresso Nacional com esta dicção, **verbis**:

Art. 58.

§ 2º Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

Da interpretação conjunta e sistemática dessas duas disposições constitucionais parece resultar a conclusão lógica segundo a qual o constituinte de 1988 erigiu as comissões técnicas do Parlamento em legítimos substitutos do Plenário em todas as deliberações em caráter terminativo sobre matérias a elas cometidas pelo diploma regimental da respectiva Casa.

Assim, parece meridiano que as comissões técnicas, ao deliberar terminativamente, o fazem em nome da Casa a que pertencem e representam por delegação constitucional e regimental explícita.

Em consequência, parece igualmente intuitivo que, no caso da aplicação do art. 64, § 2º, da Carta Magna acerca do sobrestamento de todas as deliberações legislativas da Casa (excetuadas as portadoras de prazo constitucional determinado) onde projeto de iniciativa do Presidente da República esteja tramitando em regime de urgência há mais de 45 dias sem apreciação, tenha tal preceito incidência também sobre as pautas das comissões, com o efeito de trancá-las, como ocorre em relação ao Plenário.

Segundo José Alfredo Baracho, às comissões das Casas legislativas foi conferido, pelo art. 58, § 1º, da CF, o **status** de “microcosmos do plenário”, com delegação para deliberar em seu lugar em certas matérias, ressalvado o recurso de um décimo dos membros da Casa. (**apud** Celso Bastos, **Comentários à Constituição do Brasil**, Ed. Saraiva, 4º Volume, Tomo I, 1995, p. 258).

Não é, aliás, por outra razão que se sujeitam as proposições sob sua apreciação terminativa a todas as regras regimentais referentes a turnos, prazos, emendas e outras formalidades requeridas das matérias submetidas ao exame do órgão pleno (art. 92 do RISF).

Da própria composição das comissões exige-se representatividade proporcional dos partidos e blocos parlamentares por comando constitucional expresse (art. 58, § 1º), cuja **ratio** é torná-las miniatura fiel da respectiva Casa legislativa.

Não obstante, porém, todas essas considerações e a aparente inevitabilidade de tal conclusão, a Câmara dos Deputados vem adotando inteligência diversa dos comandos constitucionais analisados, continuando suas comissões a deliberar terminativamente, ainda que com a pauta do Plenário sobrestada.

Assim, à vista do exposto e com o objetivo de evitar futuras nulidades em nosso processo legislativo ou questionamentos quanto à conduta a ser seguida, na matéria, pelas comissões do Senado Federal, considero indispensável um pronunciamento definitivo da CCJ a respeito.

Afinal, o sobrestamento das deliberações legislativas, em decorrência da aplicação do disposto no § 2º do art. 64 da CF alcança ou não as proposições apreciadas pelas comissões em caráter terminativo?

Sala das Sessões, 11 de maio de 2004. – **Osmar Dias**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Os requerimentos lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 570, de 2004

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil sobre os critérios adotados no reajuste do valor estabelecido como teto para pagamento do benefício previdenciário.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil sobre os critérios adotados no reajuste do valor estabelecido como teto para pagamento do benefício previdenciário:

1) Qual o critério adotado pelo governo no reajuste do limite máximo para o valor dos benefícios previdenciários?

2) O critério adotado respeita o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003?

3) Qual a interpretação do Ministério da Previdência Social para o referido reajuste?

4) Qual a estimativa de arrecadação adicional que será obtida com esse reajuste?

Justificação

O art. 5º da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, estabelece que “o limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal é fixado em R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), devendo, a partir da data de publicação desta emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social”.

No entanto, a matéria intitulada “Contribuição ao INSS sobe além do devido”, publicada no jornal **Folha de São Paulo** do dia 9 de maio do corrente, mostra que a atualização do limite máximo dos benefícios da previdência, de R\$2.400,00 para R\$2.508,72, pode ter sido baseada em uma interpretação equivocada da atual legislação previdenciária.

Além disso, a matéria mostra, também, que o Ministério da Previdência Social teria uma interpretação diferente daquela adotada pela Casa Civil.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para o esclarecimento da matéria e para o cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que convoca sessões conjuntas do Congresso a realizarem-se nos dias 18 e 25 de maio, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinadas à apreciação de vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho acompanhado, como de resto todo o País, a seqüência de anúncios publicitários do Governo Lula na televisão, buscando afirmar-se na comparação de seu desempenho com o do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Não disponho – e creio que nem o cidadão médio brasileiro – de elementos para aferir a veracidade daqueles números. O que fica, porém, é a idéia de que, se o País não vai bem sob o comando do PT, estaria menos ruim do que esteve sob o governo passado.

Abstenho-me de comentar o despropósito e a pobreza de criação dessa estratégia publicitária. Não creio que esteja gerando aplauso ou credibilidade para quem a faz. Penso que a sociedade brasileira não está interessada na depreciação do governo anterior, mas, sim, em saber o que pretende fazer o Governo atual, que até aqui não disse a que veio.

Mas, como disse, não quero me aprofundar nisso, pois é problema dos marqueteiros do PT, Partido que se especializou na matéria e se envolve mais com ela que com o ato de governar propriamente dito. O que aqui me traz é a constatação de que a percepção de melhora, sugerida pela campanha publicitária do PT, não é compartilhada internacionalmente por organismos isentos. Muito pelo contrário. Senão vejamos.

No **ranking** anual publicado semana passada pelo instituto de pesquisa IMD, da Suíça, registra-se que o Brasil perdeu competitividade internacional desde o início do Governo Lula. O País aparece na 53ª posição entre as 60 economias avaliadas.

Em 2002, no final da Era FHC, o Brasil ocupava a 37ª posição. No ano passado, sob à égide da Era PT, passou para a 52ª posição, e agora cai mais um ponto e passa para a 53ª posição. O País, pois, não apenas piorou, como continua em declínio.

É o caso de perguntar, Senador Mão Santa, como o garoto-propaganda do PT na televisão: “O Brasil está pior ou melhor?” Caiu, em um ano e meio, nada menos que 16 posições no **ranking** da competitividade internacional.

Na avaliação isenta do IMD, são dois os fatores principais que levaram o País a este desempenho classificado de “decepcionante”: falta de eficiência na administração pública do País e estagnação da economia em 2003. Ambas as razões depõem contra o Governo Lula, o Governo do PT.

Transcrevo o comentário reproduzido pelo **Jornal do Brasil**, do Diretor do IMD, Stephane Garelli, que comandou a pesquisa:

O Governo Lula não precisa mais provar que é responsável à comunidade internacional. O País não precisa mais satisfazer as exigências do mundo. Agora, precisa é satisfazer as necessidades dos brasileiros.

O Governo precisa, pois, começar a governar, dizemos nós. Qualquer cidadão brasileiro, minimamente informado, subscreve esse comentário. O que está claro é que, se o PT dispunha de um projeto eficiente de poder – e provou que dispunha, lastreando-o em lances eficazes de propaganda e **marketing** –, não dispunha e não dispõe de um projeto de governo.

Prova disso é a perplexidade com que lidou com a questão do salário mínimo. Prometeu dobrá-lo em quatro anos e concedeu reajuste inferior à média concedida pelo governo anterior. É o caso de fazer aos assalariados a pergunta do garoto-propaganda dos anúncios da televisão: “o País ficou melhor ou pior?”

Concedo um aparte ao Senador José Jorge, com muito prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Gostaria de responder, Senador Efraim Moraes, que o País ficou pior. Ele ficou pior no sentido de que, no ano passado, no primeiro ano do Governo Lula, a economia decresceu 0,2%, o que não ocorria há anos. Em segundo lugar, o desemprego aumentou. Em terceiro, a renda dos trabalhadores diminuiu. Quer dizer, se olharmos os três principais indicadores, o País piorou. Agora, se analisarmos as promessas do Governo, veremos que ele não está cumprindo-as: prometeu 10 milhões de empregos e, até agora, o desemprego aumentou; prometeu duplicar o salário mínimo e está dando um aumento de pouco mais de 1% ao ano. Portanto, é um

Governo desonesto no sentido de que não cumpre as suas promessas. Por outro lado, foram lançados programas sociais e de *marketing* – que V. Exª estava citando – como o Fome Zero, que nem o Governo fala mais nele, e só se vê gente com fome na rua, e o Primeiro Emprego, para o qual foram prometidos 250 mil empregos, mas só foram criados 708. Quer dizer, foi lançado um programa no Palácio do Planalto que expõe o Presidente e a máquina governamental do PT, com esses companheiros que estão nesses cargos não conseguem executar. Há poucos dias, levaram o Presidente Lula a Ribeirão Preto, uma das cidades mais ricas de São Paulo, para entregar sete ambulâncias que não eram novas, mas recauchutadas. Portanto, creio que o Presidente da República, mesmo com sua boa vontade, em que todos nós nos esforçamos a acreditar, está sendo exposto, a cada dia e a cada hora, por essa equipe de 35 Ministros, que, na realidade, não sabem governar o País. Meus parabéns, Senador Efraim Moraes, por abordar um ponto muito importante para a população brasileira.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador José Jorge, agradeço a V. Exª o aparte, que incorporo ao meu pronunciamento. Eu repetiria as vozes roucas das ruas: o avião pode ser zero, mas as ambulâncias são recuperadas, pintadas, ou, como costumamos dizer, de segunda mão.

Senador José Jorge, V. Exª faz o comentário que muitas pessoas neste País desejam fazer. Essa é a pergunta que o próprio Governo faz em seu programa televisivo. Parece que o Governo não se lembra do conselho que estamos dando de esquecer o governo anterior e começar a governar. Essa é nossa preocupação.

Confesso a V. Exª que considero um mau sinal. Quando não há o que se dizer à população, quando não há o que se inaugurar, quando não há obras executadas, resta apenas um caminho: tentar olhar no retrovisor para ver o passado e suas mazelas. O povo brasileiro não está preocupado com isso, mas quer soluções para os problemas existentes no nosso País.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, voltemos à pesquisa do IMD, que não pode ser classificada de antipetista ou de propaganda eleitoral da Oposição, como começa agora a dizer sistematicamente o Governo, quando diante de adversidades. A classificação desse **ranking** é composta de 323 critérios e tornou-se, nos últimos anos, uma referência sobre a competitividade no mundo. Neste ano, a liderança é, mais uma vez, dos Estados Unidos. O Brasil, no entanto, como informa o **Jornal do Brasil**, vem apresentando queda constante nos últimos dois anos – coincidentemente o período do Governo Lula.

Entre as economias das Américas, o Brasil fica em sexto lugar. Entre os países com renda **per capita** de menos de US\$10 mil, caiu da 18ª posição, em 2003, para a 19ª neste ano. Comparativamente, a Índia, sempre evocada como exemplo de precariedade no campo social, está em situação oposta. Conseguiu subir um número impressionante de postos no *ranking* nos últimos dois anos, passando do 50º lugar para o 35º lugar. A China ocupa o 24º lugar.

Voltemos ao Brasil. Diz o IMD que falta eficiência e habilidade ao Governo Lula. O País ocupa um dos piores postos no critério de eficiência e, entre 2003 e 2004, caiu da 53ª para a 57ª posição, entre 60 países. Em 2002, no final da era FHC, o País chegou a ocupar a 40ª posição nesse quesito de eficiência do Governo. Hoje, está a frente apenas da Polônia, Argentina e Venezuela cujos desarranjos internos são notórios.

O IMD menciona fatores estruturais adversos à competitividade, como o excesso de burocracia e a falta de transparência administrativa que o PT pode atribuir à tal herança maldita – herança cultural de muitas e muitas gerações. Mas o Instituto menciona as altas taxas de juros – aquelas que Lula, na campanha eleitoral, disse que dependiam apenas de vontade política para serem drasticamente reduzidas.

E diz que o desafio central para o Brasil é retomar o crescimento da economia e gerar empregos. “O Brasil precisa de reformas e não apenas de estabilização”, diz o Instituto. Mas não há um projeto de desenvolvimento para o País. O automóvel do Governo, vou repetir, não tem acelerador ou embreagem. Tem apenas freio e, por isso, não sai do lugar.

Na área social, que o PT sempre buscou mostrar como sendo de seu pleno domínio, a avaliação é igualmente péssima. O IMD, que nem menciona a existência de programa tipo Fome Zero – até porque são mais projetos de **marketing** do que de assistência social –, diz que o Governo precisa implementar programas para reduzir a pobreza e a violência, além de aumentar investimentos em tecnologia e inovação.

Mas aí a situação também é crítica: o Brasil é um dos sete piores países, no que se refere à ciência, educação e infra-estrutura. Em educação, o País, segundo o Instituto, “tem um dos menores gastos com o setor, entre as economias avaliadas”.

Não é, pois, de se espantar que a produtividade do trabalhador brasileiro tenha caído também, sendo, hoje, apenas um terço da média dos demais países, segundo o IMD. Até mesmo no que se refere à inflação, hoje supostamente controlada, o País figura em 57º lugar entre os 60 avaliados. O que o salva são as exportações, que o remetem ao 37º lugar.

Mas, no critério relacionado ao desempenho econômico geral, o Brasil perdeu nada menos do que 18 posições em apenas dois anos. Se o critério for o crescimento do PIB, o quadro então é ainda pior: ocupa nada menos do que a penúltima posição.

Mais uma vez, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o caso de perguntar, como o garoto-propaganda do PT, na série de anúncios televisivos: “O País está melhor ou está pior?” Esses números, porém, claro, são omitidos pelos marqueteiros do PT. Não vi esses números na televisão.

Graças ao setor privado – e unicamente graças a ele –, o Brasil escapa de ser a lanterna desse *ranking*. Nesse quesito, ocupa o 33º posto. Em se tratando de práticas de gerenciamento, o País está ainda melhor colocado: é o 25º do **ranking**.

Isso mostra que o País tem potencial humano e mesmo tecnológico para situar-se melhor. O que não tem é projeto de governo. O que não tem é Governo. Daí o fiasco de sua avaliação nessa pesquisa do IMD, que nos constrange e preocupa. Constrange por mostrar o País em decadência, não obstante seu potencial humano e tecnológico. E preocupa, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque esse tipo de pesquisa pesa substancialmente na avaliação do investidor internacional, que temos necessidade de atrair se quisermos retomar o desenvolvimento econômico, gerar empregos e reduzir os danos da crise social.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concluo sugerindo ao PT que pare de se comparar ao Governo anterior e passe a comparar-se consigo mesmo – com as promessas e compromissos de campanha, avaliando se estão sendo cumpridos. E, ao final, pergunte a si mesmo se o País da era Lula se parece com o País prometido por Duda Mendonça nas eleições presidenciais de 2002.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, pelo cumprimento do horário, Senador Efraim Moraes, como sempre colaborando com a Mesa.

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não, Senador.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, quero requerer a minha inscrição para falar como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a está inscrito em terceiro lugar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, já inscrita.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, conforme conversa que tive com V. Ex^a, quero confirmar minha inscrição pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Informo que a sessão termina às 18 horas e 30 minutos e apelo aos oradores que economizem o tempo, se possível, para que todos possam ocupar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está funcionando a pleno vapor a Medida Provisória que discute a proposta de reajuste do salário mínimo feita pelo Governo Federal.

Espancando todas as dúvidas quanto à seriedade da sua direção, o que se viu foi o Presidente, Senador Tasso Jereissati, convocar para prestarem depoimentos figuras absolutamente sérias, preparadas e plurais: de Raul Velloso e sua legítima e lúcida preocupação com as contas públicas, ao Presidente da mais importante Associação de Aposentados do País, passando por Márcio Pochmann e por Marcelo Néri, economistas respeitados e com trabalhos que fazem parte de honra da polêmica nacional sobre a questão do salário mínimo.

Não havia, portanto, razão para o Governo ter tanto medo. Aliás, o Governo se comporta de maneira estranha: destitui o Senador Paulo Paim, num ato de força. S. Ex^a deixa de ser membro da Comissão num ato de força e, hoje, Governo e Oposição foram presididos pelo equilíbrio do Senador Paulo Paim, que em nenhum momento deixou de cumprir com seu dever. Convocado, mais uma vez, a cumpri-lo, o fez de maneira altaneira.

Sr. Presidente, a melhor forma de avaliar o poder de compra do salário mínimo é compará-lo ao preço da cesta básica. Assim fez o Ministro Ciro Gomes, conforme pode ser visto no quadro abaixo.

O problema é que o Ministro fez a comparação de maneira equivocada, induzindo os leitores a acreditarem que o poder de compra do salário mínimo aumentou, no Governo Lula, em relação ao último ano do Governo FHC. Na verdade, quando a apuração é feita de forma correta, podemos verificar que o que ocorreu foi justamente o contrário.

Vamos às declarações do Ministro Ciro Gomes:

O Ministro Ciro Gomes, que gosta de uma briga e adora números, rebate as críticas da oposição ao valor do salário mínimo:

– Em dezembro de 2002, no oitavo ano de FH, o salário mínimo era de R\$ 200 e a cesta básica, segundo o Procon/Dieese, valia R\$ 158,73. Sobravam R\$ 41,27. Agora, com os R\$ 260, a cesta básica custa R\$ 165. Sobram, pois, R\$ 95. Nos oito anos tucanos, a sobra média foi de R\$ 27; no Governo Lula, a sobra média até agora está sendo de R\$ 66.

Ciro diz que o trabalhador brasileiro não compra em dólares, mas, para quem gosta de dolarizar, recorda: quando Itamar Franco passou o governo a Fernando Henrique, o salário mínimo equivalia a US\$ 100,34; mas valia apenas US\$ 55,16 quando Lula recebeu o governo de FH. Os R\$ 260 de agora valem US\$ 88.

Quem publicou a matéria foi a respeitada e talentosa colunista Tereza Cruvinel, no jornal **O Globo** do dia 06 de maio de 2004.

Vamos, então, aos equívocos de avaliação do Ministro Ciro Gomes.

O Ministro avalia o poder de compra do salário mínimo por meio da diferença entre este e a cesta básica: quanto maior a “sobra de recursos”, maior o poder de compra do mínimo.

A idéia está correta, mas o procedimento errado: o Ministro avalia a sobra de recursos sem considerar os efeitos da inflação.

Mesmo que a variação dos preços tivesse sido considerada, não é correto comparar os resultados de abril de 2004 com dezembro de 2002 porque:

– enquanto o preço da cesta básica varia, o aumento do mínimo é concedido em um determinado mês e depois fica congelado por um ano, o que significa que a “sobra de recursos” é maior no primeiro mês e depois tende a decrescer até o próximo reajuste de salário. Assim, a comparação deve considerar a sobra média anual;

– em 2004, o Presidente Lula só concedeu aumento do mínimo em maio. O Ministro erra porque compara a cesta básica de abril com um salário que só entrou em vigor a partir de 1º de maio. A sobra de recursos em abril de 2004 não foi de R\$ 95,00, mas de R\$ 75,00, uma vez que o salário vigente era de R\$ 240,00 e não de R\$ 260,00.

Por último, o Ministro manipula as informações ao comparar os 16 meses de Governo Lula com 8 anos de Fernando Henrique, quando o correto seria considerar, em valores presentes, cada um dos anos da gestão anterior.

Quando corrigimos as diferenças entre mínimo e cesta básica pelo INPC – melhor índice para medir o custo de vida para os trabalhadores que ganham salário mínimo – verificamos que o Governo FHC obteve melhor performance que o Governo Lula.

Considerando a sobra média de recursos a cada ano, observamos que, desde 1995 até 2002, cada vez mais sobraram recursos. Em 2002, um salário mínimo comprava, em média, uma cesta básica e ainda sobravam R\$ 71,60. Nos 16 primeiros meses do Governo Lula, apesar da propagada queda da inflação, a sobra de recursos caiu para R\$ 67,50. Estou anexando aos Anais o gráfico nº 1 e a tabela nº 1, coluna A, Sr. Presidente.

Caso fosse considerado apenas o ano de 2003, em vez dos 16 meses do Governo Lula, os resultados seriam ainda piores quando comparados com 2002: a sobra média de recursos caiu de R\$ 71,60 para R\$ 65,60.

A meu ver, uma outra forma de avaliar o poder de compra do salário mínimo é a partir dos seguintes pontos:

- podemos medir o poder de compra do mínimo verificando quantas cestas básicas o mesmo é capaz de comprar. Para tanto, basta dividir o salário mínimo pelo preço da cesta básica;

- tal como foi feito anteriormente, aqui também foi utilizado como parâmetro o poder de compra médio anual;

- ao longo dos dois mandatos do Governo anterior, a cada ano, em média, o salário mínimo foi capaz de comprar uma parcela maior da cesta básica. Sr. Presidente, anexo aos Anais o gráfico nº 2 e a tabela nº 1, coluna B;

- em 1995, o salário mínimo comprou, em média, uma cesta básica. Em 1998, o mínimo equivalia a 1,2 cesta básica. Em 2002, o salário mínimo comprava quase 1,5 cesta (1,43);

- já nos 16 primeiros meses do Governo Lula, o mínimo passou a comprar 1,39 cesta, ou seja, menos do que comprava no último ano do Governo antecessor;

- vale ressaltar que, em abril de 2002, mês em que foi concedido o último aumento do mínimo do Governo Fernando Henrique, o salário mínimo comprava 1,57 cesta. Em abril de 2003, quando Lula concedeu o primeiro

aumento do mínimo, essa relação caiu para 1,29 cesta;

- em 2004, o reajuste foi adiado para maio e ainda não existem dados disponíveis que permitam avaliar a relação entre salário mínimo e a cesta básica.

Conclusão óbvia: qualquer que seja o método de avaliação do poder de compra do salário mínimo em relação à cesta básica, quando Lula recebeu o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o poder de compra do mínimo era maior do que aquele que foi alcançado em seus primeiros 16 meses de governo.

Sr. Presidente, peço que conste dos Anais da Casa o belíssimo artigo do Secretário-Geral do meu Partido, Deputado Bismarck Maia, do qual lerei alguns trechos. Peço que a íntegra passe a fazer parte dos Anais do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB — AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Diz o Deputado Bismarck Maia em seu recente artigo:

O Brasil viveu um 1º de maio com gosto de 1º de abril. É como se a paralisia do Governo Lula houvesse contagiado o próprio calendário e o dia da mentira durasse até o Dia do Trabalho.

Sua Excelência se refere à troca de datas. O PT queria, no governo anterior, passar a data-base de maio para abril e, no seu primeiro ano de governo, passa a data-base de abril para maio outra vez. É essa petate que é condenada pelo Secretário-Geral do PSDB.

Em outro trecho, diz S. Ex^a:

A vacilação, que se vai tornando marca registrada deste Governo, contrasta com a segurança exibida no programa de governo do PT, vendido à sociedade na campanha eleitoral de 2002. No capítulo intitulado “Mais e Melhores Empregos”, lá está o compromisso [compromisso solene do Presidente Lula, que não está sendo nem de leve cumprido]: “dobrar o poder de compra do salário mínimo ao longo dos quatro anos de mandato é a meta do novo governo.

O Presidente não está, de fato, caminhando na direção de cumprir esse compromisso, nem está tendo a coragem moral de dizer à Nação que não é possível cumpri-lo, de pedir desculpas à Nação e começar de novo – claro que com os desgastes inerentes aos que não honram os seus compromissos. Que pague o pre-

ço da impopularidade, que pague o preço político, que pague o preço perante a opinião pública.

Em outro trecho, diz o Deputado Bismarck Maia:

O PIB encolheu no ano passado, a taxa de desemprego é crescente e a renda real de quem está ocupado caiu 12,55%, entre dezembro de 2002 e dezembro de 2003. Em janeiro do ano passado, primeiro mês do Governo Lula, a taxa de desemprego aberto era de 11,2%. Em março de 2004, chegou a 12,8%, segundo o IBGE, ou 2,7 milhões de desempregados. Os números do Dieese, ligado aos sindicatos dos trabalhadores, são mais dramáticos, porque incluem os desalentados, aqueles que desistiram de procurar emprego e que não entram na estatística do IBGE.

Em outro trecho, o Secretário-Geral do PSDB, Deputado Bismarck Maia, diz:

Uma a uma, as promessas do programa de governo ilusório vendido na campanha eleitoral vão sendo engavetadas: “redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário; aceleração do processo de reforma agrária para aumentar o emprego no campo; inadiável necessidade de recuperar a infra-estrutura nacional, como no caso do setor de transportes rodoviário e ferroviário”. [Aí diz o Deputado Bismarck Maia, e eu endosso:] A lista de promessas é pródiga. É tão grande quanto a distância entre o prometido e o realizado.

Sr. Presidente, como o documento vai para os Anais do Senado – os nossos colegas poderão ler toda essa matéria, que também faz parte dos Anais da Câmara Federal –, vou para a parte final do artigo. Continua o Deputado Bismarck Maia:

Não há o que comemorar neste 1º de maio diante dos recordes de desemprego e do achatamento salarial. Mas tampouco é possível silenciar ante a frustração provocada por alguém que foi eleito exatamente para enfrentar esses problemas.

Diz ainda o Secretário-Geral do PSDB:

Passando do micro ao macro, para não estender mais a lista de medidas prometidas, arquivadas ou frustradas: “Toda a política econômica no período de 2003 a 2006 deve ser concebida para viabilizar um crescimento médio de pelo menos 5% [...] [Era um crescimento de 5% que o Presidente Lula prometia]. Nem

o mais crédulo governista esperaria isso da combinação perversa de juros estratosféricos, aumentos escorchantes de impostos e arrocho selvagem do gasto público, que marcou este ano e meio de governo e para a qual o Presidente Lula parece não encontrar alternativa. No ritmo de 2003/2004, na melhor das hipóteses, na mais esfuziante delas, o PT ficaria, no final do governo, devendo ao País oito pontos percentuais de crescimento [...]”.

Ou seja, se não cumprir a promessa de fazer o Brasil crescer à média de pelo menos 5% ao ano, o Presidente Lula estará subtraindo do povo brasileiro R\$121 bilhões em bens e serviços. Em suma, haverá um PIB menor em R\$121 bilhões, em termos de bens e serviços.

Esse brilhante artigo se encerra com o seguinte parágrafo:

Se ao menos tivesse tentado cumprir suas promessas de crescimento da economia e recuperação do emprego e da renda dos trabalhadores, o Presidente da República poderia ter se dirigido a eles no 1º de maio para explicar francamente por que e como falhou. O que o deixa em posição ainda mais delicada perante o País é que, pelas opções feitas no Governo, não se pode sequer dizer que ele tentou.

O Presidente Lula poderia dizer as razões por que sequer tentou, mas poderia também, com muita honestidade intelectual, Senador Paulo Paim, dizer por que falhou. O que não pode é simplesmente negar o que era compromisso de campanha e virar as costas para tal compromisso, como se fosse um ser inatingível, inimputável, acima do bem e do mal. Não está acima do bem e do mal! Não é inimputável, e deve, sim, satisfações muito claras à opinião pública deste País!

Sr. Presidente, Senadora Heloísa Helena, o Governo tem coisas estranhas. Aqui temos uma matéria que é uma delícia. Chamo a atenção da Casa para o fato de que o PT é mesmo um Partido extraordinário, é um Partido bacana – temos que admitir isso: R\$324,77! Senador Antonio Carlos Magalhães: R\$324,77. Se alguém hoje propuser isso na reunião do salário mínimo, o Governo vai dizer que se trata de uma irresponsabilidade. No entanto, o Governo se defende, dizendo que R\$260 é o máximo que se pode atingir.

E essa proposta dos R\$324,77 não é minha, nem de V. Ex^a, mas do PT de Minas Gerais. O PT de Minas Gerais acha que o Governado Aécio Neves deve pagar, sim, R\$324,77 de salário mínimo em Minas. Da

mesma maneira, ocorre no Rio Grande do Sul, onde o PT é absolutamente antagônico ao aliado federal do Presidente Lula, que é o Governador Germano Rigotto, do PMDB. Lá, Rigotto diz que o mínimo é de R\$338,00, o que significa 8,5% a mais no mínimo; o PT propõe 10 pontos ou alguma coisa a mais; ou seja, ele não se conforma com o mínimo proposto pelo Governador Germano Rigotto, do PMDB, porque acha que sempre tem que pedir um pouco mais quando não é ele a governar. Governando o País, ele fala: para o País, R\$ 260,00; para Rigotto, R\$350,00; para Aécio Neves, R\$324,77. Ou seja, não dá para se falar em seriedade, não dá para se falar em credibilidade, se esse é o quadro com que se depara qualquer analista sério.

Agora vou me referir a um Deputado sério, que eu respeito, que estimo pessoalmente, o Deputado Jorge Bittar, Relator do Orçamento no ano passado. O Deputado Jorge Bittar diz, em uma crônica tirada *on line* de algum jornal brasileiro e reproduzida pelo *site* Primeira Leitura: “Congresso vota e aprova Orçamento de 2004”. Diz o texto:

O texto-base do relatório foi aprovado, na noite de segunda, na Comissão Mista do Orçamento, que atravessou a madrugada. O Orçamento da União para 2004 prevê recursos para o reajuste do mínimo: R\$3,6 bilhões. Com isso, o mínimo pode ser reajustado dos atuais R\$240 para cerca de R\$270,00 – e um máximo de R\$ 276,00.

Quem diz isso é o Senador Paulo Paim? Não é. Quem diz isso é o Líder do PSDB? Não é. Quem diz isso é o Líder do PDT ou do PFL? Não é. Quem diz isso é a Senadora Heloísa Helena? Não é. Quem diz isso é o candidato a Prefeito do Rio de Janeiro, Deputado Jorge Bittar, do PT, que aqui dizia que já estavam garantidos os recursos para o salário mínimo de R\$270,00. O Governo diz, então, que qualquer coisa acima e além de R\$260,00 é demagogia, é irresponsabilidade.

Volto a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Presidente da República, visivelmente, quis fazer uma “mediazinha” com o trabalhador de salário mínimo, dando a ele um mínimo de reajuste real, um mínimo de ganho real. Palocci recomendava R\$256,00; o Presidente Lula poderia ter ficado nos R\$256,00 – seria uma atitude corajosa, desgastante, mas poderia ter ficado ali; não; ele decidiu dar quatro reais a mais para justificar, por aí, 1,7% de aumento real no salário mínimo.

Então, pergunto, Senador Rodolpho Tourinho – e estabelecamos o Palocci como o máximo da respon-

sabilidade: se Palocci queria R\$256,00, o Presidente Lula, então, é mais ou menos irresponsável porque quis R\$260,00? Se eu propusesse R\$259,00, eu ficaria mais responsável do que o Lula? Se o Senador Eduardo Azeredo propusesse R\$258,00, ficaria mais responsável do que eu? Se o Senador Mão Santa propusesse R\$257,00, ficaria mais responsável do que o Eduardo Azeredo?

Se a Senadora Heloísa Helena propusesse R\$256,00, ficaria tão responsável quanto Palocci e muito mais responsável que o Lula? Pergunto: se eu propuser R\$261,00, passo a ser irresponsável? Se eu propuser R\$260,30, passo a ser irresponsável? Se eu propuser R\$260,10, passo a ser irresponsável? De onde vem esse poder divino que diz que de R\$260,00 não se passa? De onde vem o poder divino que diz que R\$260,00 é o limite e a partir daí é o Rubicão.

Sr. Presidente, não estamos fazendo aqui o jogo de demagogos contra austeros, até porque não sei se somos austeros e, com certeza, não somos demagogos. Estamos mostrando, amparados – e nem é a minha principal fonte – em rendas atípicas, que já renderam R\$4 bilhões nos primeiros meses deste ano. Refiro-me a fontes alternativas, remanejando recursos, remanejando prioridades orçamentárias para se atingir o mínimo – proposto pelo PFL e pelo PSDB – de R\$275,00.

Vamos procurar mostrar uma lista de supérfluos a serem cortados. Se eu pudesse, cortaria o avião presidencial. O Rei da Suécia não tem avião. Por que um avião presidencial custando quase que US\$50 milhões em um País miserável como o Brasil, em um País que não deslancha o Fome Zero?

Pergunto se é justa a contratação, ainda que por concurso público, de 46 mil novos servidores sem se fazer um esforço antecedente de remanejamento de pessoal, para se verificar onde está sobrando e faltando funcionário, a fim de tentar poupar esse custeio para investimentos em políticas públicas que possam redimir socialmente o País. Será que é justo ter dinheiro para contratar 2,8 mil cargos em comissão sem que tenha sido feita nenhuma tentativa de remanejamento? Para contratar 2,8 mil cargos em comissão tem dinheiro, mas para dar um salário mínimo maior não tem. Não se diz que é irresponsável o Governo que contrata 2,8 mil pessoas de uma só vez, sem concurso. Entretanto, diz-se que é irresponsável quem insiste no salário mínimo não de R\$300,00, não de R\$400,00, mas num salário mínimo – mínimo mesmo – de R\$275,00, amparado em receitas confiáveis, em fontes seguras, em estudo técnico, em tudo aquilo que possa significar

a melhor preocupação com o impacto sobre a Previdência, sim, sobre as prefeituras pequenas, sim, sobre as contas públicas também.

Tenho a maior estima e admiração pelo economista Raul Velloso. Ele não é mais preocupado com as contas públicas do que eu. Ele empata comigo nisso. Ele é tão preocupado quanto eu. Na lógica dele, quero trabalhar a idéia de que é possível, sim, preservar as contas públicas, mostrando mais sensibilidade para o salário mínimo.

Encerrarei, Sr. Presidente, com uma rápida conclusão. O Governo estabeleceu o número que a ele se afigura como número mágico: R\$260,00. Nisso, aciona todas as suas baterias e todo o seu rolo compressor: acima de R\$260,00 é demagogia e irresponsabilidade. Então, por que não teve coragem de ficar em R\$256,00? É demagogia R\$262,00? É demagogia R\$270,00? É demagogia R\$275,00? Seria demagogia R\$280,00? Talvez R\$280,00 até fosse – propus no começo e fui desmentido tecnicamente.

V. Ex^a tem um aparte.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Líder Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O prazo já terminou e S. Ex^a está colaborando com a Mesa, encerrando o pronunciamento. Se V. Ex^a puder fazer um aparte ao próximo orador, eu agradeceria. Neste momento, passarei a palavra à Senadora Heloísa Helena, que está aguardando para usar da palavra.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a é quem decide. Sei que V. Ex^a está colaborando com a Mesa.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Sr. Presidente, mediante vários exemplos que o nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, colocou, é bom dizer a toda a população brasileira, principalmente aos trabalhadores de nosso País, que na **Folha Online** do dia 3 deste mês foi publicado que o Presidente Lula disse que um reajuste maior seria total irresponsabilidade. Mas disse também, em 1998, o então candidato à Presidência da República, que o mínimo deveria ser de R\$1,1 mil, e que os que recebem salário mínimo neste País deveriam receber pedidos de desculpa. Não vi o Presidente, até agora, pedir desculpa aos trabalhadores. Também, ainda em campanha, em 2002, Lula disse que o Presidente Fernando Henrique Cardoso ainda vê um pequeno aumento no salário mínimo como custo. Deveria ver como renda. O trabalhando ganhando R\$40,00 a mais não vai comprar dólar nem carro importado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. *Fazendo soar a campanha.*) – Por favor, Senador.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – ...vai comprar feijão e arroz. Para finalizar. Em 1999, em se-

minário sobre as relações da Europa com a América Latina e a França, disse: “Mais de 50 milhões de brasileiros ganham menos de US\$150.00 por mês. Há trabalho escravo, quatro milhões de crianças trabalhando e salário mínimo de US\$80.00.” O Presidente da República disse: “Ou pagamos a dívida externa ou essa dívida social”. Sua Excelência disse isso em plena campanha eleitoral, mas não o faz como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a já terminou seu discurso?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, já encerrarei o meu pronunciamento.

Senador Leonel Pavan, V. Ex^a tem razão. É a crônica da incoerência, a crônica do disse e depois do desdisse.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que faça constar dos Anais essa peça, com os enxertos que fiz e com os gráficos e também a matéria do jornal **O Tempo**, de Belo Horizonte, intitulada: “PT propõe mínimo de R\$324,77, em Minas”. Essa proposta é para o Estado de Minas Gerais, cujo Governador é o Sr. Aécio Neves. Por acaso, por mera coincidência, o Governador Aécio Neves é tucano. Não há qualquer vontade do PT de boicotar o Governo Aécio. Não! Estou dizendo apenas que prefiro acreditar na meninice a acreditar propriamente na maldade.

Solicito ainda que a matéria da revista **Primeira Leitura**, do dia 23 de dezembro de 2003, véspera de Natal, também seja publicada nos Anais. Nessa publicação, o Relator do Orçamento diz que já estavam garantidos recursos para reajustar o salário mínimo para cerca de R\$270,00, permitindo-se um máximo de R\$276,00. Como estamos propondo R\$275,00, somos coerentes e consistentes com o pedido do Relator Jorge Bittar, que muito respeito e estimo.

Espero que a verdade apareça, porque, de peto em peto, estaremos construindo um Governo parecido com aquela lenda do Pinóquio, o que não é bom para o País. Ou o Presidente da República vai à praça pública e expressa seu pedido de desculpas ou Sua Excelência cumpre o que prometeu em campanha. Esse meio termo não está sendo bom para a saúde política de seu Governo.

Sr. Presidente, muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

O TEMPO

Belo Horizonte
Quinta-feira - 6 de maio de 2004

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O TEMPO

POLÍTICA

PÁGINA A5

BELO HORIZONTE • QUARTA-FEIRA • 6 DE MAIO DE 2004

PT propõe mínimo de R\$ 324,77 em Minas

Em reação às críticas ao salário de R\$ 260 criado por Lula, oposição na Assembleia desengaveta projeto que prevê piso regional e cobra aprovação de aliados de Aécio; governista tacha proposta de "demagógica e eleitoreira"

CARLA KREIFF
REPORTER

Apesar de não ser matéria de competência da Assembleia Legislativa, o valor do salário mínimo se transformou no assunto predileto da Casa e está alimentando ainda mais a rivalidade entre oposição e situação. Enquanto a bancada governista na Assembleia - que na semana passada fez parte da oposição - aprovou o momento para criticar o governo Lula e lembrar que o PT não está fazendo nada de diferente do que foi realizado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a oposição em Minas - aliada de Lula - desengaveta projeto que trata do salário mínimo regional e utiliza o discurso dos aliados de Aécio Neves para tentar aprovar a proposta.

Desde o dia 30 de abril, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estabelecer por medida provisória o salário mínimo de R\$ 260, a bancada de sustentação do governador Aécio Neves foi à tribuna da Assembleia por várias vezes para fazer críticas ao governo federal. Os aliados acusaram Lula de incoerência, lembrando que o PT sempre defendeu o mínimo de US\$ 100.

Por outro lado os parlamentares de oposição, que admitem a dificuldade em fazer a defesa do governo federal, utilizaram a tribuna para criticar a Tabela de Incêndio e citar o salário mínimo do local da atuação. Mas anteciparam, por iniciativa da deputada Maria Campos (PT), o projeto que cria o salário mínimo em Minas Gerais foi desengavetado e

reapresentado pelo bloco PT/PCoB, com o valor de R\$ 324,77.

A parlamentar explicou que no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul já foram estabelecidos os mínimos regionais e "agora é um bom momento para fazer o mesmo em Minas Gerais". Ela afirmou que o PSDB mostrou muita insatisfação com o valor de R\$ 260 e o Estado tem condições de ter um salário mínimo diferenciado. "Aqui nós não precisamos nos preocupar com as implicações que o reajuste pode ter na Previdência ou na folha de pagamento das prefeituras. Focamos apenas mais a vontade para estabelecer um valor maior, já que o PIB de Minas é superior ao que a maioria dos outros Estados", declarou.

De acordo com o projeto, o mínimo de R\$ 324,77 para as funções que não exigem escolaridade acima do curso fundamental completo. Já para profissionais com nível médio completo ou incompleto, o menor salário proposto é de R\$ 368,35. Para as categorias que possuem conhecimento técnico o piso seria R\$ 811,93. Já os profissionais de nível superior, que não tenham piso salarial determinado em lei, ganharão pelo menos R\$ 963,48.

Reação

Os deputados governistas reagiram à apresentação do projeto. Para o líder do bloco do PSDB, Antônio Andrade, a proposta é eleitoreira e tem como objetivo esconder do eleitor o mínimo a incapacidade do PT de estipular um salário digno. Ele res-

saltou que é impossível resolver um problema da matriz econômica no âmbito apenas do Estado. "Desta forma, as empresas mineiras vão acabar perdendo competitividade. A chance de aprovação desse projeto é mais mínima do que o mínimo".

Já Mauro Lobo (PSB) ressaltou que o Estado não poderá estabelecer um salário regional para os trabalhadores da área enquanto for mantida a vinculação dos benefícios da Previdência ao mínimo. "Será que o INSS vai pagar ao aposentado o mínimo o salário mínimo regional de R\$ 324,77?", questionou. E também socialista Miguel Martin chamou o projeto de demagógico e lembrou que a iniciativa de estabelecer o mínimo regional é do Poder Executivo.

O JOGO POLÍTICO DO MÍNIMO NA ASSEMBLEIA

BASE DE AÉCIO NEVES (PSDB) usou a tribuna para criticar o PT, após a edição da medida provisória que estabeleceu o salário mínimo em R\$ 260

OS GOVERNISTAS relembrou a promessa de Lula de dobrar o valor real do salário mínimo até o final do mandato e acusaram o governo federal de repetir a política econômica do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso

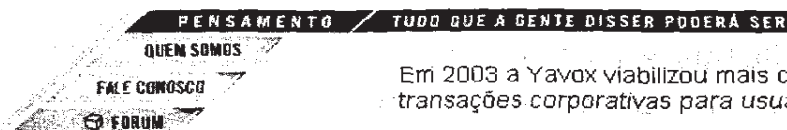
O LÍDER DO BLOCO DO PSDB, ANTÔNIO ANDRADE, acusa o PT de apresentar soluções inviáveis e eleitoreiras para esconder a incapacidade do partido de cumprir as promessas de campanha de Lula

DEPUTADO MAURO LOBO (PSB) cobra responsabilidade da bancada petista e lembra que ainda não houve desvinculação dos benefícios da Previdência Social em relação ao salário mínimo

Primeira Leitura : Leia : Congresso vota e aprova Orçamento de 2004

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Primeira Leitura



Em 2003 a Yavox viabilizou mais de 100 transações corporativas para usuá-

Edição nº 1032 | 23 / 12 / 2003 | Edições Anteriores

A Era Lula

- ▲ Superávit chega a R\$ 70 bi em novembro
- ▲ Congresso vota e aprova Orçamento de 2004

HOME : A ERA LULA : LEIA

Congresso vota e aprova Orçamento de 2004

Proposta prevê R\$ 12 bilhões para investimento e possibilidade de o salário mínimo chegar a no máximo R\$ 276 no próximo ano

O plenário do Congresso aprovou às 22h desta terça-feira, por votação simbólica, o projeto de Orçamento para 2004. PSDB e PFL votaram contra. Foi o último trabalho parlamentar do ano. Terminou, também nesta terça, a autoconvocação do Legislativo para votar as reformas, o Orçamento e algumas Medidas Provisórias pendentes. O Executivo deve convocar o Congresso para votar a proposta de emenda constitucional (PEC) paralela da Previdência.

A votação atrasou em virtude de um pedido de verificação de quorum feito pelo líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). O deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que presidia a sessão, pediu ao líder tucano que revisse o pedido de verificação — o que foi feito, por volta de 20h30. Não havia quorum, mas os partidos de oposição pediram a palavra para marcar posição — contra a aprovação do Orçamento —, mas não pediram nova verificação da presença de parlamentares no país. A votação começou em seguida.

Usualmente, as votações do Orçamento são feitas sem o quorum exigido de um sexto do número total de senadores e um sexto dos deputados, já que os acordos em torno do texto orçamentário são feitos durante as votações na Comissão Mista.

Depois de passar a madrugada e o dia de terça apreciando ponto a ponto, a comissão mista de Orçamento votou os 2.227 destaques apresentados ao substitutivo do deputado Jorge Bittar (PT-RJ) ao Orçamento. A maior parte foi rejeitada, mas o relator teve de acatar R\$ 1 bilhão a mais em recursos para atender às emendas e manter o acordo com as bancadas.

As emendas acatadas na comissão também alteraram o destino de R\$ 800 milhões. Deste valor, R\$ 700 milhões atendem a emendas de bancada e destinam-se a obras de infra-estrutura e a programas nacionais em universidades e escolas profissionalizantes. Os R\$ 100 milhões serão destinados a emendas de caráter nacional. Parte disso vai beneficiar universidades federais.

O texto-base do relatório foi aprovado, na noite de segunda, na Comissão Mista de Orçamento, que atravessou a madrugada. O Orçamento da União para 2004 prevê recursos para o reajuste do salário mínimo: R\$ 3,6 bilhões. Com isso, o mínimo pode ser reajustado dos atuais R\$ 240 para cerca de R\$ 270 — e um máximo de R\$ 276. Bittar admitiu que o governo poderá fazer algum contingenciamento de receitas. Na segunda, a previsão do deputado era de um contingenciamento de R\$ 4 bilhões em receitas atípicas — as que dependem de fiscalização ou execução fiscal para ser obtidas. Nesta terça, o valor chegou a R\$ 4,4 bilhões, segundo Bittar.

De acordo com Bittar, o Orçamento prevê cerca de R\$ 12 bilhões para investimentos — neste ano, os efetivamente liberados não passaram de R\$ 4 bilhões. O relator afirmou que o aumento dos gastos sociais deixa o Orçamento de 2004 "mais com a cara do governo Lula".

O relatório traça um cenário macroeconômico bastante favorável para 2004, projetando crescimento da economia de 4%, queda dos juros e da inflação, saldo expressivo da balança comercial e aumento do ingresso de capital estrangeiro.

■ ENTENDA A PARTE E O TODO

HOME : A ERA LULA : LEIA

A noite de Miami é maravilhosa!



American Airlines

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, a Presidência agradece a V. Ex^a e solicita-lhe que junte os documentos a serem publicados, na forma do Regimento.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pelo prazo de cinco minutos, com a tolerância da Mesa, para uma comunicação urgente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro partirei do pressuposto, Senador Arthur Virgílio, de que ninguém disse que propor mais de R\$260,00 para o salário mínimo é demagogia. Partirei de uma conjectura diferente dessa, de que o Senador Arthur Virgílio entendeu errado, ou qualquer um outro. Se alguém disser que quem propõe um valor maior faz demagogia, eu me sentirei no direito de dizer que aquele que propõe R\$260,00 faz patifaria. Partirei da idéia de que ninguém disse absolutamente nada. Farei um debate sério. Nunca me senti – quando Líder do PT ou Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique – fazendo demagogia quando propunha alterações no Orçamento para viabilizar um aumento no salário mínimo à luz do que entendo seja uma proposta extremamente responsável. Por que digo isso? A minha proposta apresentada àquela medida provisória é para possibilitar, Senador José Jorge, que o Presidente da República cumpra sua promessa de campanha de dobrar o poder de compra do salário mínimo. Isso significa, além da recomposição inflacionária, mais 26% agora, senão será impossível dar 70%, no ano que vem, para viabilizar que o poder de compra do salário mínimo seja realmente dobrado. Essa atitude o elevaria para R\$315,84, ou seja, em torno de R\$320,00.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que algumas pessoas que se predispõem a compartilhar a fraude política, a farsa contábil, financeira e orçamentária, da verborragia, da patifaria neoliberal, que estabelece como intocável o recurso disponibilizado para encher a pança dos banqueiros internacionais, sai por aí a repetir a velha cantilena enfadonha e mentirosa do pensamento único. Essa é a opção dos neoliberais ou dos cínicos enamorados da terceira via.

É evidente que quem analisa o Orçamento da União, quem o acaba fazendo por obrigação – só no Volume I são 400 páginas para analisar – toda vez ouve: “apontem as fontes, tenham responsabilidade para fazer isso”.

Nesta Casa, não há nenhuma criança. São mais de 600 páginas da Lei Orçamentária, com a receita estimada, para o exercício financeiro deste ano, em R\$1.490.495.330.844,00. É evidente que, com tal receita, qualquer um de nós pode fazer aquela prática

conhecida da garimpagem orçamentária, remanejando dotação, fazendo anulação parcial de dotações e despesas. Eu consigo, rapidamente, por meio do remanejamento ou da anulação parcial de dotação, da velha e conhecida garimpagem orçamentária, achar R\$5 bilhões, para garantir que se dobre o poder de compra do salário mínimo, fazendo-o passar para R\$315,84.

O problema não é esse. Não há dificuldade em fazer isso. São mais de 300 páginas, em que estão todas as tabelas de despesas, os recursos, as fontes fiscais e da seguridade social. Se é para fazer a garimpagem orçamentária por meio do remanejamento ou da anulação de dotação, consigo rapidamente os R\$5 bilhões, sim, para garantir que o salário mínimo vá para R\$315,84.

O mais grave é que partimos de uma lógica, que é a dos neoliberais e dos cínicos enamorados da terceira via, em que não há alternativa além do pensamento único. Esse é o problema. Então, não conseguimos debater nenhuma alteração em relação ao superávit, aos R\$800 bilhões disponibilizados para o refinanciamento da dívida pública federal. Nem isso se consegue fazer! Mas, ainda que se deixe de lado todo o montante do Orçamento público que está disponibilizado para encher a pança dos banqueiros internacionais, esvaziando-se o prato, a dignidade e o emprego do povo brasileiro, mesmo assim não se consegue fazer isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores!

Então, espero que esta Casa tenha a vontade política e a coragem de viabilizar o aumento do salário mínimo com toda a responsabilidade social que é necessária. O problema é que, como dizia o velho Goebbels, publicitário de estimação de Hitler, mentira repetida muitas vezes vira verdade: as pessoas que não conhecem o Orçamento acham, às vezes, que a abertura de créditos orçamentários é atividade para David Copperfield.

Espero, sinceramente, que ninguém diga que a proposição que altera os R\$260,00 propostos pelo Governo é demagogia. Se alguém tiver a ousadia de alegar que a minha proposta de que o salário mínimo seja elevado a R\$315,00 e tenha seu poder de compra dobrado é demagogia, eu me sentirei no direito de dizer que a de R\$260,00 é patifaria. Espero que façamos o debate no alto nível, identificando a responsabilidade social que temos o dever de preservar.

Aqui não há nenhuma criança. Todos sabem exatamente como se faz remanejamento e anulação de dotação orçamentária, a velha garimpagem orçamentária que se realiza nesta Casa em função de manter intocável o que se disponibiliza para encher a pança dos banqueiros internacionais. Então, não ve-

nam, por favor, dizer que existe algo de demagógico em uma proposta absolutamente conseqüente como essa, senão nos sentiremos no direito de dizer que é patifaria e vigarice política estabelecer outro montante que não seja o de R\$315,84.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

Senador Maguito Vilela, faço um apelo a V. Ex^a, que sempre cooperou com a Mesa, para que exponha em cinco minutos o seu pronunciamento. Depois prorrogarei a sessão, para que os outros Senadores inscritos – Senador Paulo Paim, Senadora Ideli Salvatti e Senador Marco Maciel – possam ocupar a tribuna.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou-me ater aos cinco minutos que V. Ex^a me concede.

Não poderia deixar de registrar o meu mais forte repúdio, como cidadão brasileiro e como vice-presidente do maior partido político do Brasil, à reportagem publicada, no último final de semana, pelo jornal americano **The New York Times**, que traz ilações preconceituosas, falsas e irresponsáveis sobre o cotidiano do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Embora vários Senadores – tanto do Governo quanto da Oposição – já tenham ocupado esta tribuna, para manifestar repúdio à atitude sensacionalista desse jornal, sinto-me na obrigação, primeiramente como cidadão brasileiro, repito, de manifestar a minha total indignação.

A matéria do jornal americano não é apenas irresponsável. Trata-se de uma das mais bem-acabadas peças de molecagem que um periódico poderia produzir. E torna-se ainda mais inaceitável em função da importância e da reputação internacional do jornal **The New York Times**.

Discordo da análise de alguns articulistas brasileiros de que a reação do Governo à matéria teria sido exagerada. Foi no tamanho correto da afronta gratuita à figura de um dos mais importantes e influentes líderes mundiais, que é o Presidente Lula.

E vou mais além: a reportagem do jornal americano não é ofensiva apenas ao Presidente e ao Governo, mas a todo o povo brasileiro, que elegeu Lula com a segunda maior votação proporcional que um candidato a presidente já recebeu no hemisfério ocidental, em toda a história da democracia.

A molecagem do correspondente do jornal americano não fica no campo das ilações. Ela chega às vias da invencionice ao dizer que os hábitos pessoais do Presidente são objeto de preocupação nacional.

O Brasil, ao contrário, em especial o Presidente, está preocupado em buscar caminhos seguros para a retomada do crescimento e para a geração de emprego. A não ser na cabeça oca do jornalista americano e na sua inaceitável falta de ética, os hábitos do Presidente estão na ordem do dia.

A reação do Governo e das instituições governamentais não pode parar apenas na expressão de nossa indignação, nem em ações diplomáticas. É preciso levar adiante medidas judiciais contra o correspondente do jornal e contra a publicação que acolheu tal reportagem.

Não se pode permitir que fique na impunidade um jornal de tão grande influência, quando perpetra um ataque calunioso como o que vimos no último final de semana.

A Presidência da República é uma instituição nacional, talvez a mais importante instituição num País democrático e presidencialista. Por isso mesmo, é preciso defendê-la com toda ênfase.

Manifesto, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma vez mais meu repúdio à atitude preconceituosa e irresponsável do jornal **The New York Times** e registro a minha total e irrestrita solidariedade ao Presidente Lula.

O Governo brasileiro, a despeito de todas as dificuldades e da herança recebida do governo anterior, tem tido a coragem de tomar decisões difíceis, mas essenciais ao processo de retomada do crescimento e de geração de empregos. Essas duas, sim, as maiores preocupações do Governo e do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e mais uma vez colabore com a Mesa, encerrando minha fala exatamente nos cinco minutos concedidos por esta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Muito obrigado pela gentileza.

Prorrogo a sessão por vinte minutos, concedendo cinco minutos para cada um dos quatro oradores remanescentes inscritos: Senadora Ideli Salvatti e Senadores Paulo Paim, Marco Maciel e Garibaldi Alves.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero deixar de público um registro que considero muito importante sobre o companheiro de bancada, Senador Cristovam Buarque, tendo em vista a veiculação de algumas declarações que não condizem com a verdade.

Declaro, de forma clara e transparente, que o Senador Cristovam Buarque comunicou à Liderança do PT e à Mesa do Senado a viagem que faria ao exterior. S. Ex^a participaria de uma importante reunião da Unesco para tratar de assuntos relacionados com a erradicação do analfabetismo no Planeta, levando

obviamente a experiência acumulada e todo o seu conhecimento nessa área. Inclusive, ao participar desse evento na Unesco, S. Ex^a receberia uma homenagem da instituição – justa, como diz o Senador Romeu Tuma que preside a sessão.

Trata-se, portanto, de uma viagem sobre a qual não paira qualquer dúvida ou questionamento. Por lealdade e por reconhecer o importantíssimo trabalho deste Senador da República, antes de tudo um dos mais brilhantes educadores do nosso País; por solidariedade e por obrigação como Líder de Bancada – fui previamente comunicada a respeito –, faço esse registro da tribuna.

O Sr. Antero Paes de Barros (PDSB – MT) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dentro dos cinco minutos?

O Sr. Antero Paes de Barros (PDSB – MT) – Se-
rão apenas trinta segundos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Con-
cedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Antero Paes de Barros (PDSB – MT)
– Associo-me a V. Ex^a na solidariedade ao Senador Cristovam Buarque, apenas pedindo que este pronunciamento seja encaminhado ao Presidente do PT, José Genoíno.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza, S. S^a terá o conhecimento disso. É por isso exatamente que estamos fazendo a nossa manifestação.

Fiz a minha inscrição também porque não poderia deixar de repercutir na tribuna os indicadores da Confederação Nacional da Indústria que estão em todos os jornais no dia de hoje e que apontam o crescimento das vendas em mais de 5% no primeiro trimestre, sendo que o mês de março registrou um aumento de 3,45% em comparação com o realizado no mês de fevereiro.

Esse resultado positivo já é o terceiro trimestre consecutivo em que há expansão de vendas na indústria brasileira. Esse resultado positivo que vem se consolidando já em três trimestres consecutivos deve-se obviamente às exportações, que têm sido indiscutivelmente o carro-chefe da nossa economia, têm dado as condições para que estejamos participando de forma mais adequada no comércio internacional e também na demanda que temos com relação ao nosso País em termos econômicos.

Além das exportações, a CNI também identifica o início da recomposição do mercado interno, algo que, ao longo do ano passado, tínhamos muita dificuldade em perceber nos indicadores de todas as pesquisas econômicas realizadas.

Todos os itens pesquisados pela Confederação Nacional da Indústria, vendas reais, pessoal, emprego, horas trabalhadas, salários líquidos reais, utilização da capacidade instalada, todos tiveram melhoras significativas neste primeiro trimestre de 2004, comparado com o último trimestre de 2003.

É o melhor resultado desde 1992. E nesta terceira alta consecutiva, neste terceiro trimestre consecutivo de expansão da indústria brasileira, a alta acumula um percentual de 14,4%.

O mais importante a registrar ainda é que a expectativa é de continuidade do movimento de retomada das atividades industriais.

Fiz questão absoluta de registrar esses indicadores tão importantes da Confederação Nacional da Indústria e de dizer ainda com mais satisfação que os jornais do meu Estado estampam a pesquisa feita pela CNI relativamente a Santa Catarina, na qual a indústria, no meu Estado, tem um crescimento ainda de 20%; ou seja, o crescimento em Santa Catarina é superior à média nacional. Portanto, nós, catarinenses, temos que comemorar mais esse diferencial que para nós é bastante importante.

Todos estamos acompanhando, obviamente com uma certa apreensão, as mudanças, as instabilidades na economia internacional, aguardando com bastante preocupação o que vai acontecer com relação aos juros. Mas, as mudanças adotadas no perfil da dívida brasileira na questão da sua vinculação ao dólar e todas as medidas adotadas ao longo do ano passado começam agora a apresentar efetivamente os resultados naquela linha que todos estávamos na expectativa de que se confirmassem. Seria, no caso, a retomada do crescimento este ano, para que possamos ampliar o atendimento às expectativas que a população no nosso País tem com relação ao Governo Lula.

Eu não poderia aqui deixar de registrar estes dados bastante positivos dos indicadores da Confederação Nacional da Indústria.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Obrigado a V. Ex^a.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a está com a palavra por cinco minutos, por favor. Em seguida, os Senadores Marco Maciel e Garibaldi Alves Filho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento rapidamente a Comissão Especial que está discutindo o salário mínimo. Estavam presentes hoje, em um plenário lotado, praticamente todos os Deputados e Senadores que compõem aquela Comissão, e fizemos um grande debate, ouvindo os economistas Márcio Poch-

mann, Rui Veloso e Marcelo Neri. Ouvimos também o Presidente da Cobape, João Lima, e o Presidente da Anfipe, Marcelo Oliveira.

Na exposição, nenhum dos economistas supracitados posicionou-se contra a elevação do salário mínimo. Percebi também que todos os Parlamentares da Situação e da Oposição se manifestaram na linha de que é possível encontrarmos um caminho para que o valor do salário mínimo seja superior a R\$ 260,00.

Fui indicado para presidir os trabalhos pelos Deputados e Senadores presentes, pois o Senador Tasso Jereissati estava em outra missão – agradeço inclusive a S. Ex^a a oportunidade que me deu de presidir a Comissão até sua chegada. Eu o fiz no exercício da Vice-Presidência do Senado, por ser o Senador que exerce essa função aqui no plenário. Assim que chegou, o Senador Tasso Jereissati, de forma muito elegante, própria da sua caminhada histórica, deu continuidade aos trabalhos.

Sr. Presidente, para mim, é importante perceber que o debate na Comissão não se centrou simplesmente na discussão sobre o fato de o Senador Paulo Paim continuar ou não na Vice-Presidência da Comissão, mas cingiu-se à questão do salário mínimo, também ponto de interesse dos 22 milhões de aposentados e pensionistas, porque esse é o eixo do debate. É a possibilidade de Deputados e Senadores criarem uma alternativa que garanta um salário mínimo maior e que não se desvinculem, em hipótese alguma, os benefícios dos aposentados e pensionistas.

Como disse muito bem o economista Marcelo Neri, houve uma desvinculação de fato quando foram criados os pisos regionais. Cada Estado pode elevar o salário mínimo acima de R\$ 300,00, R\$ 500,00, como alguns sugeriram. Não é possível, porém, uma proposta contra a qual tenho usado a seguinte frase e pela qual assumo a responsabilidade: Não há forças na terra que façam o Congresso aprovar para o idoso um salário mínimo menor do que para aquele que está na ativa. Isso é de uma falta de lógica, aí sim, inconseqüente. Por quê? Já existe piso da categoria; já existe piso regional. Então, por que inventar um salário mínimo diferenciado? Os pisos regionais já são desvinculados da Previdência e só aumentam o caixa da Previdência, pois, se a marcha regional cresce, arrecada-se muito mais.

Por isso, Sr. Presidente, a minha alegria de ver aqui na Comissão a forma como todos os Deputados e Senadores estão-se colocando. Não se trata de um cabo de guerra entre Situação e Oposição. Lá, o espírito é construir uma alternativa, como já fizemos por

mais de uma dúzia de vezes ao longo dos quase 18 anos em que estou aqui no Congresso.

Sr. Presidente, concluo, cumprimentando as universidades da Bahia, do Rio de Janeiro, de Mato Grosso do Sul, a Escola Paulista de Medicina e, agora, a Universidade do Paraná, que também optou pela política de cotas, como forma de inclusão da comunidade negra nas universidades.

Peço que V. Ex^a considere o meu discurso como lido, sendo este publicado na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E falei exatamente dentro do prazo de cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a ainda dispõe de mais 17 segundos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, registrando que a Universidade da Bahia vai também na mesma linha. Há um bom debate também na UERGS, no Rio Grande do Sul; São Paulo está a avançar.

Sr. Presidente, como disse hoje, em uma entrevista, já que sou autor do Estatuto da Igualdade Racial e do Estatuto da Pessoa Portadora da Deficiência, tomara que, em um futuro próximo, possamos dizer que o sonho se tornou realidade e que não será mais necessário política de cotas para garantir a igualdade, para que, enfim, todos tenham acesso à universidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que registramos a decisão da Universidade Federal do Paraná, através de seu Conselho Universitário, favorável à adoção do sistema de cotas a partir do próximo vestibular.

Além de quatro universidades estaduais (uma na Bahia, duas no Rio de Janeiro e uma no Mato Grosso do Sul), já são três as universidades federais que adotam o sistema: a Universidade Federal de São Paulo, através da Escola Paulista de Medicina, a Universidade de Brasília e, agora, a Universidade Federal do Paraná.

A Universidade Federal da Bahia reunirá seu Conselho Universitário na próxima segunda-feira, dia 17 de maio, para apreciar a proposta de implantação do sistema de reserva de vagas para afro-brasileiros.

O Reitor Naomar Almeida tem se manifestado favorável à medida e assegurou que não haverá mais adiamentos da reunião do Conselho Universitário. A

juventude negra tem se manifestado em passeatas de protesto em Salvador e está mobilizada para garantir que a decisão do Conselho da UFBA saia a tempo de ser incorporada ao edital que convoca o próximo vestibular de janeiro de 2005.

Em São Paulo, os jovens mobilizados pelo Educafro têm manifestação marcada para o 13 de maio, em frente à Reitoria da USP. Cobram também a adoção imediata do sistema de cotas para negros.

A sociedade vai assim resolvendo um grave problema social, como é o das desigualdades raciais na educação, sem contar com a participação de governos e do Congresso.

O que o Executivo e o Legislativo têm feito é ceder à pressão de pequenos grupos, adiando sempre o momento de encarar uma demanda legítima da população negra e de amplos setores da sociedade brasileira.

Multiplicamos iniciativas, atravancamos a tramitação do Estatuto da Igualdade Racial, sob o argumento de que alguns Parlamentares não se sentem suficientemente esclarecidos sobre uma matéria que está no Congresso há cinco anos.

Não estamos suficientemente esclarecidos ou nos distanciamos da sociedade lá fora?

Faço esta pergunta porque o avanço da política de cotas na sociedade é revelador dos avanços da consciência social brasileira, que deseja pôr um fim às desigualdades raciais.

O Brasil cansou de fazer propaganda de relações raciais idealizadas. Cansamos de mascarar com a propaganda da tolerância os abismos das desigualdades.

Cansamos da afirmação de uma unidade que se afirma com o sacrifício das identidades de negros e índios.

Nosso desafio maior como Parlamento é a elaboração de uma legislação que favoreça a inclusão dos deserdados pelo racismo e o preconceito.

Aqui, no Senado, o Estatuto da Igualdade Racial está na Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer pronto para ser apreciado pelos Membros da Comissão. O projeto tem um parecer favorável do Senador César Borges, sensível às demandas da imensa população negra do Estado da Bahia.

No próximo dia 13, estaremos realizando uma videoconferência sobre o Estatuto, articulando, através do Interlegis, as Assembléias Estaduais. Contaremos com a participação de entidades e organizações de todo o Brasil. Todos querem saber como anda a tramitação de um projeto que reúne um conjunto amplo de políticas em benefício dos afro-brasileiros.

Faço aqui um apelo aos nobres Senadores: vamos aproveitar a rica simbologia do mês de maio e aprovar o Estatuto da Igualdade Racial.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Quem não sonha não vive, Senador Paulo Paim.

Senador Marco Maciel, concedo a palavra a V. Ex^a, por cinco minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{es} e Srs. Senadores, entre as inúmeras comemorações pelo Jubileu de Prata do Pontificado de Sua Santidade, o Papa João Paulo II, ocorridas em nosso País, devo ressaltar o simpósio promovido por iniciativa da Nunciatura Apostólica, por meio do Núncio Dom Lourenzo Baldisseri, da Arquidiocese de Brasília, por intermédio do então Arcebispo Dom José Freire Falcão e da Universidade Católica, instituição anfitriã.

O simpósio a que me refiro, Sr. Presidente, contou com expositores que versaram sobre diferentes facetas da obra de João Paulo II, e eu mencionaria, de modo especial, três dessas personalidades: o Padre José Carlos Brandi Aleixo, filho do ex-presidente Pedro Aleixo, professor da Universidade de Brasília e do Centro Cultural de Jesuítas; o Ministro Ilmar Galvão, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Jurista de nomeada; e, finalmente, o Professor Tarcísio Padilha, ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, filósofo e professor universitário.

Tive a oportunidade, Sr. Presidente, de fazer uma exposição alusiva ao tema, cabendo-me discorrer sobre Política e Ética. Devo também dizer que o simpósio foi precedido de uma exposição da Professora Débora Pinto Niquini, Reitora da Universidade Católica de Brasília, tendo como moderador o hoje Arcebispo de Aparecida e ex-Bispo Auxiliar de Brasília, Dom Raimundo Damasceno.

Sem querer alongar-me, Sr. Presidente, solicito sejam transcritos nos Anais da Casa as exposições realizadas pelo Padre José Carlos Brandi Aleixo, pelo Ministro Ilmar Galvão e pelo Professor Tarcísio Padilha, cujos textos encaminho à Mesa.

Gostaria também fosse transcrita na Ata dos nossos trabalhos a palavra da Reitora Débora Pinto Niquini, que fez a abertura do Encontro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

25 anos do Pontificado de João Paulo II

ABERTURA**Prof.ª Dr.ª Débora Pinto Niquini - Reitora da UCB**

É com grande satisfação e alegria que a Universidade Católica de Brasília se uniu à Embaixada do Vaticano no Brasil e à Arquidiocese de Brasília para comemorar os 25 anos de Pontificado de sua Santidade o Papa João Paulo II.

O seu pontificado é de grande expressão: provoca unidade, semeia paz e congrega toda a humanidade. Ele mudou a imagem do papado, aproximando-se dos homens, das mulheres e das crianças.

É claro que na origem dessa mudança não está apenas um homem extrovertido, mas uma opção escatológica: ele sabe adequar o papado à Igreja do Vaticano II.

Eleito em 16 de outubro de 1978, logo manifestou o desejo de visitar a sua pátria. Pela primeira vez, um povo inteiro do Pacto de Varsóvia tem a possibilidade de reunir grandes multidões, de buscar seu auto-reconhecimento em um líder, de aplaudir uma mensagem que esconjura frontalmente o regime ateu e repressivo imposto por Moscou.

Com a mesma tenacidade, João Paulo II defende – especialmente ao longo das contínuas viagens – os direitos humanos diante das ditaduras do Terceiro Mundo e combate as pretensões do neocapitalismo, atestando que a derrota do comunismo não justifica o domínio descontrolado do capital sobre o ser humano e sobre os povos. Opõe-se às guerras a fim de salvar o “diálogo com o mundo Islâmico e deixa claro que a Igreja quer disponibilizar-se como aliada dos povos em vias de desenvolvimento”.

O exame que faz do final do milênio e prepara o grande jubileu é, talvez, a maior dádiva que ele se dispõe a deixar para os católicos

Com a mesma coragem com que reivindica os direitos da Igreja, ele também reconhece que houve “páginas obscuras” na história dela e pede perdão pelos escândalos que têm efeitos candentes ainda hoje, como os métodos de “violência” empregados no passado em defesa da fé, o apoio dado por cristãos a ditaduras do século XX, anti-semitismo secular que os impediu de opor-se de modo concreto ao extermínio nazista dos judeus.

No campo econômico, a sua iniciativa mais corajosa foi a de abrir um debate sobre o próprio papel do

papa, convidando protestantes e ortodoxos para demonstrar qual poderia ser hoje a função do “Primado de Roma” aceito por todos. Isto ele fez com a Encíclica *Ut unum sint* (que seja um), em 1995. Até hoje não obteve muito êxito. A mão ele estendeu e ainda estende propondo um conagraamento de todos os cristãos para o início do novo milênio e um encontro no monte Sinai com Judeus e Muçumanos.

João Paulo é papa da missão e não de governo, embora não deixe de fazer isso também. Os vinte e cinco anos de pontificado – que o caracterizam como o mais longo do século passado e um dos mais extensos da história – podem ser divididos em três etapas apontadas com três palavras de particular eficácia, com que soube transmitir a sua mensagem às multidões.

A primeira expressão ele a profere durante a celebração de abertura do seu serviço pontifical, em 22 de outubro de 1978: “*Abram, ou melhor, escancarem as portas para Cristo!*” Isso marca a fase inicial do seu pontificado, a sua feliz projeção missionária em cada continente.

O segundo mote do pontificado vem assinalado na encíclica: *Dominum et vivificantem* (Senhor e doador da vida), em 1986: “olhar com mais perspicácia, andar para frente”. Chega a marcar o período de um salto da missão aos povos que ultrapassa qualquer limite da tradição. João Paulo II chama os judeus de “nossos irmãos mais velhos”: vai encontrar-se com multidões muçumanas; convoca assembleias inter-religiosas; rompe com o tradicionalismo anticonciliar de Marcel Lefebvre; acentua – diante do Parlamento Europeu – a incompatibilidade da “tentação integrista” com a genuína inspiração evangélica.

A terceira expressão vem com a aproximação do terceiro milênio: “Em nome da Igreja eu peço perdão”. Assim, em março de 2000, numa celebração penitencial que culminará com um pedido de perdão pelos erros, as infidelidades, as incoerências e as excessivas demoras de que se tornaram responsáveis os “filhos da Igreja” no milênio que estava por fechar as portas.

Hoje, essas três expressões se unem num só coro para expressar o que foi e o que é a vida de João Paulo II, para a Igreja e para o Mundo nesses 25 anos de serviço missionário – O Papa das multidões, o Homem da Paz e o Pastor de todos os homens de boa vontade!

Contribuição para a paz na trajetória do Papa João Paulo II

PAINEL 1

Pe. José Carlos Brandi Aleixo

I — INTRODUÇÃO

Poucas causas têm merecido tanto relevo na operosa vida apostólica do Papa João Paulo II como a da Paz. Comprova-o sua singular presença nas preces, iniciativas, e manifestações, ora de regozijo, ora de apreensão, ora mesmo de advertência e censura. Ela aparece, normalmente, por ocasião do Natal, do Dia Mundial da Paz, e da Jornada Mundial de Oração pela Paz; e das recepções ao Corpo Diplomático junto à Santa Sé.

Ela surge, outrossim, em encontros bilaterais e multilaterais, dentro ou fora do Vaticano. São exemplos pronunciamentos à Assembléia Geral da ONU (2 de outubro de 1979, ainda no primeiro ano de seu Pontificado e 5 de outubro de 1995); aos convidados às reuniões de Assis (27 de outubro de 1986 e 24 de janeiro de 2002); ao Corpo Diplomático junto a governos de países visitados, como aconteceu em Brasília, na Nunciatura Apostólica, em 30 de junho de 1980; aos governos e Povos em períodos de graves conflitos ou de êxitos ou progressos no caminho da concórdia.

Biografias do Papa Karol Wojtila como as de Carl Bernstein e Marco Politi (*Sua Santidade João Paulo II e a História Oculta de nosso Tempo*), de Jonathan Kwitny (*Man of the Century. The life and times of Pope John Paul II*), de Luigi Accattoli (*Karol Wojtila. O homem do final do milênio*); entrevistas como as concedidas a André Frossard (*"N'ayer pas peur!" - Dialogue avec Jean-Paul II*), a Vittorio Messori (*Cruzando o limiar da Esperança*), e artigos em numerosos jornais e revistas ajudam-nos a melhor acompanhar e entender a trajetória deste paladino da Paz.

As publicações da Santa Sé e, particularmente, *L'Osservatore Romano* são fontes indispensáveis para um estudo deste teor. Vale ressaltar que este órgão, por motivo das Bodas de Prata do Sumo Pontífice, em 16 de

outubro próximo passado, lançou Suplemento Especial, de 52 páginas, abrangendo 25 tópicos, entre os quais a Paz. Esse mesmo periódico apresenta, em ordem cronológica, muitas das atividades do Papa João Paulo II ao longo destes cinco lustros.

É interessante recordar que o Papa: fez mais de 240 viagens pastorais; saiu do Vaticano e da Itália mais de cem vezes; realizou mais de 1300 beatificações e 470 canonizações; publicou 14 encíclicas e proferiu mais de 110 exortações apostólicas; recebeu, em mais de mil audiências, altas autoridades civis e religiosas. Com muita frequência o tema da paz está presente nestes eventos.

Face a essa vastíssima bibliografia e à compreensível exiguidade de tempo, neste painel, restringir-me-ei a ilustrar a matéria com apenas algumas das muitas palavras e ações da vida e obra do Papa.

II — ASSIS

A causa da Paz exige um relacionamento mais construtivo entre os membros das diversas religiões. A contribuição do Papa João Paulo II tem sido extraordinária neste campo. Passo a passo, ele preparou clima propício, para o histórico encontro de 27 de outubro de 1986, em Assis, pátria simbólica da vocação cristã, e por que não universal, para a Paz.

Entre as visitas ecumênicas e inter-religiosas do Sumo Pontífice estão, por exemplo, as seguintes: ao Patriarca de Constantinopla, no final de novembro de 1979; ao Primaz anglicano e arcebispo de Canterbury, em 29 de maio de 1982; à Igreja Luterana de Roma, em 11 de dezembro de 1983; ao Conselho Ecumênico das Igrejas, em Genebra, em 12 de junho de 1984; à Sinagoga de Roma, aos 13 de abril de 1986; e à Mesquita de Damasco em 2000.

João Paulo II foi o primeiro Papa a pregar

para uma multidão muçulmana. Cinquenta mil jovens ouviram-no, no estádio de Casablanca, em 19 de agosto de 1985, por ocasião dos jogos panarábicos. O rei Hassan II apresentou-o "como educador e defensor de valores comuns ao Islã e ao Cristianismo". O Papa, que reconhece os muçulmanos como irmãos, não só na humanidade comum a todos, mas também em Abraão, exortou: "Em um mundo que quer a unidade e a paz, e que, entretanto, experimenta mil tensões e conflitos, os fiéis deverão fomentar a amizade e a união entre os homens e os povos, que formam sobre a terra uma única comunidade".¹

Em 25 de janeiro de 1986, na Basílica de São Paulo fora dos muros, o Papa lançou a idéia da grande Assembléia. Em 27 de outubro, na cidade do Poverello, membros das mais diversas religiões, estavam juntos para rezar. Afirmou então o Papa:

"Pela primeira vez na história, estamos reunidos de toda parte... neste lugar sagrado, dedicado a São Francisco, para testemunhar diante do mundo, cada um segundo sua própria convicção, a qualidade transcendental da paz... Repito aqui, humildemente, a minha convicção: a paz leva o nome de Jesus Cristo... não há paz sem um amor apaixonado pela paz. Não há paz sem vontade indômita para alcançar a paz... A paz espera os seus profetas...

A paz é uma obra, aberta a todos e não somente aos especialistas, aos sábios e aos estrategos. A paz é uma responsabilidade universal: ela caminha através de mil atos da vida quotidiana".²

Quinze anos mais tarde o Papa João Paulo II, no Ângelus de 18 de novembro de 2001, anunciou:

"É minha intenção convidar os representantes das religiões do mundo a vir a Assis, em 24 de janeiro de 2002, para rezar pela superação das oposições e pela promoção da paz autêntica. Queremos encontrar-nos em conjunto, de modo particular cristãos e muçulmanos, para proclamar diante de todo o mundo, que a religião nunca se deve tornar motivo de conflito, ódio e violência".³

Pela primeira vez, João Paulo II usou a estação ferroviária Vaticana para uma viagem. Ao lado dele, peregrinaram duzentos representantes de doze religiões e uma plêiade

de cardeais, patriarcas e metropolitas.

Em 24 de janeiro de 2002, as delegações foram acolhidas, em Assis, com aplausos ruidosos e toques de sinos. Disse, na oportunidade, o Papa:

"Viemos a Assis em peregrinações de paz. Estamos aqui como representantes de várias religiões, para interrogarmos, frente a Deus, sobre nosso empenho pela paz, para pedir-lhe o dom, para testemunhar nosso anelo comum de um mundo mais justo e solidário. Queremos oferecer a nossa contribuição para afastar as nuvens do terrorismo, do ódio, dos conflitos armados... As trevas afastam-se acendendo faróis de luz".

João Paulo II reiterou que os dois pilares da paz são a justiça e o perdão:

"Justiça em primeiro lugar, porque não pode haver paz verdadeira, senão no respeito da dignidade das pessoas e dos povos, dos direitos e dos deveres de cada um, e na distribuição equitativa dos benefícios e das responsabilidades entre os indivíduos e a coletividade. Não se pode esquecer que as situações de opressão e de marginalização estão, não raro, na origem das manifestações de violência e de terrorismo. E depois também o perdão, porque a justiça humana está exposta à fragilidade e aos limites dos egoísmos dos indivíduos e dos grupos. Somente o perdão cura as feridas dos corações e restabelece profundamente as relações humanas conturbadas".⁴

Comentando o evento, na hospitaleira cidade úmbria, pergunta o Cardeal Ratzinger:

"Acaso não somos todos passageiros de um mesmo trem? O fato de o trem ter escolhido como seu destino a paz e a justiça, a reconciliação dos povos e das religiões, não é, por acaso, uma grande ambição e, ao mesmo tempo, um esplêndido sinal de esperança? Assis é a expressão de um caminho, de uma busca, da peregrinação pela paz, que só é tal, quando unida à justiça".⁵

III – PERDÃO

O Papa João Paulo II tem encarecido a importância do perdão para derrubar ou, ao menos, diminuir ressentimentos entre pessoas, comunidades religiosas, e povos, e construir a Paz.

É necessário, com magnanimidade, saber concedê-lo assim como solicitá-lo. Na oração por antonomásia, ensinada pelo próprio Salvador, rezamos: "perdoai as nossas ofensas assim como nós perdoamos os que nos tem ofendido". Há na luminosa trajetória do Papa João Paulo II vários exemplos eloqüentes a respeito.

Aos 13 de maio de 1980, durante Audiência Geral, na Praça São Pedro, o Papa tombou, vítima, de grave atentado. Internado, por duas vezes, no Hospital Policlínico Gemelli, só teve alta definitiva no seguinte agosto.

Em 27 de dezembro de 1983 abraçou o autor do atentado, Ali Agca, no cárcere de Rabibbia. "Rezo pelo irmão que me feriu ao qual perdoei sinceramente".

Em 20 de fevereiro de 1987, recebeu, em audiência a Senhora Muzeyyen Agca mãe de quem atentou contra sua vida.

João Paulo II, que tem elevado às honras do altar centenas de mártires da Fé Católica, tem, outrossim, expressado seu respeito e admiração por aqueles que, fiéis às suas convicções, morreram vítimas de perseguições promovidas, inclusive por católicos.

Referindo-se às divisões entre as Igrejas, escreveu na encíclica *Ut unum sint* de 25 de maio de 1995: "Pelo que somos responsáveis, como meu predecessor Paulo VI, imploro o perdão".⁶

Na cidade eslovaca de Kosice, afirmou o Papa, aos 2 de julho de 1995:

"A liturgia de hoje nos convida a refletir sobre fatos trágicos do início do século XVII, trazendo à tona, de um lado, o absurdo da violência que se precipitou sobre vítimas inocentes e, de outro lado, o exemplo irradiante, de tantos discípulos de Cristo, que souberam enfrentar toda sorte de sofrimento, sem, contudo, renegar a própria consciência. Juntamente com os três mártires de Kosice, na verdade, muitas pessoas, pertencentes a outras confissões cristãs, foram submetidas a torturas e foram condenadas a pesadas penas: diversas delas foram mortas. Como não reconhecer, por exemplo, a grandeza espiritual dos vinte e quatro fiéis, pertencentes às Igrejas Evangélicas, mortos em Presoc? A eles e a todos quantos aceitaram os sofrimentos e a morte por coerência com as próprias convicções de consciência, a Igreja lhes presta louvor e por eles exprime admiração".⁷

IV — PALAVRA E AÇÃO A FAVOR DA PAZ

Entre as contribuições mais significativas do Papa para a Paz está sua mediação no conflito entre Argentina e Chile, em razão de disputas territoriais, particularmente na região do Canal de Beagle, inclusive em relação à soberania sobre as Ilhas de Picton, Lennox e Nueva. No mês de dezembro de 1978, houve sério agravamento. Esta noite: la guerra é o título de um livro a respeito, de Luis Alfonso Tápia.

Como representante pessoal do Papa, o Cardeal Antonio Samoré, na última semana de dezembro de 1978, visitou Buenos Aires e Santiago. Logrou que as duas Partes assinassem, em 8 de janeiro de 1979, em Montevideu, dois convênios: o "Acordo de Mediação" e o "Compromisso de Preservar a Paz". Esse árduo e paciente trabalho prejudicou a saúde do Cardeal Samoré que veio a falecer antes do término das negociações. Foi sucedido, na nobre missão, pelo também devotado, Dom Gabriel Montalvo. Sob calorosos aplausos os dois países firmaram, em 29 de novembro de 1984, na Sala Régia do Palácio Apostólico, na cidade do Vaticano, "Tratado de Paz e Amizade". Fato incomum na história das mediações, pelo artigo 16, "Acogiendo el generoso ofrecimiento Del Santo Padre, las altas partes contratantes colocan el presente Tratado bajo el amparo moral de la Santa Sede".⁸

A Santa Sé tem, outrossim, estimulado o trabalho de diversos governos e instituições em prol da Paz. Valha citar o exemplo singular da Comunidade de Santo Egídio, sediada em Roma.

Em mensagem ao Cardeal Roger Etchegaray, de 5 de setembro de 2003, salientou a frutífera iniciativa desta comunidade de promover, já faz 17 anos, "Encontros Internacionais de Oração pela Paz". Em cada ano, pessoas de religiões diferentes encontram-se, conhecem-se, diminuem a tensão, aprendem a viver em conjunto, e a ter uma comum responsabilidade pela paz.⁹

Cabe recordar a extraordinária mediação, levada a cabo pela Comunidade de Santo Egídio, exitosamente, no conflito entre o governo de Moçambique de Joaquim Chissano e o líder da guerrilha de oposição, Afonso DhlaKama. Ambos assinaram, em Roma, Acordo de Paz, em 4 de outubro de 1992.¹⁰

Na defesa da Paz o Papa profligou, diversas vezes, o uso indevido da força, seja ele contra o Kuwait em 1990, seja contra Nova Iorque e Washington em 2001, seja contra o Iraque, no corrente ano.

Pela mesma causa contribuiu, significativamente, para a ampliação da liberdade religiosa e cívica na Europa do Leste, particularmente na Polônia, assim como para o fim da Guerra Fria. Expressou-o de forma eloqüente, Mikhail Gorbatchov, o ex-presidente da ex-União Soviética: "Se não contássemos com o seu empenho e com sua atuação excepcional no cenário mundial, a reviravolta no Leste Europeu não teria jamais ocorrido".¹¹

V — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas paredes do prédio da ONU, onde duas vezes o Papa pronunciou históricos discursos, estão as palavras do Profeta Isaías, II, 4:

"Eles quebrarão as suas espadas transformando-as em relhas, e as suas lanças, a fim de fazerem podadeiras: Uma nação não levantará a espada contra outra, e nem se aprenderá mais a fazer guerra".

O Papa, reconfortado por sua confiança em Jesus Cristo, crê na possibilidade de Paz e é seu arauto.

Continua rica tradição de seus predecessores, entre os quais Leão XIII, que mediou, exitosamente, conflito entre Alemanha e Espanha, em 1885, e João XXIII, que publicou, poucos meses antes de falecer, a notável encíclica *Pacem in terris*. Esta, é o tema da Mensagem do Papa João Paulo II, deste ano de 2003, para a celebração, do Dia Mundial da Paz. Comentou as quatro colunas da Paz: verdade, justiça, amor e liberdade. Nela há um grande apelo para a cultura da Paz. Disse ele:

"Vendo bem as coisas, tem-se de reconhecer que a paz não é uma questão tanto de estruturas como sobretudo de *peessoas*. Sem dúvida que as estruturas e os mecanismos de paz – jurídicos, políticos e econômicos – são necessários e, muitas vezes, felizmente existem; mas constituem apenas o fruto da sabedoria e da experiência acumulada, ao longo da história, pelos inumeráveis gestos de paz, realizados por homens e mulheres que souberam esperar, sem nunca ceder ao desânimo. Gestos de paz nascem da vida de pessoas que cultivam constantemente, no próprio espírito, atitudes de paz; são fruto da mente e do coração de 'obreiros da paz', (cf. Mt 5,9). Gestos de paz são possíveis quando as pessoas têm em grande apreço a dimensão comunitária da vida, podendo assim perceber o significado e as conseqüências que certos acontecimentos têm para a sua própria comunidade e para o mundo inteiro. Gestos de paz criam uma tradição e uma cultura de paz.

A religião possui uma função vital para suscitar gestos de paz e consolidar condições de paz, podendo desempenhá-la de forma tanto mais eficaz quanto mais decididamente se concentrar naquilo que lhe é próprio: a abertura a Deus, o ensino da fraternidade universal e a promoção duma cultura solidária. O 'Dia de Oração pela Paz', que promovi em Assis, em 24 de Janeiro de 2002 com a participação de representantes de numerosas religiões, tinha em vista isso mesmo. Queria exprimir o desejo de educar para a paz através da difusão duma espiritualidade e duma cultura de paz".¹²

No sermão do monte proclamou Jesus: "Bem-aventurados os construtores da paz porque serão chamados Filhos de Deus". Este é, certamente, um dos mais ilustres títulos de João Paulo II que o povo brasileiro carinhosamente chama de João de Deus.

NOTAS

1 – ACCATTOLI, Luigi. Karol Wojtyła. O homem do final do milênio. São Paulo, Paulinas, p. 191.

2 – L'Osservatorio Romano. Vaticano, Suplemento al numero 240. "25 anni di Pontificato di Giovanni Paolo II", p. 19.

3 – Revista Passos. XVI (27):8, mar.2002.

4 – L'Osservatore Romano. Art.cit. p. 18; Revista Passos, XVI (27):8, mar.2002.

5 – RATZINGER, Joseph. Dia de oração pela Paz em Assis. O esplendor da Paz de Francisco. 30 dias. XX (1) 2002, pp. 8-12.

6 – João Paulo II. Encíclicas. Edição Comemorativa do Jubileu de Prata do Pontificado 1978-2003. São Paulo, LTr. 2003, p. 614, nº 88. O Papa alude a seu discurso, de 12 de junho de 1984, em Genebra, no Conselho Ecumênico das Igrejas.

7 – ACCATTOLI, Luigi. Quando o Papa pede perdão. Todos os mea culpa de João Paulo II. São Paulo, Paulinas, 1997, p. 143.

8 – IRIGOIN BARRENNE, Jeannette. "El Tratado de Paz y Amistad y el Amparo Moral de la Santa Sede". In: DÍAZ ALBONICO, Rodrigo. (organizador). El Tratado de Paz y Amistad entre Chile y Argentina. Santiago de Chile, Universitaria, 1988, pp. 55-72. É muito grande a bibliografia sobre tema. Nela, a título de exemplos estão: PASSARELLI, Bruno. El delirio armado. Argentina-Chile. La guerra que evitó el Papa. Buenos Aires, Sudamericana, 1998: ALEIXO, José Carlos Brandi. "A mediação na solução de conflitos internacionais". Revista Forense, Rio de Janeiro, 352:123-137, out.nov.dez. 2001.

9 – L'Osservatore Romano. 37 (1761): 7, 13.9.03.

10 – ROCCA, Roberto Morozzo della. Mozambico. Dalla guerra alla pace. Storia di una mediazione insolita. Roma, San Paolo, 1994.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O Papa João Paulo II e os Direitos Humanos

PAINEL III

Min. Ilmar Galvão

Segundo o renomado jurista luso Jorge Miranda (Manual, tomo IV, p. 17),

“É com o Cristianismo que todos os seres humanos, só por o serem e sem acepção de condições, são considerados pessoas dotadas de um eminente valor. Criados à imagem e semelhança de Deus, todos os homens têm uma liberdade irrenunciável que nenhuma sujeição política ou social pode destruir.”

Santo Tomás de Aquino – ensina Gonet Branco – defendia um direito natural, fundado na concepção do homem como criatura feita à semelhança de Deus e dotada de especiais qualidades. Esse direito subordinava o direito positivo.

Ainda segundo o mencionado publicista, as teorias contratualistas ganharam relevo na corrente jusnaturalista, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, para acentuar que os soberanos deveriam exercer a sua autoridade com submissão ao direito natural. Decorria daí a primazia do indivíduo sobre o Estado. De se destacar, nesse contexto, o nome de John Locke, pensador que, partindo do suposto de que os homens se reúnem em sociedade para preservar a própria vida, a liberdade e a propriedade, faz desses bens conteúdo de direitos oponíveis ao próprio soberano. A defesa desses direitos representaria a razão de ser do Estado e o seu princípio legitimador.

Essa teoria iria inspirar as Declarações de Virgínia de 1776 e a francesa de 1789.

O sentido universalizante dessas declarações de direito levou ao seu reconhecimento supra-estatal em documentos declaratórios de feição multinacional ou mesmo universal, havendo impregnado do respeito aos direitos do homem a *Carta das Nações Unidas*, de 1945, que,

no segundo **considerandum**, afirma “a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e valor da pessoa humana, na igualdade dos direitos de homens e mulheres e das nações grandes e pequenas”.

Buscando dar consequência a esses postulados, foi aprovada pelas Nações Unidas uma *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, em cujo preâmbulo se reconhece solenemente, entre outros valores, a *dignidade da pessoa humana*, com base na liberdade, na justiça e na paz.

E visando a assegurar a efetividade desses direitos fundamentais, procurou-se conferir-lhes dimensão jurídica e efeito vinculativo para os Estados, por meio de pactos e convenções celebrados pelas nações, sob o patrocínio da ONU, como o *Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos* e o *Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, aprovados em 1966, aos quais só veio aderir o Brasil em 1992.

Na verdade, nenhum dos institutos jurídicos vinculados aos direitos do homem teve tal grau de receptividade nos textos constitucionais, nas distintas latitudes do mundo, como os direitos fundamentais, o que aconteceu a partir da nossa Constituição de 1988 (art. 179). Acabaram eles por ser o substrato básico imprescindível do Estado de Direito; de tal maneira que, contemporaneamente, para que um Estado possa adjetivar-se como “de-Direito”, deve satisfazer alguns **standards** mínimos: entre os quais a existência de um consenso básico acerca da estrutura da legislação em que essa sociedade concreta deseja e quer viver; legislação que deve abranger, **ao menos**, o reconhecimento dos direitos contidos na Declaração das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, de 1948, e no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966.

Isso importa obviamente uma internacionalização dos direitos fundamentais, que é onde melhor se tem expressado em termos de convivência humana a chamada globalização, a ponto de poder afirmar-se que qualquer país que pretenda credenciar-se à cooperação internacional, deve satisfazer as exigências ou os **standards** mínimos anotados.

Conquanto os direitos humanos possuam caráter universal e indivisível, as diversas nações não mostram uniformidade nem no catálogo nem na extensão que os textos constitucionais dedicam aos direitos fundamentais (que são os direitos humanos positivados), dando-se, mesmo, que, junto ao núcleo de direitos reconhecidos em praticamente todas as constituições contemporâneas (liberdade de locomoção, direito à privacidade, à inviolabilidade de domicílio, etc.) se reconhecem como fundamentais, direitos dificilmente qualificáveis como tais em outros contextos (assim o direito de posse e porte de armas, previsto na emenda II da Constituição dos Estados Unidos).

Não obstante esta diversidade, existe uma base comum da qual todas as constituições partem para o geral: a ordenação jurídica da liberdade, liberdade que só pode dar-se em uma comunidade livre, que tenha por pressuposto seres humanos e cidadãos com capacidade e vontade para decidir, eles mesmos, sobre seus próprios assuntos e para colaborar responsabilmente na sociedade publicamente constituída como comunidade, na observação de Konrad Hesse.

Norberto Bobbio, em conferência pronunciada em Turim, em 1967, na qual esboçou as várias fases da história dos direitos do homem, desde sua proclamação até sua transformação em direito positivo, assinalou, com a argúcia que o notabilizou como um dos maiores jus-filósofos e pensadores políticos contemporâneos, que o problema grave de nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não era mais o de enumerá-los e positivá-los em textos normativos, e sim o de protegê-los, impedindo que, apesar de solenemente declarados, sejam continuamente violados.

Pois bem. Essa, a tarefa a que se vem

entregando a Igreja, nesses vinte e cinco anos de apostolado de João Paulo II, para dar consequência à luta por ela própria iniciada, que resultou no reconhecimento de direitos do homem oponíveis ao soberano, na declaração formal desses direitos, na sua consagração em documentos internacionais vinculantes para todos os Estados e, finalmente, na sua inserção, generalizada, em textos constitucionais e legais: mas ainda pendentes de proteção que os torne imunes de serem violados.

Conforme afirmou Dom José Freire Falcão, Cardeal-Arcebispo de Brasília, em artigo publicado pelo Correio Brasiliense, edição de 4 do corrente, impossível sintetizar num breve artigo – e diria eu, em uma simples palestra de vinte minutos – o que tem significado para o mundo esse longo pontificado, no campo dos direitos humanos.

Aí estão, as encíclicas do Santo Padre, os seus discursos, suas cartas e sua orientação, aos representantes da Santa Sé, perante os organismos internacionais.

O papa João Paulo II é, hoje, uma personalidade conhecida e venerada em todo o mundo, como defensor corajoso da justiça, da liberdade e da paz. Sua pregação aponta, com vigor, a dignidade da pessoa como maior valor da sociedade.

Com efeito, não apenas jamais se omitiu em verberar as flagrantes ofensas que vêm sendo praticadas pelas nações, até mesmo as mais ricas e desenvolvidas, contra os direitos do homem, mas também não se tem poupado em levar a todos os povos a sua proclamação no sentido da necessidade de uma intransigente observância dos postulados da justiça social e da dignidade da pessoa humana. A sua pregação tem sido dirigida, de maneira reiterada, a todos os governos, no sentido, já agora, como ponderou Bobbio, não da consagração dos direitos humanos em sua ordem jurídica, mas da efetivação dessas normas como preceitos cuja execução, cuja observância, se torna, cada dia, mais necessária.

Cumprindo uma rígida disciplina eclesástica, em seu longo apostolado, para bandeira de uma luta incansável, elegeu, em especial, a di-

reito daqueles que vivem em estado de extrema pobreza e os migrantes. Por meio de pronunciamentos corajosos e notáveis, vem concitando todas as nações e todos os povos a tornar eficazes os direitos humanos, consagrados nos documentos internacionais e em sua legislação interna.

A igreja, pela sua mão, como que reconhecendo encontrar-se incompleta, diante dos tempos atuais, a obra por ela desempenhada nos primórdios dos antecedentes básicos dos direitos humanos, foi conduzida no sentido de comprometer-se em favor de todos os homens de boa vontade, para ajudar a instaurar uma nova era de paz, de justiça e de solidariedade, "dado - no seu dizer - que é perita em humanidade", convidando a todos, em especial as comunidades católicas, a propor com audácia os valores morais e espirituais, necessários para uma autêntica transformação das mentalidades e dos corações.

Na verdade, nestes vinte e cinco anos de apostolado, agora comemorados, viveu sempre engajado na busca de soluções capazes de garantir os direitos humanos de outros povos.

Foi ele próprio quem o afirmou - em discurso, de 4.7.98, aos participantes do Congresso Mundial sobre a pastoral dos direitos humanos, do qual, em face da brevidade do tempo, se colhem apenas as seguintes principais afirmações:

"Tem sido um sinal de nossa comum preocupação, e do nosso empenho por todos, a promoção da dignidade da pessoa humana no mundo de hoje.

*"O tema de desígnio de Deus para a pessoa humana, da dimensão humana, do mistério da Redenção, foi um dos objetos principais de minha primeira Encíclica - **Redemptor hominis**. Ao considerar o homem como a primeira e fundamental via da Igreja, mostrei o significado dos direitos invioláveis do homem que, no meio das vicissitudes do nosso século, pouco a pouco, recebeu a sua formulação no plano internacional, de modo especial na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Em seguida, em todo o meu ministério de Pastor da Igreja universal, senti o dever de dedicar uma atenção particular à sal-*

vaguarda e promoção da dignidade da pessoa e dos seus direitos, em todas as etapas e circunstâncias da sua vida política, econômica, social ou cultural.

*Ao analisar, na Encíclica **Redemptor hominis**, a tensão entre os sinais de esperança concernente à salvaguarda dos direitos humanos e os sinais mais dolorosos dum estado de ameaça para o homem, apresentei a questão das relações entre a letra e o espírito destes direitos. Ainda hoje, pode-se constatar o abismo que existe entre a letra, reconhecida a nível internacional, nos numerosos documentos, e o espírito, atualmente muito longe de ser respeitado, pois o nosso século ainda está marcado por graves violações dos direitos fundamentais. No mundo há sempre inúmeras pessoas, mulheres, homens e crianças, cujos direitos são cruelmente aviltados. As pessoas são injustamente privadas de sua liberdade, da possibilidade de se exprimir livremente ou de professar com liberdade a sua fé em Deus.*

O primeiro objetivo da pastoral dos direitos humanos é, pois, fazer com que a aceitação dos direitos universais na letra leve à prática concreta do seu espírito, em toda a parte e da maneira mais eficaz, a partir da verdade sobre o homem, da igual dignidade de toda a pessoa, homem ou mulher, criada à imagem de Deus e que se tornou filha de Deus em Cristo.

Cada ser humano tem o direito de desenvolver em plenitude os dons que recebeu de Deus. Por conseguinte, todo o ato que lesa a dignidade do homem e que frustra as suas possibilidades de se realizar, é um ato contrário ao desígnio de Deus para o homem e para a criação inteira.

O segundo objetivo da pastoral dos direitos consiste em apresentar as questões essenciais relativas à situação do homem hoje e no futuro, com objetividade, lealdade e sentido das responsabilidades.

A esse respeito, pode-se constatar que as condições econômicas e sociais em que vivem as pessoas assumem uma importância particular nos nossos dias. A persistência da pobreza extrema, que contrasta com a opulência duma parte das populações, em um mundo marcado

por grandes conquistas humanistas e científicas, constitui um verdadeiro escândalo, uma das situações que entravam, de modo mais grave, o pleno exercício dos direitos humanos no momento atual. Nas vossas atividades, sem dúvida tereis constatado quase todos os dias, os efeitos causados pela pobreza e a fome, ou a impossibilidade de aceder aos serviços mais elementares, na vida das pessoas e na luta pela própria subsistência e a do seu próximo.

(...)

Com muita frequência, as pessoas mais pobres, por causa da precariedade de sua situação, tornam-se as vítimas atingidas de modo mais sério pelas crises econômicas, que afetam os países em via de desenvolvimento. A prosperidade econômica, deve-se recordar, é antes de tudo o fruto do trabalho humano, dum trabalho honesto e muitas vezes penoso. A nova arquitetura da economia em escala mundial deve basear-se sobre os fundamentos da dignidade e dos direitos da pessoa, sobretudo o direito ao trabalho e a proteção do trabalhador.

Isto requer então, hoje, uma atenção renovada aos direitos sociais e econômicos, no quadro geral dos direitos humanos que são indivisíveis. É preciso repelir todas as iniciativas de negar uma real consistência jurídica a estes direitos, e é preciso repetir que está empenhada a responsabilidade comum de todos os atores – poderes públicos, empresas, sociedade civil –, a fim de chegar ao seu exercício efetivo e pleno.

Na pastoral dos direitos humanos, a dimensão educativa assume hoje uma importância particular. A educação para o respeito dos direitos do homem levará naturalmente à criação duma verdadeira cultura dos direitos humanos, necessária para que funcione o estado de direito e para que a sociedade seja realmente fundada sobre o respeito pelo direito.

(...)

Ao reconhecer a diversidade cultural que existe no mundo e os diferentes níveis do desenvolvimento econômico, convém repetir com vigor que os direitos humanos concernem a cada pessoa.

(...)

Colocar no centro da reflexão a promoção

de um só direito ou duma só categoria de direitos, em detrimento da integridade dos direitos humanos, significaria trair o espírito da própria Declaração Universal.

(...)"

Efetivamente, na esteira da pregação contida em sua primeira encíclica **Redemptor hominis**, de 4.3.79, o Santo Padre, em outubro do mesmo ano, discursando perante a Assembleia das Nações Unidas, segundo lembrou recentemente D. Renato Raffaele Martino, Presidente do Pontifício Conselho Justiça e Paz, já propunha à consideração geral, três questões particularmente relevantes:

1) um convite à Comunidade internacional, a ultrapassar as hesitações em ordem a dar plena eficácia a uma autoridade pública internacional a serviço dos direitos humanos, da liberdade e da paz; 2) um convite a promover todos os direitos humanos fundamentais para todos os homens, reduzindo o leque entre uma série de novos direitos promovidos nas sociedades tecnologicamente desenvolvidas e os direitos humanos elementares que ainda não são satisfeitos em situações de subdesenvolvimento; e 3) um convite a cultivar não apenas a consciência dos direitos, mas também a consciência dos deveres.

Trata-se de uma demonstração de sua constante preocupação com a distância que se para a letra das normas reguladoras dos direitos humanos e o espírito que move a aplicação dessas normas, problema esse que, em discurso de 8 de fevereiro de 2002, traduziu como o "*grandioso desafio moral que consiste em combinar o progresso com a solidariedade*", mediante a superação do subdesenvolvimento desumanizador e o superdesenvolvimento que considera as pessoas como meras unidades econômicas no contexto de um sistema consumista.

Relembre-se a sua preocupação constante com a situação dos imigrantes que, para ele, devem ser tratados com o respeito devido à dignidade de cada pessoa humana, devendo-se combater as causas em razão das quais muitos cidadãos se vêem obrigados a deixar a sua terra, bem como impedir qualquer forma de ilegalida-

de, corrupção ou até a delinquência impiedosa que, muitas vezes, converte os emigrantes num moderno e cruel tráfico de escravos.

Não lhe passou despercebido – conforme assinalou em discurso aos participantes da sessão plenária da Pontifícia Academia das Ciências Sociais (abril/2002) que a crescente interdependência entre as pessoas, as famílias, as empresas e as nações, assim como entre as economias e os mercados em geral – aquilo a que se tem chamado mundialização – transformou o sistema das interações e dos relacionamentos sociais; e que, embora tenha realizado progressos positivos, ela comporta também ameaças inquietadoras, em particular, o aumento das desigualdades entre as economias poderosas e as economias dependentes, entre as pessoas que se beneficiam das novas oportunidades e aquelas que são deixadas de parte; cabendo à esfera política regular os mercados e submeter as leis do mercado às das solidariedade, a fim de que as pessoas e as sociedades não fiquem à mercê das mudanças econômicas de todos os tipos e sejam protegidas das mudanças ligadas à falta de regulamentação dos mercados.

Para encerrar essas breves rememorações, tão gratas a nós todos, amantes da paz e da democracia e ansiosos por um regime de plenitude do exercício dos direitos humanos, trago, por sua oportunidade, neste momento em que o país acompanha e participa da campanha da fome zero, as palavras do Santo Padre, ao dirigir-se, no Piauí, no longínquo julho/80, aos oprimidos pela pobreza: *"Aqueles de entre vós que pudestes conquistar os bens espirituais do saber, que dispondes de posses materiais, de conforto e bem-estar, que num ou noutro setor ocupais postos de decisão, não posso silenciar um pedido que vem do coração: assumir plenamente, sem reserva e sem retorno, a causa de vossos irmãos que se debatem na pobreza. Não haja nenhum, em meio à massa dos pobres desta região, que possa dizer, pensando em irmãos mais favorecidos, a frase cortante do paralítico do Evangelho: 'Eu não tenho ninguém (Jó 5,7), ninguém que me ponha de pé e me faça caminhar"*.

Que Deus nos possa iluminar para que assim possa ser, de hoje para sempre.

Família e juventude no pensamento de João Paulo II

PAINEL IV

Prof. Tarcísio Padilha

Os magnos temas da modernidade mereceram invariavelmente uma palavra lúcida do Papa João Paulo II, cujo jubileu ora celebramos unissonamente, não apenas no mundo cristão, senão que igualmente com todos os homens de boa vontade que sabem que a verdade está acima delas e que lhes cumpre nelas inspirarem seus percursos existenciais.

Os intérpretes abalizados da obra ciclópica de João Paulo II muita vez se detêm na soleira da porta por temerem mesclar a biografia de Karol Wojtyła com os passos seguros do Papa polonês. É medida cautelar para que a obra grandiosa que estamos comemorando e, com justiça enaltecendo, não se confunda com a vida de um jovem que, cedo, sorveu lições amargas da II Guerra Mundial, numa orfandade precoce que desempenhou relevante papel em seu desabrochar que, hoje admiramos e contemplamos.

Ao cuidar da densa e aliciante problemática da família e da juventude impende acentuar que tais temas sempre permearam o pensar e o agir do Santo Padre, mesmo nos albores de sua afirmação maiúscula que haveria de pavimentar sua invulgar presença no mundo hodierno.

Cumprir estabelecer os liames entre o Papa polonês e o Santo Padre, a fim de mais bem aquilatar os sentidos e a densidade de seu magistério universal no tocante ao tema que me foi cometido.

Um olhar, ainda que perfunctório, entre as diretrizes de João Paulo II e a pregação de Karol Wojtyła revela-nos de pronto perfeita sintonia. Assim é que a fundamentação filosófica de um se vê reforçada pelo segundo em numerosos documentos de singular profundidade.

Karol Wojtyła empreendeu sua caminhada com base na filosofia tomista, opulenta

pelas teorias modernas de Max Scheler. Daí adveio uma visão oriunda do realismo tomista e da visão fenomenologia e da axiologia do pensador alemão. Não é de estranhar-se que a noção de pessoa emergisse com todo o seu vigor nas obras do sacerdote e depois episcopo polonês, para depois se projetar em doutrinas concernentes à família que promanaram da pena do Santo Padre.

Para atestá-lo, basta recordar o consistente documento *Gaudium et Spes*, que coroou o Concílio Vaticano II. Mas por que o mencionamos? Aqui abro um parêntese para dizer-lhes que minha senhora e eu somos membros do Pontifício Conselho para Família há muitos anos representando a família brasileira neste dicastério e lá estávamos nos idos de 1985, isto, quando o Santo Padre abriu um seminário para festejar o 30º aniversário da edição de *Gaudium et Spes* que é um dos grandes documentos do Concílio Vaticano II e aí revelou àquela assembléia em que havia centenas de pessoas entre Cardeais, Bispos, e cem intelectuais ele declarou-se autor de *Gaudium et Spes*. Em Sua fala, O Papa deixou patente haver sido redator do documento mencionado. Isto é relevante, ao justificar que nós citemos aqui e ali alguns textos para estabelecer o vínculo entre Karol Wojtyła como bispo de Cracóvia depois Cardeal e Papa João Paulo II.

Na fria linguagem do tempo cronometrado, são decorridos 38 anos da publicação do documento final do Concílio Vaticano II, *A Igreja e o mundo atual*. E aí encontramos alguns textos em que o rico documento, por exemplo, se dirige à universal família humana para depois sublinhar a realidade da interdependência da pessoa humana e da sociedade humana para acrescentar a salvação da pessoa e da sociedade humana e cristã está es-

treitamente ligado ao bem estar da comunidade familiar e conjugal é uma afirmação que deixa bem clara essa luz a refletir sobre a realidade do povo de Deus. Fala ele da união dos esposos como consentimento pessoal e revogável, fala o documento e o próprio Papa acrescenta "o próprio Deus é o autor de um matrimônio que dotou de vários bens e fins todo qual é de uma transcendência para a comunidade do gênero humano" e adiante o salvador dos homens vai ao encontro dos esposos cristãos com o sacramento do matrimônio, assim o amor conjugal é assumido pelo amor divino as graças de Estado asseguram aos esposos a fidelidade de seu mútuo amor gerando a perfeição crescente de ambos sempre impregnada de escopo de glorificar a Deus mediante a participação na vida e na missão da Igreja.

Assim, os anos decorridos da edição da Exortação apostólica *Gaudium et Spes* traduzem, na perspectiva do novo tempo histórico, apreciável decurso de tempo e, portanto, dificilmente se poderia imaginar o substantivo documento marcado pelo sinete da atualidade. Eis aí a primeira surpresa: a atualidade da mensagem nele contida. Tal surpresa, no entanto, colhem somente os que não mantêm convívio próximo com a Igreja, uma vez que, os que nela fixaram em definitivo o seu ideário de vida e puseram seus olhos na certeza plena da posse da Verdade, bem sabem que a evolução da instituição divina, em seu labor contínuo de transmitir aos homens de ontem, de hoje e de amanhã, a Palavra que se fez carne e habitou entre nós, jamais significou descontinuidade doutrinária ante o imperativo de pregar a toda a criatura a mensagem eterna, perene do Evangelho.

O rico documento se dirige "à universal família humana", graças ao sólido fundamento em que se ancora. Partindo de uma fenomenologia da crise do homem e da sociedade atuais, *Gaudium et Spes* sublinha a realidade da "interdependência da pessoa humana e da sociedade humana". A noção de pessoa humana está presente no documento como um marco conceitual do cristianismo e, seguramente, uma de suas idéias mais ricas e prenhe de consequências filosóficas e teológicas.

A "proteção da dignidade do matrimônio e da família" é objeto do capítulo 1º da 2ª parte da *Gaudium et Spes*. Principia o mesmo pela assertiva de que "a salvação da pessoa e da sociedade humana e cristã está estreitamente ligada ao bem-estar da comunidade familiar e conjugal". Matrimônio e família são assim considerados, numa primeira abordagem, como condição de possibilidade salvífica. Contudo, a instituição familiar e o matrimônio não estão a salvo de formas distorcidas, como a poligamia, o divórcio, além do amor escravo, mais conhecido como amor livre. Perversões e profanações do amor são apresentadas à opção dos homens, por força da vigência do egoísmo, do hedonismo e de práticas ilícitas contra a procriação. É o momento de o documento proclamar a dignidade da instituição, atribuindo-lhe um caráter sagrado. O contrato que une os esposos não é um consenso provisório, mas um "consentimento pessoal irrevogável". Fazendo remissão formal à Encíclica *Casti Connubii*, do Papa Pio XI, bem assim a Santo Agostinho e a Santo Tomás de Aquino, *Gaudium et Spes* acentua que "o próprio Deus é o autor de um matrimônio que dotou de vários bens e fins, todo o qual é de uma transcendência para a comunidade do gênero humano". Pela doação mútua dos esposos, com íntima relação interpessoal, se logram os fins da instituição à frente dos quais se situa a procriação e educação da prole. Pelo modelo de amor do Cristo por sua Igreja, "o Salvador dos homens vai ao encontro dos esposos cristãos com o sacramento do matrimônio... O amor conjugal é assumido pelo amor divino. As graças de estado asseguram aos esposos a fidelidade de seu mútuo amor, gerando a perfeição crescente de ambos, sempre impregnada de escopo de glorificar a Deus".

Mas a família não se fechará em si mesma. Ao contrário, "distribuirá generosamente com outras famílias suas riquezas espirituais". O amor conjugal, "muito superior à mera inclinação erótica", é "ratificado por sua mútua fidelidade e é sancionado explicitamente pelo sacramento de Cristo". Daí se segue que tal amor move-se no ponto tangencial entre os planos divino e humano, dando ao amor entre os esposos a

dimensão maior de um vínculo que, partindo de uma atração entre os dois seres, os transporta ao nível de cunho pessoal e, assim, se abre à transcendência que lhes dá conteúdo e perspectiva.

O Senhor confiou ao ser humano "o excepcional mistério de perpetuar a vida". Decorre daí que o aborto e o infanticídio constituem crimes nefandos, pois representam a ruptura do natural desenvolvimento do plano de Deus, além de tolher em seu nascedouro todo o possibilismo existencial da coorte de seres humanos que foram, por antecipação, privados de viver. Ora, o Cristo veio ao mundo para, num ato de transbordamento de seu amor pelo homem, dar-lhes vida e vida em abundância. Os filhos nascidos do amor recíproco dos esposos traduzem a continuidade da criação. Esta emergiu do ato criador, mas atribui ao homem sua participação. Trata-se de uma participação metafísica, calcada na participação dos seres para com o Ser, da existência para com o Bem. Os planos ontológico e axiológico se dão as mãos nessa visão integrada entre o ser e o valor que, no ápice, cifram o mistério do Absoluto. Partilhar a obra de Deus, abrindo-se à distribuição do dom da vida, ressalta a responsabilidade essencial dos cônjuges no ato de amor que os irmana numa verdadeira união de corpos, de mentes, de espíritos.

A união conjugal, mercê da procriação que lhe segue como decorrência do ordenamento divino, impulsiona os pais ao cumprimento de seu precípuo dever de educadores. Este amor que "procede de um sentimento voluntário de uma pessoa até outra" e "abarca o bem da pessoa total", ao gerar a família, transforma-a em "uma escola, uma humanidade mais rica". Decorre desta verdade sublime o "dever de todos de favorecer o matrimônio e a família" e de assegurar ao pai e à mãe o exercício, em plenitude, de seus papéis, realçando-se a função da mãe que, ao se ocupar dos filhos, nem por isso deve ser menosprezada a sua "legítima promoção social".

Gaudium et Spes conclama, finalmente, todos "os que possuem uma formação técnica, particularmente nas ciências biológicas, médi-

cas, sociais e psicológicas", a que prestem "um grande serviço ao bem do matrimônio e da família e à paz das consciências quando, unindo seus estudos, se esforcem por iluminar com maior nitidez as diversas condições que favorecem a uma honrada ordenação da procriação".

Sacerdotes, associações de família, devem por igual agir especialmente junto aos jovens e aos esposos, nomeadamente os recém-casados, a fim de formá-los para a vida familiar, social e apostólica.

Gaudium et Spes aprofundou o ensinamento da Igreja no relativo à instituição familiar e ao matrimônio. Fixou as bases de um marco na evolução coerente do Magistério da Igreja, nesta tarefa contínua de *vetera novis augere*.

Ao último documento que emergiu do majestoso edifício do Concílio Vaticano II, e que ainda hoje vemos os seus benéficos desdobramentos, seguiram-se encíclicas, exortações e constituições pastorais e ainda cartas papais com o mesmo sinal de respeito singular pela família e pelo matrimônio.

O Magistério da Igreja no tocante à instituição familiar e ao matrimônio receberá notável enriquecimento no pontificado de João Paulo II, a ponto de se lhe poder chamar o Papa da família. Sabemos todos que, ao longo de sua vida sacerdotal e episcopal, o Santo Padre emprestou sempre realce significativo ao momentoso tema, de que constituem evidências suas alocuções freqüentes. Mas é como Pastor da Igreja Universal que nos cumpre inventariar sua notável contribuição à família e a todos os problemas que, direta e indiretamente lhe dizem respeito. João Paulo II não apenas ensina, mostra caminhos. Busca, além disso, provocar, interpellar a família. Chamá-la à responsabilidade. "*Familia, quid dicis de te ipsa?*" indaga o Santo Padre em seu encontro com as famílias do mundo inteiro na Praça de São Pedro, no dia 8 de outubro de 1994.

A base sobre a qual se assenta o magistério de João Paulo II, especialmente o relativo à instituição familiar e ao matrimônio, é o concei-

to de pessoa, noção equidistante do angelismo e do materialismo. O homem é, antes de tudo, pessoa. João Paulo II tem plena consciência de que hoje, em nome de uma suposta dignidade da pessoa, alguns se valem desta relevante noção para excluir os fetos, os embriões humanos, cognominados *human non persons*.

Na Encíclica *Evangelium Vitae*, o Santo Padre fez um apelo patético: "é urgente promover-se uma mobilização geral das consciências e um esforço comum de ordem ética para por em obra uma grande estratégia para o serviço da vida. Devemos construir todos juntos, uma nova cultura da vida". E mais adiante: "o Evangelho da vida existe para a cidade dos homens. Agir em favor da vida, é contribuir para a renovação da sociedade pela realização do bem comum".

Gregório de Nissa nos havia já ensinado que "a imagem do Deus infinito que é o homem não é mais definível em última análise que não o é seu modelo". Mas onde se encontra a dignidade do homem? A resposta é: "o seu valor ético, o fato de o homem não ser uma coisa".

Não se pode deixar que passe o momento sem realçar o papel da inteligência e da sensibilidade na busca da verdade e dos valores. A tradição cultural nos remete quase sempre à inteligência, atribuindo-lhe uma espécie de prioridade em tudo o que concerne à apreensão do real, bem como à orientação geral da vida humana. Eis o que disse Eurípides: "o intelecto é Deus em cada um de nós". Platão: "nada existe na alma de mais divino do que esta parte em que residem o conhecimento e o pensamento". Aristóteles escreve no mesmo sentido: "que poderia haver de superior, tanto à ciência como ao intelecto a não ser Deus?" Mas Santo Tomás de Aquino, que seguiu de perto o pensamento de Aristóteles, encontrou um equilíbrio entre as potências do eu, sustentando "que é necessário sublinhar que a afetividade intelectual (*appetitum intellectivum*) é uma potência distinta da afetividade sensível". Aqui, intelectual não significa cognitivo, mas espiritual. Em sua crítica profunda do formalismo kantiano, Max Scheler segue a mesma fórmula, sublinhando que "a alegria e o amor (são) as mais profundas fontes

originárias de toda existência e de toda ação moral".

João Paulo II, em sua Encíclica *Familiaris Consortio*, une a família à Igreja, ao proclamar: "entre as tarefas fundamentais da família cristã situa-se uma de natureza eclesial, aquela que tem a família a serviço da edificação do Reino de Deus na história, mediante a participação na vida e na missão da Igreja".

Volvendo à *Gaudium et Spes*, João Paulo II retoma a tese segundo a qual a Igreja deve estar também a serviço da família, porque "a família cristã... é a primeira comunidade chamada a anunciar o Evangelho à pessoa humana em desenvolvimento". O Papa se afasta de um pensamento divorciado do real quando sustenta que "o escopo de Deus sobre o casamento e a família concerne ao homem e à mulher na realidade de sua existência quotidiana em tal ou qual situação social e cultural". Trata-se de um pensamento ancorado na verdade da família enquanto instituição-ponte entre os homens e os desígnios de Deus e, de outro lado, o reconhecimento da família no seio da sociedade e expressão fundamental da cultura. Não no sentido limitado de civilização, mas bem além disso como *cultura animi*, no dizer de Cícero. O Espírito se faz presente na história através de Seus apelos.

Na encíclica *Redemptor Hominis*, João Paulo II havia afirmado que o homem é o caminho da Igreja, este homem confiado à Igreja pelo Cristo. Em sua *Carta às Famílias*, o Papa salienta que, entre numerosos caminhos, a família é o primeiro, o mais importante. Pode-se observar que há um elo profundo entre família, pessoa família e o Cristo como pessoa. Estas considerações atestam irrefragavelmente a continuidade de um magistério pontifical bem coerente teológica e filosoficamente. Na Encíclica *Evangelium Vitae*, lê-se o homem está chamado a uma plenitude de vida que vai bem além das dimensões de sua existência terrena por isso que ela é participação na própria vida de Deus. Seguindo a mesma doutrina, vê-se que todo homem é confiado à solicitude maternal da Igreja. Por conseguinte, se o homem e a família participam da obra da criação eles são objeto do amor divino e

se insere na vida da Igreja, e por aí se conclui que as ameaças contra a vida constituem crimes contra a humanidade. O aborto, a eutanásia, as formas perversas da sexualidade, a permissividade são contrárias aos mandamentos de Deus e ao magistério da Igreja. Desde a *Gaudium et Spes* – sem falar do ensinamento anterior – os documentos do Pontificado de João Paulo II reafirmam esta primazia da vida, este dom que os homens recebem de Deus e que devem transmitir para que as gerações por vir possam respirar a mesma fé, os mesmos valores, as mesmas relações com Deus, Amor que se encarnou para mais bem nos amar.

O Papa se opõe, assim, a esta cultura de morte que se apresenta, às vezes, de maneira sutil sobre o pretexto de defender os direitos das mulheres ou a liberdade cede-se ao peso gravitacional dos impulsos individualistas: é o triunfo da liberdade niilista à qual se opõe a liberdade responsável.

Há muitas questões morais nascidas do progresso do conhecimento científico a vida humana é ameaçada em face dos raciocínios simplistas que pretendem que o ser humano não está ainda presente no momento da concepção.

O Papa reage com energia contra tais teorias divorciadas da grande tradição ocidental que, a partir do Cristianismo, sempre sublinhou a dignidade da pessoa e a transcendência de seu destino. João Paulo II fala da vida e a defende como um dom de Deus aos homens; daí porque não se poder admitir qualquer forma de interrupção do processo vital. Já no momento da concepção há um ser digno de respeito.

E aqui eu lembraria a ética do respeito de Romano Guardini, de alguma forma presente na ética de Dietrich von Hildebrand.

A *Evangelium Vitae* reza: "antes mesmo de te formar no ventre materno, eu te conheci, antes mesmo que tu hajas saído do seio, eu te consagrei". E a Encíclica prossegue: "a existência de todo indivíduo, desde sua origem, está no plano de Deus". Aqui se apresenta a questão delicada: acaso já no primeiro momento nos encontramos em presença de uma pessoa humana? Um certo pluralismo busca fugir a uma res-

posta precisa. Há ainda os que falam de uma pessoa potencial, o que não assegura ao *nasciturus* nenhum estatuto propriamente humano. Aqui cabe lembrar que os romanos, sem entenderem muito de *antropologia filosófica*, mas por força do direito sucessório afirmavam, como uma espécie de intuição: "*nasciturus pro nato habetur*". As disquisições desenvolvidas puseram em realce a continuidade do magistério da Igreja. Pinçou-se a problemática familiar e do matrimônio, com menção de seus mais relevantes aspectos. E, finalmente, se analisou em particular a *Gaudium et Spes* na perspectiva pós-conciliar. Quais, porém, são as questões emergentes neste domínio no crepúsculo do século XX? Ou, agora, já no dealbar do século XXI?

A Encíclica nos alerta contra um verdadeiro eclipse da vida. Parece que a humanidade se esqueceu de que "a glória de Deus resplandece na face do homem". Como negar a condição de pessoa do ser humano no momento da concepção quando já se sabe que "na biologia da geração está escrita à genealogia da pessoa?" É preciso recordar que "a inviolabilidade absoluta da vida humana inocente e seu caráter sagrado constituem uma verdade moral explicitamente ensinada na Sagrada Escritura, constantemente mantida pela Tradição da Igreja e unanimemente proposta pelo magistério".

Em sua Carta às Famílias, o Papa retoma a mesma tese, sustentando que "o novo ser humano é chamado à existência como pessoa".

As considerações precedentes puseram em realce a continuidade do magistério da Igreja. Pinçou-se a problemática familiar e do matrimônio, com menção de seus mais relevantes aspectos. E, finalmente, se analisou em particular a *Gaudium et Spes* na perspectiva pós-conciliar. Quais, porém, são as questões que emergem neste domínio no crepúsculo do século XX?

Em primeiro lugar, se acentuou a tendência individualista, hedonista e consumista que vem exercendo influência nefasta no concernente à unidade familiar. A liberdade se viu substituída em seu direcionamento responsável para o bem pelo impulso do desejo, a ponto de eu acre-

ditar que viceja hodiernamente o dogmatismo do desejo, ora em vigor.

Valores que sempre lastream as culturas foram abandonados. E a decadência dos costumes, nomeadamente no domínio pessoal, fez com que transitassem pela sociedade autênticos antivalores como o egoísmo, a permissividade, a secularização e a sede de poder político e econômico. Por isso, à afirmação reiterada de valores permanentes contrapõe-se uma enorme homeopatia axiológica, que nós estamos vivendo. Por outro lado, a mulher meteu a ombros a tarefa de fazer valer seus direitos. Nesse particular, cabe uma observação que se me afigura importante. Ao longo dos séculos, a mulher não teve, por parte de numerosas culturas e civilizações, o reconhecimento devido à igualdade ontológica de dignidade com o homem. Ambos fazem jus a idêntico respeito. Registre-se, contudo, uma tendência levar a mulher a assumir uma certa forma de masculinidade para se afirmar, quando na verdade é o caráter complementar das qualidades dos dois sexos que traduz a riqueza da espécie humana. Nesse sentido, há um feminismo sadio. A emergência do feminino foi a grande revelação do século XX, como o reconhecer Abelardo Lobato, ex-professor do *Angelicum*. Há, assim, distorções da feminilidade a partir da presunção de que tal posicionamento implica uma emergência altamente fecunda do feminino.

Viu-se, porém, que o visado eram os supostos direitos sexuais, a legitimar comportamentos e até uniões homossexuais – uma liberalização total da libido. A mulher, que lutou por ser protagonista, sujeito da história, passou a objeto de desejo, deixando-se instrumentalizar. Os meios de comunicação social completaram o quadro negativo, promovendo, em larga escala, a paradigmas sociais comportamentos marcados pelo sexo livre e pela violência irresponsável. O chamado século da comunicação passou a ser o século dos meios de comunicação. Daí porque nos é lícito assentir que, hoje, formamos um enorme arquipélago de solidões. Simplesmente, os seres humanos não se comunicam.

No plano do relacionamento entre o homem e a mulher, a coabitação sem compromi-

so vem ganhando terreno, a ponto de alguns pretenderem que a era da família está ultrapassada. Os filhos de diversos casamentos se mesclam numa convivência, em que por vezes o modelo natural mais parece exceção e quase não existe rejeição das crianças e adolescentes às novas uniões de seus pais. É muito comum hoje crianças conversarem entre si nas escolas e às vezes perguntarem umas às outras: “mas você seu pai e sua mãe moram na mesma casa?” Outro retruca: “Pois eu me benefico de dois endereços e do desejo de me agradar; ambos me acumulam de todos os presentes”. E o fruto de tal “pedagogia” é a formação de gangues. Os filhos de tais “famílias” que conhecem limites. A sociedade humana não subsistirá sem normas e princípios de convivência respeitosa.

A esse quadro se acrescenta o mito da explosão demográfica, a justificar os receios de uma população acima das possibilidades do atendimento às suas necessidades vitais. É o caso de perguntar o planeta está remojando ou envelhecendo? Em todas as partes do mundo parece que ele está envelhecendo ou, pelo menos, parcialmente o problema não reside aí. E quanto à limitação dos meios para sustentar os homens trata-se de uma absoluta descrença no homem. No momento em que mais de noventa por cento dos cientistas de todas as eras, tendo à sua disposição verbas em escala quase ilimitada, levando-os a descobrir, diariamente, novas tecnologias, novos caminhos do progresso, arrancando novos segredos da natureza, como duvidar de que os desafios do presente haverão de encontrar adequada resposta em breve futuro. Seria descreer no próprio homem, em sua criatividade, atestado ao longo dos tempos de forma exponencial.

A par de tal confiança no ser humano, havemos de precatar-nos contra doutrinas correntes e que acenam para a destruição de valores e crenças. É o que explica, por exemplo, a liberação do aborto, a eutanásia, quando não – quem sabe? – o abandono dos deficientes físicos e mentais, e dos idosos.

A secular sabedoria da Igreja, calcada na mensagem perene do Evangelho, continuará a ser o único caminho que o atormentado homem

do século XX e do século XXI. O amor do Criador pelas suas criaturas é a pedra angular para a construção existencial de cada ser humano em sua singularidade irrepetível. E o amor nasce nos corações através do diálogo. Todo diálogo emerge mercê de um intercâmbio entre duas pessoas, que se enriquecem mutuamente, numa verdadeira reciprocidade das consciências – mistério de intercomunicação.

A Filosofia, que realça o valor da pessoa e do espírito abertos à Transcendência, é cristã e o será para sempre. A rigor, não há senão o personalismo autêntico – que inspira o Magistério da Igreja e reiterado enfaticamente por João Paulo II – e apenas ele, que seja capaz de dar uma resposta às aspirações ao mais-ser do homem angustiado do mundo contemporâneo.

E a família, enquanto união que integra pessoas numa comunidade de amor, se sentirá fortalecida na medida em que ela realizar, em seu cotidiano, sua vocação de promover a união interpessoal dos esposos sob a inspiração da única fonte de toda inteligibilidade e toda bondade que jamais seca, Deus.

O Evangelho é anúncio, anúncio da Palavra, Palavra que tem um nome, Jesus Cristo. Portanto, o Evangelho é o anúncio de uma só pessoa. Nenhum outro nome nos foi dado.

O Cristo nos oferece a cada instante um suplemento de vida, uma nova fase no caminhar voltado para uma crescente perfeição à qual somos todos chamados.

E o ideal será o dia em que o nosso destino se identificar com a nossa vocação, em que a vocação se superpuser ao nosso destino e eles se confundirem para atingir a toda a perfeição possível e cabível no fulcro do nosso itinerário.

É um apelo, uma vocação endereçada a cada um de nós, que devemos, no extremo limite, transformar em destino.

De todas as partes se elevam vozes secularizadas plenas de *akrasia* (falta de autodomínio) ou então surge a sedução de toda espécie de reducionismos, que olvida a lição de Husserl contra uma racionalidade unilateral

(*einseitige Rationalität*), segundo a qual “não temos o direito de absolutizar ou de isolar nenhum conhecimento parcial, nenhuma verdade separada”.

Contra tais teses bem distantes de uma concepção integral do ser humano, somente o humanismo pluridimensional, contido no Magistério da Igreja e no reiterado ensinamento de João Paulo II, poderá restituir ao homem de nossa época a fé em sua destinação sobrenatural e às famílias – estes verdadeiros santuários de amor – a consolidação de um amor, fundado sobre o Amor.

Publicado em recente documento para a congregação para a doutrina da fé o ensinamento da Igreja sobre o matrimônio e a complementaridade dos sexos propõem uma verdade evidenciada pela razão e reconhecida como tal por todas as grandes culturas do mundo.

O matrimônio não é uma união qualquer entre pessoas humanas foi fundado pelo Criador com uma natureza muito particular, com propriedades essenciais e finalidades próprias. Nenhuma ideologia pode cancelar do espírito humano a certeza de que só existe matrimônio entre duas pessoas de sexo diferente que, através da recíproca e doação pessoal que lhes é própria e exclusiva, tende à comunhão das duas pessoas. “*Tempora labuntur*”, os tempos fluem e deslizam, mas a mensagem da revelação é de manter-se imarcessível, indene às arremetidas de quantos imaginam que podem mudar o tom ou a frequência da música divina.

A nós todos compete dar os primeiros passos para oferecer adequada resposta ao momentoso desafio de que tende o futuro da humanidade, João Paulo II apontou os caminhos, a nós incumbe fazer face ao desafio e contribuir para edificação de uma família nuclear sólida uma autêntica *ecclesia* ao lar, uma igreja doméstica, fiel a si mesma, e aberta ao diálogo entre pais e filhos numa genuína *communio personarum*, comunhão de pessoas.

O Papa se volta continuamente ao tema desafiante dos dias hodiernos: a juventude. Ce-

lebrada por muitos, questionada por outros, os jovens se vêem enredados numa teia de elogios desmesurados e críticas acerbas. O Papa entende que neles está depositada a semente maior da esperança do amanhã: "em vós está a esperança, porque pertenceis ao futuro, o futuro vos pertence". A Carta Apostólica aos jovens é rica em confiança na capacidade transformadora do mundo depositada nos ombros fortes da juventude: "sede fortes. Assim podereis chegar aos mecanismos ocultos do mal, a suas raízes, e assim conseguireis mudar o mundo gradualmente, transformando-o, torná-lo mais humano mais fraterno e ao mesmo tempo, mais segundo Deus". Na verdade, João Paulo II sempre instigou e estimulou os construtores da sociedade, as categorias sociais capazes de agir positivamente sobre países e continentes e, assim, corrigir as mazelas desafiadoras da modernidade. Destarte, o Papa se dirige aos jovens, assentindo: "queridos jovens, hoje quero comprometer-vos de novo a ser operadores da paz, pelos caminhos da justiça, da liberdade e do amor. Acercamo-nos do terceiro milênio – dizia então o Papa em sua Carta aos jovens – ali sereis os principais construtores da sociedade e os primeiros e imediatos responsáveis pela paz".

É, pois, firme a convicção do Santo padre de que cabe aos jovens o grande papel de cimentar a chamada civilização do amor. Retratando o perfil da juventude, o Papa nela confia o futuro, por acreditar que as almas ainda pouco marcadas pelo carimbo das conveniências, do apego aos bens materiais tomará as rédeas do porvir, com determinação e amor.

Mas também João Paulo II especifica a função da juventude no seio da própria Igreja, ao escrever em *Christifideles laici*: "os jovens constituem uma força excepcional e são um grande desafio para o futuro da Igreja".

No Encontro com os Jovens, em Madri, o Papa não deixa fugir a ocasião de precaver a juventude contra os acenos a desafios comportamentais: "ante a manipulação da que pode sentir-se objeto mediante a droga, o sexo exasperado, a violência, o jovem cristão não buscará métodos de ação que o levem à espiral

do terrorismo; este se fundiria no mesmo mal, ou maior, que o que critica e despreza. Não cairá na insegurança e desmoralização, nem se refugiará em vazios paraísos de evasão ou de indiferença. Nem a droga, nem o álcool nem o sexo, nem uma resignada passividade acrítica... são uma resposta em face do mal".

Em outros encontros internacionais com os jovens, em Paris, em Santiago de Compostela, em Buenos Aires, em Higuey, na República dominicana, em Manila, em Denver, em Roma e, reiteradamente, o Santo Papa apelou para os valores fundantes do cristianismo, exortando a juventude à doação e à fidelidade aos seus ideais pioneiros para reerguer a civilização cristã ameaçada pelos anti-valores do materialismo e do consumismo, do hedonismo e do pragmatismo, da opulência e da miséria.

É mais fácil compreender-se a ênfase do magistério pontifício na pregação continuada e recorrente em favor da família e de seu fundamento maior – a fidelidade ao compromisso assumido ante a sociedade e diante de Deus.

A juventude se insere nesta temática e nesta problemática familiar, pois é dela que os jovens podem haurir de forma mais robusta a inspiração de seus atos, mercê da aragem axiológica emanada da família nuclear. Honrar pai e mãe é mandamento divino e os jovens hão de captar a profundidade do mistério que envolve os que o geraram, por haverem recebido delegação do Alto para a missão de elevado corte que lhes foi cometida.

Os falsos profetas de novas estruturas familiares se olvidam de que a humanidade timbrou, ao longo da história, em se apoiar na instituição familiar. É certo que por vezes a manutenção do vínculo conjugal já não é mais possível. Daí novas uniões se estabelecem. A Igreja lhes dirige a palavra para convidá-los a não abandonar a religião, a frequentar os templos católicos e aí receberem as bênçãos divinas, ressaltava a frequência ao sacramento da eucaristia. Impende repetir a palavra nitidamente ancorada na mensagem do Cristo e explicitada em recente documento da Congregação para a Doutrina da Fé: "o ensinamento da Igreja sobre

o matrimônio e sobre a complementaridade dos sexos propõe uma verdade, evidenciada pela razão e reconhecida como tal por todas as grandes culturas do mundo. O matrimônio não é uma união qualquer entre pessoas humanas. Foi fundado pelo Criador, com uma sua natureza, propriedades essenciais e finalidades. Nenhuma ideologia pode cancelar do espírito humano a certeza de que só existe matrimônio entre duas pessoas de sexo diferente, que através da recíproca doação pessoal, que lhes é própria e exclusiva, tendem à comunhão das suas pessoas. Assim se aperfeiçoam mutuamente para colaborar com Deus na geração e educação de novas vidas”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Agradeço a V. Ex^a pela compreensão. V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao último inscrito, Senador Garibaldi Alves Filho.

V. Ex^a dispõe da palavra por cinco minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esteve hoje na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal o Ministro Ciro Gomes, que, convidado por uma iniciativa do Senador César Borges, veio falar a respeito da recriação da Sudene e da Sudam como organismos regionais de desenvolvimento.

Durante a sua exposição, o Ministro Ciro Gomes deixou claro que a sua intenção é fazer com que a Sudene possa renascer dispondo de recursos estáveis e que não seja criada apenas para existir simplesmente, vivendo apenas do passado histórico daquela Sudene criada por Celso Furtado, idealizada pelo grande brasileiro.

Sr. Presidente, concordo inteiramente com o Ministro Ciro Gomes. Creio que devemos ter uma política de desenvolvimento regional realmente sustentável e consolidada. Não podemos, de maneira nenhuma, voltar a esses últimos anos depois de 1980, quando a prioridade passou a ser o combate à inflação, o equilíbrio das contas externas e a promoção do ajuste fiscal.

Tudo muda, nada permanece, assentiu Heráclito, mas a mensagem da Revelação é de manter-se imarcessível, indene às arremetidas de quantos imaginam que podem mudar o tom ou frequência da harmonia divina.

*Família, quid dicis de te ipsa? Fica no ar a pergunta basilar. A nós todos compete ensaiar os primeiros passos para oferecer a adequada resposta ao momentoso desafio de que pende o futuro da humanidade. João Paulo II apontou os caminhos. A nós incumbe fazer face ao desafio e contribuir para a edificação de uma família nuclear sólida, uma autêntica ecclesiola, fiel a si mesma e aberta ao diálogo entre pais e filhos, numa genuína *communio personarum*.*

Não estamos contra essa política macroeconômica do Governo Federal, mas não podemos permitir que ela prevaleça de tal modo que não se tenha o desenvolvimento estratégico e econômico do País e, embutido nesse desenvolvimento, também o desenvolvimento regional. Regiões menos desenvolvidas como a nossa precisam de investimentos. E esses investimentos não podem tardar, de maneira nenhuma.

Na verdade, estamos em uma encruzilhada. Existe a hipótese de a Sudene ser novamente criada para ser um organismo de planejamento regional, e será apenas um organismo de planejamento. E o Ministro afirmou peremptoriamente que a Sudene não vai executar mais nada, que ela ficará apenas no campo do planejamento, orientando as ações, que serão certamente executadas por outros órgãos federais e por órgãos dos governos estaduais. Pois bem, a encruzilhada é a seguinte: ou aprovamos a Sudene moldada nesses termos, ou de que adiantará criar uma Sudene como antes, totalmente desprestigiada, totalmente esvaziada? Esse depoimento pode ser dado por qualquer um dos Governadores que antecederam os atuais, inclusive por mim.

Sr. Presidente, abordarei outro assunto que está preocupando bastante o Relator, o Deputado Zezéu Ribeiro, na Câmara dos Deputados, onde se encontra o projeto de recriação da Sudene. Trata-se do Fundo de Desenvolvimento Econômico. Os Estados, na ânsia de ganhar uma compensação para o que estavam perdendo por conta da guerra fiscal, apropriaram-se justamente dos recursos que serviriam à região e que,

distribuídos para cada Estado, certamente serão pulverizados.

Por outro lado, neste instante há que se falar, como foi dito para o Ministro, da parceria público-privada. Será que esse tratamento a ser dado à política de desenvolvimento do País alcançará as regiões menos desenvolvidas como a nossa? S. Ex^a deu alguns exemplos de obras e de empreendimentos que poderiam interessar à iniciativa privada, como também um exemplo do que não interessaria, que é a atual duplicação da BR-101.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Para atender o soar da campanha feito pelo Presidente, quero dizer que a audiência a que esteve presente o Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, de certa maneira, atendeu à expectativa. Foram tratados vários problemas com relação à recriação da Sudene, mas ainda continua a questão de essa recriação estar cercada de muitas indefinições.

Peço desculpas ao Senador Eduardo Azeredo se pretendia me apartear, mas nosso Presidente parece estar inflexível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Inflexível, não. Apenas para cumprir o que estava acordado. Com todo o prazer, V. Ex^a poderá dar o seu aparte. Ressalto, neste momento, que meus olhos se alegram ao ver o Senador Teotônio Vilela entre nós.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, quero apenas concordar com V. Ex^a quanto à preocupação que devemos ter com a infra-estrutura. Participamos, hoje, dessa audiência na Comissão de Assuntos Econômicos e pensamos que essa parceria público-privada precisa ser acelerada. Na verdade, é um novo nome de alguns projetos como Concessionária de Estrada, pois parceria público-privada nada mais é do que a concessão à iniciativa privada da exploração de estradas, evidentemente fazendo investimentos para que possam fazer a manutenção e/ou a construção. O que lamento é a demora – e pude dizer isso hoje na aprovação do nome do novo diretor do Dnit – que o Governo está tendo. Já são 16 meses, e os projetos de concessão à iniciativa privada ou de parceria público-privada para as estradas federais estão paralisados. Enquanto isso, nem o Governo faz as obras nas estradas, nem deixa a iniciativa privada fazê-las. Essa é

a urgência que precisamos. Quero, pois, somar-me à V. Ex^a nessa preocupação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Agradeço a V. Ex^a e peço desculpas se não vou nem comentar o seu aparte, que foi muito oportuno, mas, para atender o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Mas V. Ex^a o incorpora ao seu discurso?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sim, acrescento-o ao meu discurso, pois vai enriquecê-lo bastante.

Vamos continuar juntos, lutando para que Sudene possa ser um instrumento efetivo em favor do desenvolvimento regional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Tem a palavra V. Ex^a, mas eu pediria rapidez, pois há a cerimônia do lançamento do livro do Presidente José Sarney.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, usarei apenas três minutos para fazer um registro importante.

Sr^{as} e Srs. Senadores, retorno a esta tribuna para, mais uma vez, conclamar meus Pares a se mobilizarem pela deliberação, em caráter de urgência, do Projeto de Lei nº 2.844, de 1997, de autoria do Senador João França, que há muito aguarda votação na Câmara dos Deputados e que trata do “Estatuto dos Garimpeiros”.

Essa matéria é de indiscutível alcance social e atende, com toda certeza, os mais legítimos anseios dessa sofrida classe de trabalhadores, visto que propõe medidas que permitirão aos garimpeiros brasileiros alcançarem, por assim dizer, a “cidadania profissional”, quando verão seus direitos estabelecidos em lei.

O Estatuto garante-lhes, de passagem, a desejada organização sindical e cooperativa. Essa medida, aliás, corrigirá, na prática, uma grande injustiça causada pela atual legislação, que beneficia muito mais diretamente os empreendimentos de mineração realizados por empresas e que levou, como todos sabemos, ao não aproveitamento dos chamados “garimpeiros de origem” em Serra Pelada, após a sua mecanização.

Mas é preciso, neste momento, fazer mais do que isso, Sr. Presidente. É preciso apoiar as reivindicações

da Associação dos Garimpeiros de Serra Pelada do Estado do Tocantins, que luta, em conjunto com outras entidades representativas, para que os créditos não-pagos, oriundos de Serra Pelada, sejam efetivamente quitados pela Caixa Econômica Federal, o chamado resto ou paládio do ouro.

E, para que não se entreguem os resultados financeiros a quem não tem efetivo direito – pois hoje existem cerca de 45 mil, e não 150 mil “garimpeiros de origem”, como constam em alguns levantamentos –, será necessário proceder a um recadastramento, nas regiões de Araguaína, no meu Estado, em Imperatriz, no Maranhão, e em Marabá, no Pará, daqueles garimpeiros que comprovadamente estiveram em Serra Pelada desde o começo da lavra. Esse levantamento deverá ser realizado com base no “Certificado de Matrícula do Garimpeiro”, que foi emitido, até outubro de 1985, pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Concluo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta breve intervenção, enfatizando a necessidade de que, sem mais demora, seja efetivada a apreciação do Projeto de Lei nº 2.844, de 1997, que institui o Estatuto dos Garimpeiros, providência que requer o mais veemente apoio de todos para que seja reconhecido, de uma vez por todas, o heróico trabalho dos garimpeiros que, sem sombra de dúvida, contribuem para o progresso do País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão do tempo, porque era muito importante fazer este registro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 571, DE 2004

Sr. Presidente,

Tendo sido designado por V. Ex^a para representar o Senado Federal junto à Comitativa do Governo do Estado de Mato Grosso, em viagem comercial à China e Japão, no período de 20 de maio a 2 de junho do ano em curso, requeiro, nos termos do art. 40, **caput**, do Regimento Interno, a necessária autorização para exercer a referida missão.

Comunico, outrossim, que estarei ausente do País no período de 20 de maio a 3 de junho deste ano.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2004. – Senador **Jonas Pinheiro**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, a Presidência, com base no disposto no art. 41 do Regimento Interno e em virtude de a pauta encontrar-se sobrestada por medidas provisórias, defere o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os Srs. Senadores Pedro Simon, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Romero Jucá, Antero Paes de Barros, Leonel Pavan e Valmir Amaral enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, era um sonho. Poucos acreditavam que a partir de uma reunião informal de presidentes e governadores em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira, no Paraná, há quase vinte anos, a idéia de criar um bloco econômico regional ganharia força até chegar aos dias atuais.

Atualmente, o Mercosul negocia com a União Européia um acordo comercial inédito, que poderá ser assinado dia 17 próximo em benefício da produção agrícola nacional e regional.

Ao mesmo tempo, em reunião que se realizará entre hoje e amanhã, em Santiago do Chile, representantes do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai debatem a criação de um Parlamento do Mercosul.

Já temos até uma bandeira própria que deverá ser hasteada ao lado das demais bandeiras nacionais.

Num mundo globalizado, em que os países ricos têm todas as condições de impor seus termos nas negociações internacionais, a formação de um bloco econômico regional era a tendência natural.

Se na União Européia, depois de séculos de guerras internas, foi possível formar um Mercado Comum, o mesmo poderia acontecer entre nós, na América Latina.

E falo na América Latina porque o Mercosul está se ampliando. Afinal, trata-se de um mercado com 200 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto somado que chega a um trilhão de dólares.

Estão interessados em participar e fortalecer o nosso Mercado Comum, a Venezuela, o Peru, a Bolívia e o próprio Chile, que mantém seus vínculos com o bloco regional, apesar de se voltar mais para os Estados Unidos.

O Mercosul avança com apoio decidido do atual governo brasileiro, como podemos comprovar nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

De fato, não há como negociar isoladamente e em igualdade de condições com os Estados Unidos ou mesmo com a União Européia.

O mundo moderno, com a ampliação dos mercados e uma competição cada vez mais intensa, exige que os países constituam blocos econômicos para conduzir processos de negociação comercial.

É o que está acontecendo agora, quando Mercosul e União Européia acertam um acordo inédito que poderá possibilitar ao bloco regional do sul aumentar suas exportações em três bilhões de dólares.

Na realidade, o Mercosul hoje é um sucesso completo. Negocia não apenas com os Estados Unidos e a Europa, mas mantém contatos comerciais com outras regiões e países. Entre eles, a Rússia, a China, a Índia e o Japão, além de outras organizações semelhantes em praticamente todo o planeta.

O Mercosul foi um desafio que o Brasil decidiu enfrentar com ousadia e criatividade e, com todos os obstáculos, está saindo vencedor.

Outros aspectos da política nacional também exigem a mesma disposição e coragem.

Se fomos capazes, num passado recente, de adotar modelos e fórmulas inéditas na condução de nossa política econômica, medidas que acabaram por enriquecer e estimular o pensamento nacional, não podemos aceitar a falta de perspectivas e de inovação que vivemos nos dias atuais.

O País precisa crescer, criar empregos e distribuir a renda. E não será trilhando eternamente um caminho já conhecido que encontraremos novas saídas.

É preciso ousar e avançar com coragem. É o que esperamos de um governo realmente popular e democrático do ponto de vista social.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa brasileira abre espaço hoje para o assunto que, ontem, nesta Casa, foi objeto de pronta reação dos Senadores, diante da matéria do jornalista Larry Roht, do **The New York Times**, considerada ofensiva ao Presidente da República e ao próprio Brasil.

É bom, Sr. Presidente, que passe a constar dos Anais do Senado da República a nota publicada na edição de hoje de **O Globo**, que passo a ler:

Rio, 11 de maio de 2004

Reportagem consegue unir governo e oposição

Lydia Medeiros, Isabel Braga e Adriana Vasconcelos

BRASÍLIA E SÃO PAULO. Governo e oposição se uniram ontem na defesa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e condenaram a reportagem publicada no jornal **The New York Times** domingo afirmando que o país está preocupado porque o presidente estaria exagerando no consumo de bebidas. Com apoio dos partidos, o Presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), deve submeter à Casa um voto de censura ao jornal americano pela publicação da reportagem de autoria do jornalista Larry Rohter. A iniciativa do protesto foi da Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti (SC).

Sarney classificou a reportagem de preconceituosa e inverídica. Para ele, o texto é um exemplo de um péssimo jornalismo que atinge não apenas Lula, mas a imagem do país.

– É uma coisa preconceituosa, inverídica, que chega perto da difamação. Isso é grave, porque não é somente o Presidente da República que está em foco, mas a imagem do Brasil – condenou.

Sarney diz que texto “é uma coisa mesquinha”

Sarney evitou vincular a publicação com a vitória do Brasil em disputas na Organização Mundial do Comércio:

– Não quero fazer ilações. É uma coisa tão mesquinha que foi feita com o presidente que não pode ser atribuída se não a um péssimo jornalismo, que não devemos apoiar.

O Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio (AM), foi o primeiro a defender Lula no Senado.

– Conheço o Presidente Lula há anos e nunca vi nele nada que cheirasse a descontrole nesse campo. O jornalista resvalou na grosseria e não daria para tirar casquinha disso.

O Governador de São Paulo, o também tucano Geraldo Alckmin, foi mais incisivo:

– O Presidente tem a nossa total solidariedade. A reportagem é injusta e maldosa

e o governo federal está corretíssimo na sua indignação.

Na Câmara, o Líder do Governo, Professor Luizinho (PT-SP), disse que o jornal americano já deveria estar escaldado porque acabou de enfrentar um escândalo internacional por falsear reportagens – numa referência a textos fictícios do repórter Jayson Blair. Ele se disse horrorizado e perplexo com a idéia passada pelo **The New York Times** de que existe um clima de comoção nacional com o comportamento do Presidente: – O que nos estarrece é que ele sabe o papel que o Presidente está tendo na América Latina, de abertura de mercados com países árabes, com China, Rússia, a negociação na Alca, com o Mercosul. Talvez seja isso. Por que tanto ódio, tanto rancor e preconceito em tão poucas linhas?

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, oportuna pesquisa realizada pela Universidade de Brasília – UnB, no ano passado, demonstrou que a nossa juventude tem seu primeiro contato com o hábito de fumar com tão-somente 12 anos de idade, em média. À contundência dessa revelação acrescenta-se que, de um total de 2,6 mil estudantes de estabelecimentos de ensino, oficiais e particulares, 10,5% são fumantes.

A par disso, pesquisa antecedente, realizada entre 1987 e 1997, compreendendo cerca de 20 mil jovens em 10 capitais, apontava crescimento da experimentação do cigarro entre os adolescentes, na faixa entre 10 e 18 anos, sobretudo entre as meninas.

Por sua vez, o Estudo Global sobre Uso de Tabaco em Jovens, coordenado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), revelou que a média da prática de tabagismo entre estudantes adolescentes entre 13 e 15 anos foi de quase 14%, nos 43 países pesquisados.

O estudo também apontou a existência de “um quadro alarmante de dependência prematura”. Em certas regiões de países como “a Polônia, o Zimbábue e a China, crianças de 10 anos já estão dependentes do tabaco”. Por seu turno, pesquisa da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, abrangendo 800 fumantes em quatro capitais, demonstrou que os brasileiros, em média, começam a fumar com tão-somente 13 anos de idade.

Essa realidade é extremamente preocupante, uma vez que os pulmões somente têm completado o seu desenvolvimento entre os 20 e 21 anos de idade. Na

adolescência, os agravos compreendem a incidência de asma, rinite, otite, sinusite e pneumonia.

Ademais, como atestam estudos da OMS, 99% dos adolescentes que experimentam os primeiros cigarros se tornam fumantes, e tão-somente 3% deles conseguem abandonar o vício e libertar-se, em até sete anos, de todos os efeitos da nicotina.

O jovem que consome até 15 cigarros, diariamente, aos 40 anos será provavelmente portador de bronquite crônica ou de alguma doença cardiovascular. O câncer de pulmão, comumente de difícil diagnóstico, poderá surgir em torno dos 65 anos, produzindo vítimas fatais em 70% dos casos.

A pesquisa revelou, ainda, que a proporção de meninos e meninas fumantes é a mesma, e que também não há diferença significativa entre os números de fumantes das redes pública e particular de ensino.

Demonstrou, também, que o fato de o pai fumar não influencia os filhos. Porém, isso não acontece em relação à mãe, notando-se, freqüentemente, entre os adolescentes fumantes, que suas mães também fumam. Isso é atribuído à “maior ascendência da figura materna sobre a criança” e ao seu contato “mais permanente com os filhos”.

A pesquisa da UnB indicou que 16,5% dos informantes experimentaram o cigarro “pelo menos uma vez na vida”. Entre os fumantes, 75,1% “pensam em parar”, mas se deve “querer muito, muito mesmo, para conseguir”.

Por fim, constata que 2,2% dos jovens fumam diariamente. Essa informação pode significar uma pequena redução do vício, o que não invalida o fato de que o tabagismo, entre os jovens, é uma realidade a exigir atenção redobrada.

Em tal cenário, avulta a importância de inédita decisão judicial compelindo a indústria do cigarro a indenizar fumantes e ex-fumantes do Estado de São Paulo, “por omissão de dados sobre os malefícios do fumo e veiculação de propaganda enganosa”, conforme a publicação **Istoé-Dinheiro**, de 25 de fevereiro do corrente ano.

Embora à parte condenada se reserve o direito de recurso, ao final do processo e uma vez mantida a condenação, aquelas indústrias estarão obrigadas a conceder indenizações calculadas em valores acima de 50 bilhões de reais.

Será o final vitorioso de ação judicial, impetrada há mais de oito anos, pela Associação em Defesa da Saúde do Fumante (Adesf), uma organização não-governamental instituída em 1994, com a finalidade

específica de empreender uma verdadeira cruzada contra a indústria tabagista, e que está “começando a virar o jogo contra os fabricantes de cigarros”.

A Adesf propõe-se a defender a saúde do fumante, considerado “um dependente químico e vítima dos fabricantes de cigarro”. É a legítima representante de todos os fumantes e ex-fumantes do País, “que hoje são mais de 47 milhões de pessoas”.

Seus criadores, na maioria médicos e advogados, exercem trabalho voluntário, participando de congressos e palestras, e fornecendo material apropriado para escolas de todo o País, a fim de, a partir do esclarecimento, “evitar que os estudantes comecem a fumar”.

Para a Associação, o valor da indenização, calculado em exatos 52,5 bilhões de reais, levou em conta o valor mínimo de 1,5 mil reais a cada ano que a pessoa passou fumando, desde 1990, ano da aprovação do Código de Defesa do Consumidor, e se refere a danos materiais, compreendendo o gasto com a aquisição do produto e o decorrente “dos constrangimentos impostos ao fumante”, por se ver “impedido, por exemplo, de entrar em um restaurante”.

A publicação acrescenta que “a indústria do cigarro tem um histórico impressionante de vitórias nas ações contra ela”. Quanto à fabricante de cigarros Souza Cruz, registra que, das 377 ações impetradas desde 1995, apenas 8 “resultaram em condenações à indústria”. Por isso, indaga “por que desta vez haveria de ser diferente?”

Aconteceu que, no início das diferentes ações contra os fabricantes de cigarro, não existiam provas concretas dos males causados pelo fumo à saúde. Agora, esses malefícios estão identificados pela OMS, levando o Ministério da Saúde, entre outras advertências, a divulgar “que o cigarro provoca dependência, câncer e impotência”.

Em resumo, o trabalho da UnB e a decisão da Justiça de São Paulo inscrevem-se entre as ações e as medidas de maior relevo na luta contra o tabagismo. Além disso, reforçam a necessidade de o Governo assumir, por diferentes meios, a mais forte liderança desse processo, repelindo de pronto as pressões, de variada ordem e intensidade, dos fabricantes de cigarros.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Lula enfrentou, em seu primeiro ano, enormes desafios, e os enfrentou com galhardia, firmeza e alta

dose de sucesso. Pois conseguiu lançar, em 2003, as bases para uma nova fase de crescimento para o Brasil. Crescimento no âmbito econômico e na dimensão social.

Efetivamente, Sr. Presidente, em 2003, o Governo Lula teve que anular os efeitos de dois anos consecutivos muito desfavoráveis para o país: 2001, com seu racionamento de energia elétrica, que causou retração na economia, e 2002, marcado por uma crise de desconfiança dos mercados em relação ao Brasil.

Assim, em 2003, sem que o Governo descurasse de formular planos, projetos e políticas públicas que permitirão o deslanchar do desenvolvimento, seus esforços mais ostensivos concentraram-se em uma enérgica política de estabilização macroeconômica. Restabeleceu-se a confiança, a esperança, o otimismo, e desenhou-se em detalhes o trajeto de crescimento que teremos pela frente, a fim de superarmos esses obstáculos do passado recente.

Essencial para a construção desse quadro favorável ao desenvolvimento foram as reformas estruturais, que receberam prioridade por parte do Governo. Reformas como a da Previdência e a Tributária foram conduzidas com coragem e encaminhadas ao Congresso, com o apoio da sociedade. O diálogo com os outros Poderes, a valorização da negociação e do entendimento, o envolvimento dos agentes da sociedade configuraram-se como marcas positivas, sinais de que um novo projeto de nação começa a se desenhar.

Somadas as dezenas de diagnósticos, programas e linhas de ação, vemo-nos diante de um projeto de verdadeiro desenvolvimento, de um projeto de país; no qual haverá um espaço prioritário para os mais pobres, em que se recuperará e se expandirá a infra-estrutura e em que o Brasil poderá inserir-se soberanamente no mundo globalizado.

Em 2003, foram dados os primeiros passos para construir um Brasil de oportunidades para todos, mais justo e mais equilibrado. São passos que se alinham em numerosas iniciativas, fruto do trabalho de Ministérios, Secretarias, Conselhos e grupos de trabalho interdisciplinares.

Foram lançadas, por exemplo, diretrizes de política industrial, de tecnologia e de comércio exterior, em desenho detalhado das ações de promoção da inovação tecnológica e da modernização industrial, com apoio em medidas específicas como, por exemplo, o programa Brasil Exportador. Foi reforçado o Fundo da

Marinha Mercante, voltado para o incentivo à marinha mercante e à construção naval.

Está sendo fortalecido o setor produtivo, e promovidas ações concretas para a redução do custo de crédito, tais como o estímulo à concorrência bancária e a modernização da Lei de Falências.

No comércio exterior, as exportações brasileiras bateram um recorde histórico, ajudando a impulsionar a atividade produtiva. O Governo está democratizando as informações sobre atividade exportadora, franqueando-as a empresários de todo o Brasil. Normas e procedimentos de exportação estão sendo desburocratizados.

Na agricultura e pecuária, 2003 foi um ano de grandes vitórias, que se renovarão em 2004. Cresce a produção de grãos, de álcool, de trigo. Vem sendo melhor trabalhada a questão da qualidade das carnes produzidas pelo Brasil.

O setor de pesca, há tanto tempo abandonado, vem retomando um dinamismo notável. No campo do desenvolvimento agrário, recebe novo impulso e novo fôlego a agricultura familiar. A reforma agrária vem tendo uma renovada racionalização e intensificação. Inovou, também, o Governo, no apoio às microempresas e às pequenas e médias empresas, carreando para elas programas de crédito facilitado. O microcrédito recebeu uma atenção especial, indutor que é de geração de emprego e renda.

O turismo, o desenvolvimento regional, o financiamento da infra-estrutura, o cuidado ambiental, que deve acompanhar o desenvolvimento, a energia elétrica, o petróleo, o gás, os recursos hídricos, os transportes, as telecomunicações, todas essas áreas mereceram e estão merecendo, de parte do Governo, a atenção, o estímulo, o impulso, o desencadear de ações concretas.

As medidas implementadas em 2003 constituem o início de um extenso conjunto de mudanças que já começam a trazer o crescimento da economia. Crescimento que se consolidará daqui para frente.

Sr. Presidente, mesmo diante do grave cenário encontrado pelo novo Governo e da secular injustiça e exclusão social, foi possível avançar muito na recuperação do tempo perdido em décadas de estagnação e na definição de diretrizes que indicam, desde já, um futuro diferente para todos os brasileiros. Ao final do primeiro ano de mandato, está delineada a forma de um novo projeto de nação, tarefa que exige a participação de todos, para que todos possam ser contemplados com seu quinhão de progresso econômico, social e humano.

Ao final do primeiro ano de mandato do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito sob o símbolo da esperança de milhões de brasileiros que sonham com mudanças definitivas, o País pode exibir com orgulho os sólidos alicerces construídos em ações firmes que levam à garantia de uma estabilização econômica duradoura. A consequência é o início da retomada de um crescimento econômico consistente, que se soma ao estabelecimento de rumos claros para combater a miséria e a fome e permitir que os benefícios do crescimento econômico, que agora se inicia, alcancem todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna na tarde de hoje para destacar as matérias que se referem aos indícios de irregularidades na licitação para coleta de lixo no município de São Paulo, publicadas no último sábado, 1º de maio, nos jornais **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S. Paulo**.

Juiz da 8ª Vara da Fazenda Pública concluiu que há indícios de que a concorrência para coleta do lixo no município de São Paulo foi “dirigida”. A decisão ocorreu logo após as denúncias de que o resultado foi combinado pelas empresas que participaram da licitação e de que os nomes dos vencedores foram antecipados.

Além disso, documentos registrados em cartório em data anterior à divulgação do resultado da licitação trazem mais uma vez o nome do Sr. Rogério Buratti, ex-secretário do atual Ministro da Fazenda e que está diretamente envolvido no escândalo Waldomiro Diniz.

Senhor Presidente, requiero que as matérias em anexo integrem este pronunciamento e, assim, passem a constar dos Anais do Senado Federal. As matérias são as seguintes:

“Justiça suspende a licitação do lixo em SP”, **O Estado de S. Paulo**;

“Lixo suspeito”, **Folha de S.Paulo**;

“Promotoria pede documentos à prefeitura”, **Folha de S.Paulo**;

“Justiça suspende a licitação do lixo em SP”, **Folha de S.Paulo**.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

O ESTADO DE S. PAULO

DIA: 01

MÊS/ANO: Maio/04

EDITORIA: Cidades

CADERNO: C

PÁGINA: 1

Justiça suspende licitação do lixo em SP

URI PITTA
e THÉLIO DE MAGALHÃES

O juiz Luís Sérgio Fernandes de Souza, da 8.ª Vara da Fazenda Pública, concedeu ontem liminar determinando que a Prefeitura suspenda a licitação dos serviços de coleta e destinação do lixo. Na terça-feira, foram reveladas as propostas dos concorrentes, que estimaram gasto anual de R\$ 517 milhões, 62,7% a mais do que em 2003. A concessão, prevista para durar 20 anos, prorrogáveis por igual período, pode representar para o Município um custo superior a R\$ 20 bilhões.

Com a decisão, a Prefeitura não pode assinar os contratos, o que estava previsto para ocorrer no segundo semestre. O juiz concluiu que há indícios de que a concorrência foi "dirigida", com base em ação movida pelo administrador gaúcho Enio Noronha Raffin. Ele alega ter antecipado o resultado da licitação em documento registrado num cartório de Porto Alegre, em 25 de fevereiro. O Ministério Público Estadual (MPE) também pedirá informações à Prefeitura sobre a disputa.

Desde quarta-feira, surgiram duas denúncias de que o resultado foi combinado pelas empresas que participaram da licitação e de que os nomes dos vencedores foram antecipados. Um é o documento de Raffin e o outro, um texto registrado em cartório em São Paulo. O novo modelo divide a cidade em dois lotes. Apresentaram o menor preço, para o Lote Noroeste, o consórcio São Paulo Limpeza Urbana (composto por Vega, Cavo e SPL) e, para o Sudeste, o Bandeirantes 2 (Queiroz Galvão, LOT e Helelino & Fonseca). A Qualix (ex-Enterpa) disputou sozinha e ficou em segundo lugar nos dois lotes.

APURAÇÃO DO MPE TEVE INÍCIO ANTES DO EDITAL

Ambos os documentos afirmam que outras concorrentes da licitação serviram de "cobertura", isto é, apresentaram propostas propositalmente mais altas para legitimar a disputa. "É uma troca de gentilezas", definiu Raffin, que é consultor no setor e já dirigiu o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de Porto Alegre.

O documento registrado em cartório em São Paulo, há duas semanas, assegurava que os consórcios São Paulo Limpeza Urbana e Bandeirantes 2 apresentariam as menores propostas, respectivamente, para os Lotes Noroeste e Sudeste. O texto dizia que os preços, porém, seriam superiores aos cerca de R\$ 4,5 bilhões indicados como referência pela Prefeitura para cada lote e superariam os R\$ 5 bilhões. Para o Lote Noroeste, a menor proposta foi de R\$ 4,9 bilhões e, para o Sudeste, R\$ 5,4 bilhões.

O mesmo texto sustenta que o acerto para a concorrência da coleta está "casado" com o de outra licitação, dos serviços de varrição, a cargo das subprefeituras. Afirmou que a empresa Qualix atuou para dar "cobertura" aos consórcios vencedores da coleta. Graças a isso, seria recompensada com o maior contrato da concorrência da varrição, válida por 5 anos: o da subprefeitura da Sé, de valor estimado em R\$ 49,7 milhões.

Buratti - O documento afirma "que todo e qualquer acordo na varrição somente terá validade se (sic) for coordenado por Rogério Buratti, da Leão Leão, Ubiratã (sic) e Roberto

Rocha, da Construrban". Ex-secretário do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, quando governava Ribeirão Preto, Buratti está envolvido no escândalo Waldomiro Diniz, ex-assessor do ministro da Casa Civil José Dirceu. Segundo a empresa GTech, Diniz indicou Buratti para encaminhar a renovação de um contrato da GTech com a Caixa Econômica Federal. Vice-presidente do Leão Leão, grupo de Ribeirão, Buratti se afastou depois do caso Diniz e já avisou à direção da empresa que não reassumirá o cargo. Procurado pelo Estado ontem, não foi localizado.

Ubiratã, filho, administrador registrado de Santo Amaro na gestão Erundina, foi demitido do serviço público em 1996, depois de responder a quatro inquéritos administrativos. Em 2001, a até então desconhecida Construrban foi uma das 16 contratadas na primeira licitação do lixo da gestão Marta Suplicy. Procurado na empresa, Carvalho também não foi encontrado ontem.

Raffin, por sua vez, foi ouvido ontem pelo promotor de Justiça de Cidadania, Túlio Tadeu Tavares. "Ele trouxe cópias dos documentos que embasaram as ações populares. Vamos analisá-los e sair em busca de outras informações", disse Tavares, que assumiu as investigações depois de terem sido abertas por outro integrante do MPE. "Vou requerer hoje (ontem) toda a documentação referente à parte final do processo licitatório".

Raffin deixou o prédio da promotoria, em Higienópolis, se dizendo satisfeito com o depoimento. O administrador disse ter anexado aos documentos reportagens publicadas nos últimos dias, referentes ao aumento de gastos da Prefeitura com o novo modelo de concessão e à antecipação dos resultados. "Ao todo, são mais de 500 documentos reunidos."

FOLHA DE S. PAULO

LIXO SUSPEITO

A CUMULAM-SE indícios de graves e sérios problemas na licitação para a coleta de lixo em São Paulo. Documento obtido por esta Folha e registrado em cartório no último dia 15 antecipa os grupos vencedores da concorrência que define os responsáveis pelo recolhimento, transporte e tratamento de todo o lixo produzido pela cidade nos próximos 20 anos. Um outro documento, também lavrado em cartório antes da abertura dos envelopes, apontou os consórcios que venceriam a disputa.

Existem várias possibilidades para explicar a antecipação. A primeira — a mais verossímil — é que as empresas concorrentes fizeram um acordo, com ou sem a cumplicidade da Prefeitura de São Paulo, para definir quais grupos ficariam com quais lotes. Não se pode, contudo, descartar a hipótese, ainda que improvável, de que os autores dos documentos tenham simplesmente apostado nos nomes dos vencedores e acertado. **Apesar do cenário mais plausível era o dos consórcios disputando os**

dois lotes em que a cidade foi dividida, havia apenas nove combinações possíveis. No limite, alguém poderia ter registrado cada possibilidade num cartório diferente.

Basta, contudo, conhecer um pouco de história e da vida brasileira para ficar convencido de que a hipótese de fraude é a mais provável. A convicção é reforçada quando se considera que a licitação é para a coleta de lixo numa megalópole, terreno propício a falcatruas, como o próprio passado de São Paulo atesta. Trata-se de contratos milionários, envolvendo serviços de difícil aferição e normalmente disputados por um número restrito de grandes empresas especializadas.

Os indícios até aqui reunidos já são suficientes para instaurar uma rigorosa investigação que identifique os responsáveis e esclareça o papel da prefeitura na suposta farsa. Se as suspeitas ganharem ainda mais materialidade, como tudo indica que ocorrerá, é preciso anular de uma vez por todas a concorrência, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

FOLHA DE S. PAULO

COTIDIANO

sábado, 1º de maio de 2004 C3

LIMPEZA URBANA Para representante do Ministério Público, antecipação do resultado da licitação dá novos rumos à investigação

Promotora pede documentos à prefeitura

REPORTAGEM LOCAL DO 'AGORA'

CAMPANHIA
Vega Empresa (atual Qualit) e Ciba doaram, no ano 2000, R\$ 983 mil à campanha de Marta Suplicy (PT) à prefeitura — 18,3% do arrecado

EMERGÊNCIA 2
Em março de 2001, houve nova contratação emergencial pela prefeitura. As quatro empresas que já atuavam em SP (Vega, Enterra, Marquise e Ciba) ganharam sete dos nove lotes

CP
Em agosto de 2001, a Câmara aprovou a instalação de uma CP para apurar possíveis irregularidades na contratação emergencial das empresas de lixo. O relatório final, em janeiro de 2002, poupou a prefeitura

TAXA DO LIXO
Em dezembro de 2002, a prefeitura conseguiu aprovar na Câmara Municipal lei que instituiu a cobrança da taxa de lixo. O Executivo alegou que os recursos pagariam os serviços

LICITAÇÃO
No segundo semestre de 2003, foram lançadas duas licitações para os serviços de limpeza. Uma abrange a coleta, tratamento e destinação dos resíduos. A outra abrange a coleta e destinação dos resíduos. A comissão de seleção selecionou os responsáveis pela variação envolve 31 áreas

LIGAÇÃO
Conforme o divulgado pela Folha no dia 10 de março deste ano, a empresa

OUTRO LADO
Borlotto alega que se desligou da LOT em fevereiro de 2001, embora a alteração do contrato social tenha sido registrada só em julho de 2003. A LOT confirma a versão do secretário ao dizer que se esqueceu de fazer a alteração

SUPUESTO ACORDO
Em reportagem publicada ontem, a Folha divulgou um documento registrado em cartório no último dia 15 de março, cujos envelopes foram abertos na terça, e aponta haver um suposto acordo de empresas que se estende à concorrência dos serviços de varrição, suspensa pelo TCM

SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO
Ontem, uma liminar concedida pelo juiz Luiz Sérgio Fernandes e Souza suspendeu a continuidade da licitação da coleta do lixo. Um dos principais argumentos utilizados pelo juiz na decisão é a ligação do secretário Borlotto com a empresa LOT, do consórcio Bandeirantes 2

guiu depois de contratos no governo Luiz Erundina (1989-92). Essa exigência da concorrência poderia ser atendida por poucas empresas do mercado de lixo.

O promotor Tavares recebeu ontem documentos do consultor gaúcho Enio Raffin, responsável pela ação popular que resultou na suspensão da concorrência.

Ele afirmou que ouviu Raffin, mas que não havia outros tipos de denúncia além das que já foram divulgadas na imprensa. Tavares disse não ser possível antecipar nenhuma conclusão sobre a existência de irregularidades na licitação ou de um suposto acordo entre todos os participantes.

O promotor declarou que, caso não sejam comprovados os acordos entre as empresas, mas seja comprovado um "vazamento" de informação das propostas entre empresas, a concorrência também poderá ser motivo de cancelamento.

O consultor Enio Raffin sugeriu ao Ministério Público uma investigação sobre os supostos acordos entre as empresas de lixo abrangendo outros municípios do país. Ele afirmou que, em Porto Alegre, a última licitação do setor conseguiu reduzir os preços praticados por mês, que ela conse-

gados até então — diferentemente do que ocorre em São Paulo, onde os gastos da prefeitura com coleta, tratamento e destinação final dos resíduos deve subir 48%, dos atuais R\$ 350 milhões para R\$ 517 milhões por ano.

Raffin afirmou que já trabalhou em duas grandes empresas do setor que prestam serviços na capital paulista — a Qualit, uma das denunciadas por ele, e a Marquise — e que presta serviços para uma companhia da região Sul, mas não quis revelar seu nome.

A concessão da coleta será válida por 20 anos — prorrogáveis por igual período —, tem um custo que supera R\$ 10 bilhões e é a maior do tipo já feita no país.

Os preços oferecidos pelos três grupos finalistas ficaram acima da estimativa do edital e com variações de no máximo 2,1% entre eles — as melhores ofertas foram R\$ 1,33 bilhão superior ao previsto, situação considerada inco-

mum por especialistas. Em nota, a Secretaria de Serviços e Obras informou ontem apenas que a comissão de licitação "está avaliando" os preços abertos para anunciar "a classificação das concorrentes".

PANORÂMICA

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Pensar e falar”, de autoria da jornalista Miriam Leitão, publicado no jornal **O Globo** de 1º de maio do corrente.

O artigo trata das impropriedades, escorregões e gafes cometidas pelo presidente Lula nos seus primeiros 16 meses de governo. Como o próprio presidente Lula já havia dito em 2003, “*político bom é o que pensa e depois fala*”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo publicado no jornal **O Globo** de 1º de maio seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

O Globo, 1º-5-04

Panorama Econômico (Miriam Leitão)

PENSAR E FALAR

O Presidente Lula fala demais. De forma irrefletida. Diariamente, os jornais relatam suas impropriedades, escorregões e gafes. No jantar da bancada do PTB, ele fez algo mais perigoso: misturou uma dose de uísque com o improviso. Vangloriou-se dos seus contatos internacionais, desafiou o governo anterior para debate, falou que o país vive na pendura e disse que os líderes da América Latina vivem no século XIX. E tudo numa noite só.

Nestes 16 meses de governo, Lula tem dado poucas entrevistas e nenhuma coletiva formal no Planalto, como seus antecessores. Prefere fugir das perguntas incômodas e falar livremente o que lhe vem na cabeça. “Um dia acordei invocado e liguei para Bush”, exibiu-se. Chefes de Estado pensam estrategicamente até os contatos supostamente informais. Cada palavra do Presidente em contato com um líder de outro país tem que seguir um objetivo previamente traçado. Por isso, na próxima vez que acordar invocado, não deve ligar para ninguém antes de refletir sobre o quê, por quê, com que objetivo o Presidente do Brasil quer falar com outro mandatário.

Lula nos improvisos anuncia decisões não tomadas; dá como certas providências que não executa; confunde conceitos e faz frases lamentáveis em todos os aspectos. Presidentes são líderes; quando falam, ajudam a fortalecer valores. Por isso, todo o cuidado é pouco. Ao discursar no Nordeste, em março, disse que “não é livro que ensina a governar”. Num país que estudou pouco, lê pouco, na região com os menores índices de escolaridade do Brasil, a frase é perigosa. Pode ser entendida pelos jovens como uma autoriza-

ção para abandonar estudo e leitura. Das duas armas precisamos para enfrentar os desafios do século XXI. Lula interrompeu os estudos no quinto ano do fundamental pelas dificuldades que vivia na época. Entende-se. Depois, não estudou porque não quis. Isso é mais difícil de entender. Tem todos os motivos para orgulhar-se de sua trajetória, mas hoje o mercado exige cada vez mais escolaridade dos jovens. Na Bienal do Livro, o paralelo que fez entre a “preguiça desgramada” de andar na esteira e ler um livro foi esdrúxulo. Cercado de livros e de jovens, Lula, antes de falar, deveria ter pensado sobre os valores que ele, como líder, deve defender.

O arquivo de suas palavras já registra uma galeria de frases erradas, ditas no lugar errado. “Quando Napoleão foi à China”, disse ele, referindo-se a um fato que a História não registra. Ao falar do acidente em Alcântara, em que morreram 22 pessoas, foi indelicado: “Há males que vêm para bem.” Ao falar no Clube do Exército, para uma platéia de militares, atirou: “Não adianta ter um bando de generais e um bando de soldados.” A palavra “bando” é inadequada. Numa homenagem às mulheres: “Minha mãe era uma mulher que nasceu analfabeta.” Se soubesse ler ao nascer, seria um fenômeno para a ciência. Em pelo menos duas ocasiões, ofendeu países que estava visitando: na Namíbia, disse que a capital era tão limpa que nem parecia africana; na Índia, sobre o Taj Mahal: “Um país que constrói um monumento daquela magnitude tem tudo para ser mais desenvolvido do que é atualmente.” Qualquer pessoa pode errar nos improvisos, mas é difícil encontrar alguém que, errando tanto, estando tão exposto, continue com o mesmo arriscado hábito.

“Eu quero dizer a vocês com a sinceridade que um homem pode falar a outro homem.” Isso de falar de homem para homem é velho demais e não faz sucesso com as mulheres. Suprimi-las implicitamente no discurso, menos ainda. “Na Amazônia, vivem 20 milhões de cidadãos que têm mulheres e filhos.” Uma dúvida conceitual: as mulheres são apenas agregadas dos cidadãos? Uma dúvida estatística: o total da população da Região Norte, incluindo homens e mulheres, é de 13,5 milhões, na estimativa de 2002.

Há trechos dos seus discursos que não fazem sentido algum. São palavras simplesmente sem nexos. Em outros momentos, ele desdiz num dia o que disse no anterior. No dia 3 de abril, disse: “Fiz mais em 15 meses do que muita gente em 500 anos.” Quatro dias depois: “Tem gente que governou este país nos últimos 30 anos, e a grande maioria ainda está no poder. E agora cobram de nós, como se pudéssemos fazer em 500 dias o que eles não fizeram em 500 anos.”

Contradições e platitudes desgastam a imagem do governante. Gafes costumam ofender e isso, na diplomacia principalmente, deve ser evitado. Precipitações constroem o próprio governo. Na última terça-feira, cometeu o erro duas vezes: disse que vai dobrar o número de recrutas das Forças Armadas, sem explicar de onde virá o dinheiro; depois, avisou no ABC que anunciaria durante a semana boas novidades sobre a correção da tabela do Imposto de Renda, o que ainda não fez.

O Presidente da República não pode ser ventríloquo dos assessores, nem deve perder a espontaneidade com que conquistou o país. O ideal é que, em ocasiões mais formais, leia. Nas informais, fale com naturalidade. Mas deve pensar previamente, até nos improvisos, que mensagem quer passar para cada público, em cada ocasião e naquela específica circunstância. Deve comandar as próprias palavras e não ser comandado por elas.

Mas tudo isso o presidente sabe. No dia 7 de maio do ano passado, numa reunião no Nordeste, ele disse: “Não é boa política falar tanto tempo quando as palavras têm cada vez mais valor, na seriedade que a política está a exigir de nós. Político bom é o que pensa e depois fala.” Nem naquele dia ele conseguiu conter sua loquacidade compulsiva. Falou de improviso mais cinquenta minutos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desafio e a aventura da construção de Brasília não se encerraram, certamente, com sua inauguração e a transferência da sede dos poderes da União. Concebido de modo brilhante e original, o plano da nova Capital não poderia, contudo, predeterminar todos os aspectos e rumos a serem seguidos pela cidade, uma entidade dinâmica e viva, reinventada no dia-a-dia dos homens, mulheres e crianças que a habitam.

As contradições entre o que se planejava e as condições concretas onde isso se realizou levaram a impasses e a problemas antes inimaginados. Surgiu a realidade, inelutável e pujante, das cidades-satélites. O entorno goiano e, em menor proporção, mineiro passou a se transformar sob o efeito do campo magnético da nova capital. Cresceu Brasília, cresceram as cidades-satélites, diversos problemas surgiram e se acumularam. Mas não há como negar, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o espetacular sucesso do empreendimento deflagrado por Juscelino Kubitschek.

Constatar o êxito de Brasília não impede, antes exige, a avaliação dos problemas que vão surgindo e a sugestão de maior ou menor correção de rumos.

Nesse sentido, a proposta do ex-Senador Francisco Escórcio da criação do Estado do Planalto Central deve ser examinada com toda a atenção e responsabilidade.

A proposta, ainda não suficientemente conhecida pelos principais interessados, que são os moradores do Distrito Federal e do Entorno, consiste na criação de um novo Estado, formado a partir de 12 cidades-satélites do Distrito Federal, de três Municípios mineiros e 26 Municípios goianos do Entorno. O novo Distrito Federal, por sua vez, retomaria a vocação essencialmente administrativa de Capital da República, ficando restrito ao Plano-Piloto, Núcleo Bandeirante, Park Way, Lagos Sul e Norte, Cruzeiro, Candangolândia, Guará e parte do Paranoá. O Senado Federal votaria a legislação específica para o Distrito Federal, sede da Capital de todos os brasileiros, aprovando o nome de seu Governador, indicado pelo Presidente da República.

Esse retorno à concepção original do Distrito Federal se traduziria em uma cidade com população em torno de 550 mil habitantes, administrada por um governo que mostraria perfeita harmonia e entrosamento com o Governo Federal, isto é uma questão de segurança nacional. Ao seu redor, teríamos um Estado que deve assumir plenamente seu potencial de desenvolvimento, com atividades econômicas próprias que gerariam emprego e renda. A população do entorno sairia da espécie de limbo onde se encontra, não sendo assistida adequadamente nem pelos governos dos Estados onde atualmente se localizam, nem pelo governo do Distrito Federal.

O ex-Senador Francisco Escórcio apresentou Proposta de Emenda Constitucional – PEC 027 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 298, em 2002, visando à criação do Estado do Planalto Central. Atualmente estão na Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo Senador Edison Lobão. De acordo com a proposta, Brasília, respeitando sua função original, voltará a ser exclusivamente capital administrativa do País, com o governador nomeado pelo Presidente da República, o que dará melhores condições de preservar a capital de todos os brasileiros como sede dos Poderes da República e das Missões Diplomáticas.

É este o projeto de que foi designado relator o eminente Senador Jefferson Peres, o qual já anunciou a intenção de propor já audiências públicas com a sociedade organizada.

Não há dúvida, Senhoras e Senhores Senadores, de que a condição de ouvir “a população diretamente interessada, através de plebiscito”, já estabelecida para a criação de novos Estados no art. 18 da Constituição

Federal, deve prevalecer. No presente caso, são interessados não apenas os habitantes dos Municípios do Entorno que se incorporariam ao novo Estado, mas também todos os habitantes de Brasília e das cidades-satélites. A questão a ser melhor estudada é se deve ser realizado, inicialmente, um plebiscito com os eleitores do Distrito Federal e, em sendo a proposta aprovada, realizado outro plebiscito com os eleitores dos Municípios do Entorno, ou se um único e abrangente plebiscito deveria ser realizado de uma só vez.

Seja como for, Sr. Presidente, é fundamental que a proposta se faça conhecida da população, em seus vários aspectos, inclusive por meio de um exercício prospectivo, que procure discernir os futuros cenários após uma mudança tão relevante para a capital do País e para todos que têm sua vida a ela vinculada.

Constatamos, Sr. Presidente, que há uma variedade de questões que precisam ser levantadas e o mais possível esclarecidas, não só pelos detentores de cargos técnicos e políticos da União e dos Estados envolvidos, mas pelo conjunto da população interessada.

A questão mesma da perda de autonomia política dos eleitores do novo Distrito Federal, que poderia, em princípio, significar um simples retrocesso, deve ser abordada sem posições preconcebidas, considerando a diversidade de aspectos envolvidos. Se os eleitores da capital julgarem especialmente relevante a garantia da perfeita integração entre os Governos da União e do Distrito Federal, lembrando ainda que Brasília desempenha essa função maior, de ser a sede dos poderes nacionais, não se lhes pode negar o direito de fazer tal opção.

Julgo, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não se pode falar em retrocesso democrático, se um processo democrático de consulta aos cidadãos interessados conduzir a uma tal decisão.

Reitero, apenas, que a proposta de criação do Estado do Planalto Central deve ser conhecida e analisada em toda a sua complexidade, nas muitas dimensões e questões que lhe dizem respeito. O conhecimento acurado e o debate de nível elevado serão, com certeza, melhores guias que as impressões imediatas e as opiniões irrefletidas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 26, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 166, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2004, que *cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 166, de 2004.

Relator revisor: Senador Efraim Moraes

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 27, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 167, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2004, que *dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 167, de 2004.

Relator revisor: Senador Tião Viana

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 28, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 169, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2004, que *acrescenta o inciso XVI ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para emitir a movimentação da conta*

vinculada em caso de necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, proveniente da Medida Provisória nº 169, de 2004.

Relator revisor: Senador Ney Suassuna

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 29, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 170, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2004, que *dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e da Gratificação Temporária de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 170, de 2004.*

Relator revisor: Senador Mozarildo Cavalcanti

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 171, DE 2004

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 171, de 2004, que *antecipa, em caráter excepcional, a transferência de recursos prevista no art. 1º – A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.*

Relator revisor: Senador Romero Jucá

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 172, DE 2004

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 172, de 2004, que dá nova redação ao **caput** do art. 7º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, que *dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus cargos e institui, para os militares do Distrito Federal – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, a Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF.*

Relator revisor: Senador Paulo Octávio

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 31, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 173, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2004, que *institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 173, de 2004.*

Relatora revisora: Senadora Patrícia Saboya Gomes

8

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 32, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 174, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2004, que *altera os prazos previstos nos arts. 29, 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 174, de 2004.*

Relator revisor: Senador Tasso Jereissati

9

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 33, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 175, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2004, que

acresce parágrafo ao art. 2º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 175, de 2004.

Relator revisor: Senador Fernando Bezerra

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, DE 2003 – COMPLEMENTAR *Votação Nominal*

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 446, de 2004 – art. 336, I)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador César Borges, que *altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.*

Dependendo leitura do Parecer da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, e de Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

11

REQUERIMENTO Nº 557, DE 2003 *(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 340, III, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 557, de 2004, da Senadora Heloísa Helena e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2003, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2003 (nº 6.057/2002, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto

de Belo Horizonte/Pampulha – MG – Carlos Drummond de Andrade” o aeroporto da cidade de Belo Horizonte – MG.

Parecer favorável, sob nº 101, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Aelton Freitas.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2003 (nº 1.480/99, na Casa de origem), que *denomina “Viaduto Jefferson Cavalcanti Tricano” o viaduto no quilômetro 82 da rodovia BR-116, na cidade de Teresópolis – RJ.*

Parecer sob nº 147, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 –CE, de redação, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2003 – COMPLEMENTAR *Votação Nominal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar (nº 224/2001-Complementar, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.*

Parecer sob nº 337, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, com Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2003 (nº 3.987/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre o ensino da língua espanhola.*

Parecer sob nº 312, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com Emenda nº 1-CE, que apresenta.

16

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 911, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 911, de 2003 (nº 925/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Jurisdição em Matéria de Contrato de Transporte Internacional de Carga entre os Estados Partes do Mercosul, assinado em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 285, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães.

17

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 942, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 942, de 2003 (nº 45/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América relativo à Assistência Mútua entre as suas Administrações Aduaneiras, concluído em 20 de junho de 2002, em Brasília.*

Parecer favorável, sob nº 308, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

18

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 943, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 943, de 2003 (nº 927/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 286, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Cristovam Buarque.

19

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 944, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 944, de 2003 (nº

1.691/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre *Isenção de Visto para Titulares de Passaportes Comuns, celebrado em Ancara, em 20 de agosto de 2001.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

20

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2003
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 3, de 2004)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que *dispõe sobre a instalação de presídios federais de segurança máxima, nas condições em que específica.*

Parecer sob nº 1.839, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, pela rejeição da matéria, com votos em contrários dos Senadores Tasso Jereissati, Ney Suassuna, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho e Eduardo Azeredo, e, vencido, em separado, do Senador Demóstenes Torres, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas.)

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR: JOSÉ SARNEY****11-5-2004 Terça Feira****12:00 – Embaixador Mauro Vieira**
Presidência do Senado Federal**12:30 – Tônia Carreiro**
Presidência do Senado Federal**15:30 – Ordem do Dia**
Plenário do Senado Federal**19:30 – Lançamento do livro “Crônicas do Brasil contemporâneo” – volumes I e II**
Livreria da Travessa – Centro Cultural Banco do Brasil

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 071 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 014316/02-1,

RESOLVE:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias, o prazo de vigência dos trabalhos de gestão dos contratos sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social, seus órgãos subordinados e ILB, instituída pela Portaria nº 142, de 2001, prorrogada pelas Portarias nº 64, de 2002, nº 04, de 2003, nº 86, de 2003 e nº 14, de 2004, do Diretor-Geral do Senado Federal.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 818 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006577/04-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LANA CRISTINA PIRES BITENCOURT** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Fiscalização e Controle.

Senado Federal, em 7 de maio de 2004.



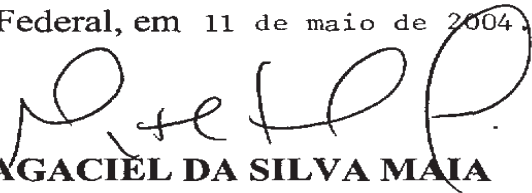
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 819 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006656/04-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GIORDANO SIMPLICIO JORDÃO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 11 de maio de 2004.



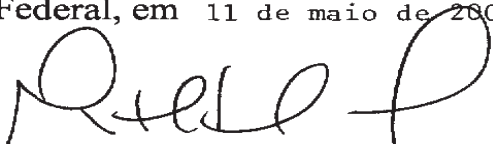
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 820 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006663/04-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANDRÉ LEITE CABRAL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 11 de maio de 2004.



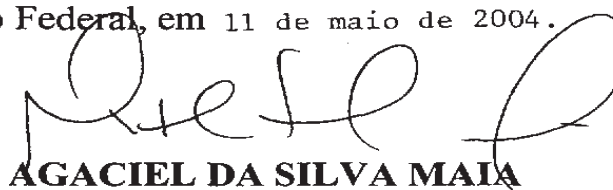
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 821 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005905/04-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PFL.

Senado Federal, em 11 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 822 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004609/04-2**,

R E S O L V E tornar sem efeito a nomeação da Sra **MANUELA BARRIOS DE LIMA FIGUEIREDO**, constante no Ato do Diretor-Geral n.º 621/2004, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2972, de 07/04/2004, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 11 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 823 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores RAIMUNDO PONTES CUNHA NETO, matrícula nº 3292 e, EDNALVA HONDA XAVIER, matrícula nº 3298, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 006.277/04-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 824 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ALEXANDRE PAIVA DAMASCENO, matrícula nº 0508 e, SÍLVIO FERNANDO VIEIRA CORREIA, matrícula nº 1474, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 006.328/04-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antônio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral:

19.04.1995

2ª Eleição Geral:

30.06.1999

3ª Eleição Geral:

27.06.2001

4ª Eleição Geral:

13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB, PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e
311-5256

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 19.04.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL -PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT -SP)

Atualizado em 19.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Ser viço de Anis-
tração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Moução ou Solange Neto/Waldir



EDIÇÃO DE HOJE: 132 PÁGINAS